



IMPERIALISMO

APROXIMAÇÃO AO DEBATE MARXISTA SOBRE A CARACTERIZAÇÃO DO CAPITALISMO NA VIRADA PARA O SÉCULO XX

MARINA MACHADO DE MAGALHÃES GOUVÊA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, do Instituto de Economia / Núcleo de Estudos Internacionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Economia Política Internacional.

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Mello Malta

RIO DE JANEIRO
Fevereiro de 2012



IMPERIALISMO: APROXIMAÇÃO AO DEBATE MARXISTA SOBRE
A CARACTERIZAÇÃO DO CAPITALISMO NA VIRADA PARA O SÉCULO XX

Marina Machado de Magalhães Gouvêa

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Mello Malta

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (PEPI) do Instituto de Economia / Núcleo de Estudos Internacionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Economia Política Internacional, sob a orientação da Profa. Dra. Maria de Mello Malta.

Aprovada por:

Presidente da Banca Profa. Dra. Maria de Mello Malta - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Aloísio Teixeira - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Paulo Netto - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro
Fevereiro de 2012

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP - Catalogação na Publicação

G719i Gouvêa, Marina Machado
Imperialismo: aproximação ao debate marxista sobre a caracterização do capitalismo na virada para o século XX / Marina Machado Gouvêa. -- Rio de Janeiro, 2012.
149 f.

Orientadora: Maria de Mello Malta.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2012.

1. Imperialismo. 2. Pensamento econômico. 3. Marxismo - História. I. Malta, Maria de Mello, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

*Os homens não fazem a história como querem,
mas a fazem eles mesmos*

Karl Marx / Friedrich Engels

AGRADECIMENTOS

Se de agradecer agradecemos, eis as graças de quem nem em gracejo pode faltar: o professor **Aloísio Teixeira**, que, sinceramente, não sei nem como começar a agradecer e com quem tenho apreciado tanto conviver – sem o qual esta dissertação jamais existiria. A professora **Maria Mello de Malta**, por me abrir novas portas e novos anseios, quando eu já não tinha quase nenhum e que talvez não saiba o quanto tem ajudado. O camarada **Aluísio Bevilaqua**, por tanto, e por me apresentar ao Lênin. Todos os companheiros do **LEMA**, pela amizade e pelo recente trabalho conjunto que eu espero que dure ainda muitos anos. Os **professores do PEPI**, em especial **José Luís Fiori**, que me ensinou uma forma nova de pensar que certamente não será esquecida. O professor **José Paulo Netto** que, em um salto no escuro, concordou em fazer parte desta banca tão corrida. Agradeço, ainda, à **CAPES**, pelo auxílio financeiro imprescindível à estrutura de ensino universitário e pesquisa. Aos **amigos queridos**, PEPI e não-PEPI, que tornam ainda mais colorido o dia a dia nesta cidade saída de poemas, mesmo que cá não estejam. À minha **mãe**, por tudo e mais um pouco – e ainda um pouco mais. E, principalmente, aos **camaradas de luta, a quem sempre agradecerei qualquer coisa, por terem me ensinado o melhor que existe em mim.**

RESUMO

APROXIMAÇÃO AO DEBATE MARXISTA SOBRE A CARACTERIZAÇÃO DO CAPITALISMO NA VIRADA PARA O SÉCULO XX

Marina Machado de Magalhães Gouvêa

Orientadora: Profa. Maria de Mello Malta

Resumo da Dissertação de Mestrado apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (PEPI) do Instituto de Economia / Núcleo de Estudos Internacionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Economia Política Internacional.

Retoma-se o debate travado no seio da II Internacional sobre a caracterização do desenvolvimento capitalista no início do século XX, no contexto que levaria à ruptura com este organismo por parte dos socialistas revolucionários agrupados na chamada Esquerda de Zimmerwald. Busca-se reconstruir as controvérsias travadas à época, identificando, na controvérsia acerca do “imperialismo” (catalizada pela eclosão da I Guerra Mundial), o desaguar das controvérsias acerca da “questão colonial”, da “autodeterminação das nações” e do “surgimento do capital financeiro”, considerando-as dialeticamente fundamentais para precisar teoricamente a categoria Imperialismo – talvez aquela que maior influência teve sobre o movimento comunista no século XX –, nos termos de Vladimir Lênin, Rosa Luxemburgo, Karl Kautsky, Rudolf Hilferding e do economista não marxista John Hobson.

Palavras-chave: Imperialismo; II Internacional; História do marxismo; História do Pensamento Econômico.

Rio de Janeiro
Fevereiro de 2012

ABSTRACT

AN APPROACH TO THE MARXIST DEBATE ON THE FEATURES OF CAPITALISM AT THE BEGINNING OF THE 20th CENTURY

Marina Machado de Magalhães Gouvêa

Advisor: Prof. PhD. Maria de Mello Malta

Abstract da Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, do Instituto de Economia / Núcleo de Estudos Internacionais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Economia Política Internacional.

This dissertation reclaims the debate within the Socialist International on the features of capitalism at the beginning of the 20th century and the split from this organization led by revolutionary socialists from the Zimmerwald Left. It aims to recover the controversies on the “colonial issue”, the “right of nations to self-determination” and the “emerging of finance capital”, insofar they are dialectically essential to clarify the concept of “Imperialism” –maybe the most influential one on the communist movement during the 20th century–, whereof we analyze the controversy on its definition between Vladimir Lênin, Rosa Luxemburgo, Karl Kautsky, Rudolf Hilferding and the non-marxist economist John Hobson.

Key-words: Imperialism; Socialist International; History of Marxism; History of the Economical Thought

Rio de Janeiro
Fevereiro de 2012

Abreviações

- AIT – Associação Internacional dos Trabalhadores ou I Internacional
- AFL – Federação Americana do Trabalho [American Federation of Labor]
- Bund – União Judaica Trabalhista da Lituânia, Polônia e Rússia [Algemeyner Yidisher Arbeter Bund in Lite, Poyln un Rusland]
- BSI – Burô Socialista Internacional
- Comintern – Internacional Comunista ou III Internacional [Kommunistich Internazionale]
- CC – Comitê Central
- EUA – Estados Unidos da América
- LC – Liga dos Comunistas
- OC – Órgão Central
- POSDR – Partido Operário Social-democrata Russo
- PCUS – Partido Comunista da União Soviética
- POF – Partido Operário Francês [Parti Ouvrier Français]
- SDRP – Partido Social Democrata do Reino da Polônia e da Lituânia [Socjaldemokracja Rzeczypospolitej Polskiej]
- SPD – Partido Social-Democrata Alemão [Sozialdemokratische Partei Deutschlands]
- USPD – Partido Social-Democrata Independente Alemão [Unabhängige Sozialdemokratische Partei Deutschland]
- URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Figuras

- *Oppy Wood* (John Nash)..... p.5
- *Duas taitianas com flores de manga* (Paul Gauguin) p.34
- *Fumaça* (Frederic Léger) p.69
- *A garra vermelha golpeia os brancos* (Lazar El Lissitzky) p.113

SUMÁRIO

IMPERIALISMO - O debate marxista sobre a caracterização do capitalismo na virada do século XX

<u>Introdução</u>	1
<u>Capítulo 1- Terra de Alguém</u>	5
1.1. Notas sobre o histórico e a cisão da II Internacional	14
<u>Capítulo 2- A controvérsia nacional-colonial</u>	33
2.1. Questão nacional, questão colonial, questão agrária e desenvolvimento desigual: nota metodológica.....	38
2.2. Apontamentos sobre a questão agrária	42
2.3. Apontamentos sobre a questão colonial	48
2.3.1. O surgimento da proposta de uma “Política Colonial Socialista” e o anticolonialismo	50
2.4. Acerca da questão nacional: apontamentos sobre as visões de Kautsky, Rosa e Lênin	55
2.5. A necessária expansão espacial do capitalismo: a visão particular de Rosa Luxemburgo sobre a acumulação capitalista	62
<u>Capítulo 3 – A controvérsia sobre os monopólios e do capital financeiro</u>	68
3.1. Na porta do inferno, o capital portador de juros: o capital ocioso é a oficina do capeta	71
3.1.1. De como o diabo constrói, em sua oficina, o capital portador de juros	72

3.1.2. De como o diabo, ao tanto enfeitar o filho, pode vir a furar seus olhos	79
3.2. O capital financeiro e os monopólios no debate do início do século XX ...	84
<u>Capítulo 4 - A controvérsia do imperialismo</u>	112
4.1. Periodização e caracterização: as distintas definições de imperialismo e suas determinantes	117
4.2. Imperialismo como categoria em disputa	125
4.2.1. A inexorabilidade (ou não) do imperialismo e sua implicação política: fase do capitalismo ou tipo de política externa?	125
4.2.2. A crítica ao ultraimperialismo	
4.2.3. O sentido histórico do imperialismo como antessala do socialismo	136
<u>Conclusão</u>	141
<u>Anexo – Sobre referências e tradução</u>	146
<u>Referências Bibliográficas</u>	150

Introdução

A categoria “Imperialismo”, ainda que não tenha sido formulada por Marx ou Engels, talvez seja aquela que maior influência exerceu sobre o movimento comunista ao longo do último século. Sua utilização, entretanto, é ampla e pouco rigorosa, estendendo-se — muitas vezes sem consciência disso — por uma gama de significados tão diversa quanto aquela que lhe conferiram seus primeiros formuladores, em um encarniçado debate político.

Ao mesmo tempo em que traça claras linhas de continuidade entre a obra de Marx e Engels e as distintas acepções assumidas pela categoria “imperialismo” (que permitem, ao nosso ver, a extrapolação desta categoria para além do contexto histórico no qual foi elaborada e até a atualidade), a tese central deste trabalho situa as ditas “teorias do Imperialismo” nos marcos da controvérsia sobre a caracterização do capitalismo na virada para o século XX, tomando como eixo central justamente o debate sobre a relação entre as contradições da própria reprodução ampliada do capital e sua expansão em termos de valor e território, formal ou não, que se reconfigurou em muitos aspectos naquele período.

Parte-se de duas hipóteses centrais:

Por um lado, a concepção de que a apreensão desse debate deve partir de sua compreensão nos marcos de seu próprio tempo histórico – entendendo a *controvérsia sobre o imperialismo no início do Século XX** em sua determinação material – e só pode, portanto, realizar-se a partir do conhecimento do debate político concreto travado à época e considerando a indispensável relação existente entre as divergências teórico-analíticas e as distintas posições sobre como transformar (ou não) a realidade. Nesse sentido, *a controvérsia sobre o imperialismo é justamente a controvérsia sobre a caracterização do capitalismo no início do século XX, precipitada pela iminência e eventual eclosão da I Guerra Mundial.*

Por outro lado, a identificação de que, enquanto controvérsia sobre a caracterização do capitalismo no início do século XX marcada pela encarniçada disputa política precipitada pela I Guerra Mundial, a controvérsia sobre o imperialismo guarda uma relação de continuidade com outros importantes debates travados no seio da Internacional Socialista ao longo, pelo menos, das quatro décadas anteriores, voltados à compreensão e caracterização da evolução da conjuntura e

* Assume-se aqui o sentido de controvérsia abordado por Malta *et al.* (2011) em sua discussão acerca da aplicação do materialismo-dialético como método tendo o próprio pensamento como objeto.

das transformações estruturais em curso, bem como às divergências programáticas as quais as distintas análises se vinculam. Considera-se, assim, que a controvérsia sobre o imperialismo se alimenta do desaguar de outras controvérsias: a questão colonial, a questão nacional, a questão agrária, o surgimento e caracterização de monopólios e o surgimento e caracterização do capital financeiro.

A guerra, nesse sentido, aparece como divisor de águas e catalisador das controvérsias. No esforço de análise e síntese para a exposição, foram estabelecidos portanto dois eixos norteadores fundamentais, tanto no sentido histórico da recuperação do debate, quanto no sentido lógico do encadeamento das controvérsias: por um lado, o surgimento do capital financeiro, centralizado em grandes conglomerados; por outro, a questão nacional-colonial e seu significado em termos da reprodução ampliada do capital e do desenvolvimento desigual. Ambos temperados no fogo da batalha política. Dentro destes eixos, buscou-se apresentar semelhanças e divergências entre Vladimir Lênin, Rosa Luxemburgo, Karl Kautsky, Rudolf Hilferding e o economista não marxista John Hobson**, temperadas no fogo da disputa política.

O desafio à análise, por parte daqueles que eram — como todos o somos — filhos de seu próprio tempo, não era pequeno: colonialismo, nações independentes, decadência dos velhos impérios, industrialização de novas potências capitalistas, crise da economia inglesa, o surgimento de enormes conglomerados industriais e bancários capazes de monopolizar ramos inteiros da economia, o aparente crescimento da importância de setores não produtivos nos processos de acumulação de capital, o papel dos Estados capitalistas na defesa dos interesses daqueles que os controlavam através da subordinação real e formal de outras regiões, o militarismo, a corrida armamentista, o risco de um conflito entre as próprias potências capitalistas, ultrapassando e generalizando os muitos conflitos nacionais e regionais que espocavam. **Tratava-se de uma nova fase do desenvolvimento capitalista?** Como caracterizá-la?

O mundo estava em convulsão e, *a posteriori*, sabemos que se tratava de um período que passou da *belle époque* à guerra mundial, da guerra mundial ao socialismo dos soviets e ao capitalismo dos *roaring twenties*, prenhos da crise que se avizinhava, desenhando a transição

** Dada a limitação de tempo enfrentada na redação desta dissertação – cuja pesquisa seguirá sendo aprofundada após a eventual obtenção do título de mestre – optou-se por não incluir, neste momento, a obra de Nikolai Bukharin, sob a pena de apresentar suas teses de maneira demasiado superficial.

hegemônica capitalista da Inglaterra para os EUA e o surgimento do socialismo como alternativa concreta para os povos do mundo. Prenho de uma nova ordem, que emergiria por escombros, fissuras e contradições, alimentada pela própria potência expansiva e desestabilizadora das entranhas da qual emerge.

A análise marxista deve buscar, entretanto, ser ferramenta para **transformar** a realidade e não apenas para compreendê-la. Nesse sentido, é inevitável questionar-se sobre a relevância da recuperação desse debate para a compreensão da conjuntura atual, na qual o imperialismo segue sendo categoria da maior importância, seja dentre aqueles que a aceitam, seja no sentido em que mesmo sua negação acaba por se basear no dogma, amando-o às avessas.

Nossos objetivos, portanto, vão além de uma apresentação preliminar – e infelizmente limitada, tal como o escopo e prazo desta dissertação permitem – das controvérsias às quais aqui nos referimos. Busca-se, ainda que deixando-as sem resposta, levantar questões instigantes para a compreensão da realidade atual, respondendo à pergunta sobre a relevância do imperialismo enquanto categoria analítica. Pretende-se, ainda, que esta dissertação possa servir como fonte de referências bibliográficas para aqueles que desejem aprofundar-se no tema, dado que a maior parte da bibliografia utilizada — textos dos próprios autores e não de comentadores — jamais foi publicada em português, o que certamente não é um problema no meio acadêmico, mas frequentemente o é na formação política associada a partidos e movimentos sociais.

Apesar dos limites (que certamente implicaram muitas deficiências inclusive na forma apressada e mal-estruturada do texto de algumas seções e lapsos que necessitam ainda ser preenchido), buscou-se metodologicamente expor a linha argumentativa de cada autor e o embate – direto ou não – entre os mesmos a partir dos textos originais, apresentando-o as teses centrais de cada obra e contextualizando-as da forma mais fiel que pudemos alcançar. Evitou-se, assim, recorrer a comentadores, apesar da vasta bibliografia sobre o tema. Quando se julgou necessário ou proveitoso, foram feitos comentários nas notas de rodapé sobre referências, atualizações ou outras interpretações.

Após esta introdução, o trabalho constitui-se de mais quatro capítulos, além das conclusões e referências bibliográficas e de um anexo acerca de questões de tradução e referenciamento, cuja leitura prévia sugerimos *enfaticamente*. Sendo a própria História aquela que constitui a determinação mais essencial quanto temos o pensamento como objeto de análise,

o primeiro capítulo apresenta um panorama sobre a conjuntura da época e algumas das disputas políticas no seio da II Internacional, desde a constituição dessa organização até sua falência política. O segundo capítulo trata especificamente da questão nacional-colonial, defendendo a relação entre ambas mediante as problemáticas da questão agrária e do desenvolvimento desigual, particularmente a partir do debate sobre a articulação territorial da reprodução social ampliada do capital. No terceiro, analisa-se as controvérsias sobre o surgimento do capital financeiro e dos monopólios, a partir de uma exposição preliminar sobre alguns aspectos da teoria do valor em Marx que visa a delinear uma linha de continuidade, a partir da teoria do valor, entre a obra de Marx e as teorias do imperialismo, e, particularmente, entre as categorias capital portador de juros, capital fictício e capital financeiro. O quarto e último capítulo analisa, finalmente, a controvérsia sobre o imperialismo, tributária dos capítulos anteriores, bem como seu significado político.

Espera-se, com este trabalho, esboçar a partir de um método determinado um mapa preliminar, de precisão teórica, da categoria imperialismo, buscando, no debate de ontem, características que subsistam no hoje.



John Nash, Oppy Wood, 1918

1_TERRA DE ALGUÉM

Capítulo 1.

Terra de alguém

Kosole coloca uma das mãos em concha atrás da orelha para escutar melhor. A noite já vai alta, e todos nos pomos a escutar. Só se ouve o ruído distante da artilharia e o zunir das granadas. Da direita vem-nos o rugido das metralhadoras. Vez por outra, um gemido. Mas isto vem durante já muitos anos: a gente nem mais se preocupa nem dá atenção.

Erich Maria Remarque, *O caminho de volta* [1931],
sobre o último ano da I Guerra Mundial

Em setembro de 1914, o jornal socialista *Sozialdemokratische Korrespondenz* publicou um artigo não assinado, intitulado *Escombros*, no qual se afirmava: “Enquanto houver propriedade privada, exploração, riqueza e pobreza, as guerras são inevitáveis [...]. Contudo, a atual guerra mundial supera todas as que existiram até agora em dimensão, furor e profundidade de suas consequências”. O artigo é atribuído a Rosa Luxemburgo ([1914c] 2011), que reiteraria a dimensão da guerra entre 1915 e 1916, desde a prisão: “A cena mudou completamente. A marcha de seis semanas sobre Paris transformou-se num drama mundial; o imenso massacre virou um monótono e cansativo negócio cotidiano” (LUXEMBURGO, [1916a] 2011). A guerra de trincheiras, marcada pelo uso de aviões e por penosos, inimaginavelmente trucidantes e infrutíferos metros de avanço sobre a zona intermédia conhecida como “terra de ninguém”¹, se mostrou a mais sangrenta guerra que a humanidade fora (até então) capaz de produzir, pondo um fim à “*belle époque*” europeia.

Talvez a maior dificuldade em uma análise da conjuntura do tempo presente – desafio

¹ Tendo sido a primeira guerra na qual foram amplamente empregados aviões bombardeiros, a I Guerra Mundial é lembrada pela magnitude da carnificina perpetrada. O prolongamento dos conflitos e a necessidade de trincheiras – elementos centrais na determinação de tal sanguinolência – estiveram, por sua vez, associados ao desenvolvimento das armas de alimentação automática, que modificaram o compasso da luta (Cf. KENNEDY, [1987] 1989, p.269). Assim, apesar de ser comumente analisado como indicando uma porção “neutra” do campo de batalha, o termo “terra de ninguém” indicava o espaço entre as trincheiras de duas forças beligerantes, não pertencendo a nenhum dos lados e se constituindo como emblema do terreno em disputa. A “terra de ninguém” tornou-se símbolo historiográfico da I Guerra, pois durante dezenas de dias de enfrentamento por um mesmo território, os soldados nela se aventuravam para avançar ou para evacuar feridos, expondo-se à dança das balas sem a proteção das trincheiras. Segundo Zinn (2006, p.258), “enquanto as nações europeias foram à guerra em 1914, os governos prosperavam, o patriotismo florescia, a luta de classes se aplacava e enormes quantidades de jovens morriam nos campos de batalha — frequentemente por cem metros de terra, uma linha de trincheiras”.

imposto à época aos intelectuais, marxistas e não marxistas, preocupados em compreender a guerra e suas causas – reside justamente na capacidade de nos distanciarmos de nosso próprio tempo, tentando enxergar com relativa objetividade as múltiplas possibilidades de desenrolar dos acontecimentos, identificando contradições, interesses e tendências de longa duração². Ou seja, reside justamente na impossibilidade de *prever* o futuro.

Assim, poderia parecer sempre mais fácil a análise de conjuntura do depois, da anatomia do resultado conhecido, da crônica da morte antecipada.

A maior dificuldade na análise de conjunturas passadas, entretanto, é justamente o efeito teleológico que esse conhecimento privilegiado pode ter sobre o estudo das contradições que determinam a realidade concreta — e que então se apresentavam como inúmeras possibilidades, de desenrolar indeterminado *a priori*. Ou mesmo sobre o reconhecimento tendencioso da própria existência de algumas destas contradições — e de outras não — dentre os poucos registros e dados que por vezes ficam de uma determinada época. Há que se desenrolar a trama e buscar o emaranhado de fios, qual Penélope de manto eternamente a desfazer-se.

O período contemplado neste trabalho é, pois, nosso manto. Já estudado à exaustão, a partir da maior diversidade de pontos e enrolares de linha de que é capaz a mais hábil rendeira. Busca-se compreendê-lo pelos olhos dos principais protagonistas do debate travado no seio da Internacional Socialista – sobre sua caracterização a partir do marxismo e sobre as implicações dessa caracterização para a prática política concreta. Nesse sentido, para uma real apreciação da controvérsia em seu tempo, defrontamo-nos não apenas com a dificuldade trazida pelo conhecimento da história subsequente (a Revolução Russa de 1917, a crise de 1929, a II Guerra Mundial – que viria a conferir à “grande guerra” de que aqui tratamos o título de “primeira” – a transição da hegemonia capitalista para os Estados Unidos), mas também com as dificuldades bibliográficas impostas pela necessidade de ajustar o recorte do tema às formas da Internacional Socialista (II Internacional).

O tema da guerra não apenas subverteu de modo geral as visões de mundo no início do Século XX, mas teve ainda significado particularmente grande no interior da II Internacional e da social-democracia europeia³, na medida em que a aliança entre boa parte das

2 Para os desafios da “história do tempo presente”, cf. Hobsbawm, [1994] 1996. Para uma digressão específica sobre tais desafios vistos pelo prisma da análise da conjuntura, cf. Fiori, 2003.

3 Fruto da discussão interna à II Internacional sobre os problemas da conquista e manutenção do poder, forjada nas contradições da própria realidade concreta, os termos “comunista”, “socialista” e “social-democrata” passaram a diferenciar-se politicamente. Durante a maior porção do Século XIX, a social-democracia europeia constituía um grande e amplo caldo que abrangia distintas e variadíssimas posições políticas, indo do anarquismo ao socialismo científico, que, nesse então, travava uma batalha intestina pela predominância

organizações que a compunham e seus respectivos governos nacionais — que se enfrentavam uns aos outros nos campos de batalha —, ainda que proclamada como momentânea, significava na prática a ruptura do caráter de unidade internacional desta organização e sua quebra orgânica completa.

Para além de previsões *à la* Nostradamus, a virada do século apresentava portanto aos marxistas uma série de desafios analíticos e políticos: as relações sociais de produção especificamente capitalistas já haviam se tornado predominantes em uma porção significativa das formações econômico-sociais — subjugando e subordinando, real e formalmente, relações sociais de outros tipos, em seu apetite expansivo inexoravelmente insaciável; complementar e contraditoriamente, a primeira Revolução Industrial (associada ao desenvolvimento e emprego da máquina-ferramenta) já se completara na Inglaterra, tendo ocorrido a industrialização de outros países — inclusive no marco de guerras civis e/ou de formação nacional como a unificação alemã e a secessão estadunidense — que passaram a concorrer com a antiga “oficina do mundo” e a difusão da energia elétrica como força motriz (bem como o início da utilização do petróleo como componente da matriz energética)⁴.

De outro ponto de vista e dialeticamente, se lembrarmos que o capitalismo nasce, na Europa, das entranhas do feudalismo, é fácil compreender que muitos traços associados à produção e a distintos modos de vida feudais subsistiam nesse continente⁵, ao passo em que,

sobre posições consideradas utópicas, anarquistas, nacionalistas, revisionistas, ou oportunistas. Utilizamos indistintamente os três termos (preferindo “social-democracia”) para o período anterior à segunda década do século XX. Com a divisão política da II Internacional e a constituição da III Internacional – processo fundamental para nossa análise, descrito neste capítulo – esses termos se diferenciam historicamente e “social-democracia” adquiriu conotação próxima à atual. No que se refere às diferenças entre “socialismo” e “comunismo”, também podem ser identificadas variações significativas: a elaboração de teses marxistas sobre a transição do capitalismo ao comunismo passou pelo programa de transição proposto no *Manifesto Comunista* e pelas análises sobre a Comuna de Paris (que demonstraram a necessidade concreta de algumas medidas de transição), pela *Origem da família, da propriedade privada e do Estado* (que explicita a historicidade do Estado enquanto instituição), pela *Crítica ao Programa de Gotha* (onde são referenciadas a “fase superior” e a “fase inferior” do comunismo, esta última como transição relativamente curta para aquela), por *Do socialismo utópico ao socialismo científico* (em que o socialismo aparece também como posição política); no processo da Revolução Russa, Lênin aprofunda a análise sobre a conquista e manutenção do poder em um processo de transição, por exemplo, em *O Estado e a revolução* (que contrapõe a supressão abrupta do Estado burguês à extinção paulatina do Estado enquanto tal, durante a ditadura do proletariado, já associada ao socialismo enquanto modo de produção distinto), ou em suas várias considerações acerca da NEP (que não apenas veem o socialismo como época necessária da transição para o comunismo, como analisam os desafios de uma época de transição *para* o socialismo, enquanto modo de produção específico). Em processos revolucionários posteriores, como o chinês e o cubano, a análise sobre o período de transição para o socialismo se revelou um aspecto fundamental.

4 Sobre a primeira e a segunda revoluções industriais, cf. Hobsbawm ([1994] 1996) e Landes ([1969] 2005). Sobre a industrialização dos EUA, cf. Teixeira (1999). Sobre o predomínio das relações capitalistas no Império russo e na monarquia prussiana, cf., por exemplo, Lênin ([1898] 1985) e Rosa Luxemburgo ([1918b] 2011).

5 A diversidade de posições que, apesar de muito distintas no que se refere às determinantes mais essenciais na transição para o capitalismo (ou mesmo na definição de “capitalismo”, o que se reflete no mal-chamado

nos territórios colonizados ou invadidos pelas nações europeias, subsistiam características das relações sociais existentes antes da dominação, que, miscigenadas e sincretizadas, iam produzindo em cada local formações sociais predominantemente capitalistas, porém particulares e específicas.

Nesse contexto, é fundamental para nossa análise ressaltar a coexistência, no território Europeu e no Oriente próximo, de Estados nacionais do tipo moderno — eminentemente capitalistas, embora, em alguns casos, monarquias parlamentares — e de Estados conformados por impérios absolutistas remanescentes da lógica dinástico-militar, nos quais as relações capitalistas passavam a ser as principais e cuja eventual destruição só poderia se dar nos marcos de uma redivisão de todo o território sobre o qual os mesmos exerciam influência (ou através da “partilha do botim”), o que implica necessariamente uma escalada militarista realizada concretamente nos marcos de duas lógicas expansivas distintas – a dinástico-militar, feudal, e a lógica da acumulação capitalista, que já se impunha como principal⁶. Não é possível compreender o impasse que então se apresentava sem notar a existência e a lógica própria dos impérios Russo, Austro-húngaro e Otomano, vinculados respectivamente às dinastias Romanov, Habsburgo e Osman. É fundamental, também, notar que a coexistência entre Estados nacionais e impérios absolutistas reflete, ela própria e em particular sentido histórico, o caráter desigual do desenvolvimento capitalista, no sentido atribuído por Lênin a este conceito.

A possibilidade concreta de uma revolução de caráter proletário constituía outro elemento novo a ser levado em conta na análise: de modo análogo à Revolução Francesa — que pendera qual espada de Dâmocles sobre os impérios remanescentes —, a Comuna de Paris extrapolara seu significado local, ameaçando todos os Estados capitalistas com sua tentativa de tomar de assalto os céus com as próprias mãos e influenciando o sentido histórico geral do movimento revolucionário de uma maneira que o proletariado não conseguira atingir nos levantes de 1848 — após o qual Estados Nacionais modernos e capitalistas se unem a Impérios absolutistas em “Santa Aliança”, sob a liderança burguesa, que terminaria por determinar o sentido histórico predominante do período que Marx e Engels caracterizaram

debate entre “produccionismo” e “circulacionismo”), convergem na análise desta transição como processo intestino à própria sociedade feudal corrobora para essa tese: do ponto de vista marxista e de transformação das relações sociais de produção, pode-se citar as obras de Dobb, Sweezy, Parain, Vilar e, especialmente, Anderson, que, em nossa opinião, logra uma análise menos mecânica. No entanto, tal relação também aparece na obra de Braudel – como desaguar do “jogo de trocas” e constituição da identidade europeia – e nas obras de Wallerstein e Arrighi – como desaguar do processo constitutivo da economia-mundo capitalista.

6 Para uma análise pontual da relação entre a lógica dinástico-militar e a lógica da acumulação capitalista no processo de surgimento dos Estados nacionais modernos no que se refere à disputa entre as dinastias Bourbon e Habsburgo, cf. MACHADO GOUVÊA, 2011.

como sendo de “contra-revolução” e no qual a burguesia passara definitivamente a classe reacionária. Com a experiência da Comuna, se abria na década de 1870 a possibilidade concreta da tomada do poder pelo proletariado⁷.

É nesse cenário, portanto, que se desenrola a disputa imperialista que levaria à I Guerra Mundial, que aparece como marco catalisador dos debates acerca do “imperialismo” tanto na teoria marxista quanto nas ciências particulares burguesas .

Na teoria socialista associada à III Internacional, aparecem como fatores essenciais para a eclosão da Revolução Russa (e, conseqüentemente, como fatores a serem considerados na elaboração teórica relacionada à tática e estratégia revolucionárias, de modo geral), por um lado, o desenvolvimento capitalista desigual e, por outro, a própria guerra – o primeiro fator abrindo novas possibilidades sociais; o segundo, pelo aprofundamento, escancaramento e polarização das contradições capitalistas e de tais possibilidades; ambos, por seu efeito direto e indireto sobre a organização dos trabalhadores frente às mazelas associadas ao capitalismo. A I Guerra foi, por isso mesmo, cristalizada na literatura socialista posterior como a inauguração da “época do trânsito da humanidade do capitalismo ao socialismo” (cf. SOBOLEV *et al.*, s/d), essencialmente associada às características particulares do desenvolvimento capitalista no início do Século XX, que receberia de Lênin e Rosa Luxemburgo a caracterização como uma “nova fase”: o imperialismo⁸.

No âmbito da ciência política burguesa, a I Guerra é sempre vista a partir de interpretações essencialmente dominadas pela preocupação com a “paz mundial” — ou com as maneiras pelas quais uma nação prevalece sobre as demais nações, na paz ou na guerra. A guerra mundial aparece, portanto, como marco divisor e fundador dos campos analíticos do idealismo e do realismo – ainda que o arcabouço teórico que estes reivindicam remonte em alguns casos a mais de dois mil anos –, bem como do próprio estudo das Relações Internacionais como disciplina autônoma. Tanto a perspectiva idealista quanto a realista têm, em Relações Internacionais, os Estados nacionais e o sistema interestatal como unidade analítica básica e são, não por acaso, contemporâneas às controvérsias estabelecidas na Internacional Socialista que aqui procuramos retratar.

Posteriormente, ficaria claro ainda que, além dos elementos aos quais nos referimos anteriormente, a I Guerra Mundial se configurou também como momento fundamental na

7 Na medida em que foi temperada justamente no fogo da guerra (franco-prussiana), a experiência da Comuna de Paris viria a se constituir como elemento fundamental na elaboração das teses da II Internacional a partir do congresso de Stuttgart, sobre a transformação da guerra iminente em guerra civil, como veremos adiante.

8 A caracterização do imperialismo como “fase do desenvolvimento capitalista” ou “tipo de política” associado a determinadas características é debatida no ponto 4.2.1 (capítulo 4) desta dissertação.

precipitação da decadência da hegemonia inglesa e na abertura de um período de impasse hegemônico que só seria resolvido com a II Guerra Mundial e com a afirmação da hegemonia dos EUA no interior do mundo capitalista – hegemonia esta que seguiria se consolidando justamente na contraposição bipolar à URSS, ela própria também fruto (e, novamente, não por acaso) das encarniçadas contradições do período.

O último quarto do século XIX foi marcado, ainda, pelo surgimento de uma série de novas características do desenvolvimento capitalista: a constituição de grandes monopólios ou conglomerados industriais e bancários que pareciam colocar por terra as teses sobre a livre-concorrência; o papel diferenciado desempenhado pelos bancos, não apenas no que se refere ao financiamento da acumulação capitalista, mas a suas novas atribuições como proprietários de capital produtivo; o surgimento das sociedades anônimas e o aumento da importância do capital fictício na praça de Londres e nos Estados Unidos; a transformação da política colonial das novas e velhas potências e a ampliação de um novo tipo de colonialismo; a influência, sobre as colônias em geral, da luta pela independência travada cerca de cinquenta anos antes em colônias constituídas durante a expansão ultramarina europeia do século XVI (e a influência da Independência dos próprios EUA e da Revolução Francesa sobre essa luta); ou, ainda, o fato de que tanto conglomerados industriais como conglomerados bancários eram capazes de exercer poder interna e externamente às fronteiras nacionais, levantando também uma série de questões essenciais sobre o caráter dos Estados capitalistas e sobre o funcionamento do sistema interestatal.

Nesse contexto, a questão do Estado adquiriu nova dimensão teórica e prática, tendo em vista o papel que passou a desempenhar, por exemplo, nos processos de industrialização (em especial no que se refere ao protecionismo e à imposição de unidades monetárias pela força, como nos casos da moeda prussiana e do processo de unificação alemã), no militarismo, no novo colonialismo (e na relação entre estes dois últimos, através da frágil ponte que interliga potências coloniais a Estados capitalistas em franca industrialização, porém sem colônias) e no acirramento do nacionalismo nos países industrializados e em algumas colônias e territórios anexados, que reivindicavam sua independência ou autodeterminação (como é o caso de Cuba e das Filipinas, ou da Polônia e da Sérvia).

O papel do Estado em relação à acumulação capitalista em escala mundial (ou a contradição entre o território “nacional” e as diferentes articulações “internacionais” e expansivas necessárias para a reprodução social continuada da acumulação capitalista – que requer o acesso a matérias-primas, força de trabalho, mercados e financiamento –, refletindo

os interesses dos distintos capitais privados existentes em cada unidade político-territorial capitalista) é colocado em questão sob diversos aspectos, dos quais ressaltamos dois: por um lado, pelas transformações nas políticas coloniais e de anexação de territórios; por outro, pela própria internacionalização de capitais privados e o novo papel dos grandes conglomerados na determinação desta internacionalização, que adquire uma dinâmica distinta. Tais aspectos constituem a linha mestra da divisão das “grandes controvérsias” que compõem a estrutura dos capítulos desta dissertação, sendo apresentados nos capítulos 2 e 3. No capítulo 4 pretende-se mostrar, entretanto, a associação intrínseca entre ambos, bem como o impacto dessa associação e do privilegiamento de uns ou outros aspectos sobre as implicações políticas das distintas acepções da categoria “Imperialismo”. Destaca-se, ainda, o questionamento sobre o papel do Estado em relação à acumulação capitalista em escala mundial no que se refere à transformação nas dimensões nacionais e internacionais da luta pelo socialismo (com a difusão do desenvolvimento, ainda que desigual, de forças produtivas especificamente capitalistas), tema para o qual obviamente não temos a pretensão de propor respostas, mas que permeia todos os debates aqui apresentados⁹.

Note-se, entretanto, que, ao contrário do que pode parecer à primeira vista, o Estado, enquanto tal, não passava a tornar-se um ator fundamental para a acumulação capitalista, na medida em que — como reflexo da luta de classes e, dialeticamente, como agente imprescindível na mesma — sempre havia sido um ator fundamental e decisivo, inclusive durante o processo de transição do feudalismo para o capitalismo, que é também o próprio processo de surgimento do Estado sob a forma de Estados Nacionais modernos.

A Grande Guerra, portanto, não foi apenas uma grande guerra, mas o ápice de um processo de transformações, no qual os velhos impérios ruíam e as sobrevivências do antigo regime de propriedade eram progressiva e rapidamente eliminadas, no qual as transformações na base técnica do modo capitalista de produção e a necessidade do surgimento e desenvolvimento de forças produtivas especificamente capitalistas nas potências europeias e não europeias impunha simultaneamente, por um lado, a gestação e consolidação de economias nacionais e, por outro, de um sistema mundial no qual as relações especificamente capitalistas de produção eram progressivamente predominantes. A I Guerra Mundial marcou, ainda, o início de um profundo processo de transição no qual se alteraria significativamente a

9 Sobre a possibilidade de eclosão da revolução socialista, primeiramente em apenas alguns (ou mesmo um) países capitalistas, cf. *A palavra-de-ordem dos Estados Unidos da Europa*, de Lênin ([1915e] 1984). Sobre as possibilidades ou não de transição “pacífica” para o socialismo em função da correlação internacional de forças, ver, por exemplo, *O socialismo e a guerra* ([1915d] 1984).

potência hegemônica e o padrão de reprodução do capital em escala mundial, processo este que se concluiria apenas com a II Guerra Mundial. O momento em que se precipitou o primeiro conflito armado em escala mundial era, portanto, o momento do “fim da livre concorrência” (se é que esta algum dia existiu como forma predominante de organização do mercado em um determinado período histórico), da decadência da hegemonia inglesa e do acirramento da disputa por territórios e por zonas de influência real e formal, dos pontos de vista político, econômico, militar e ideológico, acarretando uma série de conflitos localizados, até a eclosão da Grande Guerra, que envolveu as principais potências mundiais e funcionou como catalisador das transformações em curso e como seu elemento emblemático.

Se sobreviver a tal atrocidade poderia parecer improvável a um observador distante, foi isso, entretanto, o que ocorreu. Mas teve um preço:

“A humanidade sobreviveu. No entanto, o grande edifício da civilização do século XIX implodiu nas chamas da guerra mundial quando seus pilares colapsaram” (HOBSBAWM, [1994] 1996, p.21).

Como compreender essas novas características do desenvolvimento capitalista? Tratava-se de uma nova fase? Como analisar as contradições entre as esferas nacional e internacional, produtiva e bancária, entre monopólio e concorrência, todas elas inter-relacionadas entre si? É este o caldo de cultura no qual se dão a disputa política na II Internacional e as controvérsias apresentadas nos capítulos seguintes. Para melhor compreendê-lo, passaremos a uma breve exposição sobre os principais debates travados nos congressos da II Internacional, buscando vinculá-los, ainda que de forma limitada (como o escopo e os prazos dessa dissertação permitem), à conjuntura da época.

1.1. Notas sobre o histórico e a cisão da II Internacional¹⁰

Com a extinção da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), começou a se difundir a ideia — de certo modo incentivada pelo próprio Engels — da necessidade de refundação de uma associação internacional capaz de organizar todo o movimento socialista europeu. A discussão do tema em uma série de encontros acabou levando à realização do congresso fundacional na nova associação em Paris, no centésimo aniversário da queda da Bastilha. Entre os dias 14 e 21 de julho de 1889, cerca de 400 delegados de quase 20 países fundaram formalmente a nova associação com base nos mesmos princípios adotados pela AIT, autodenominando-se “II Internacional” (passando aquela a ser conhecida como “I Internacional”), num *continuum* de reivindicação histórica marcado pelos desdobramentos da disputa com os anarquistas¹¹ que tornaria a organização conhecida também como “Internacional Socialista”, ao reivindicar mais claramente essa posição. Dentre outras decisões, declarou-se o dia Primeiro de Maio como dia internacional de luta dos trabalhadores pela jornada de 8 horas, em homenagem aos trabalhadores reprimidos em Chicago no ano anterior e reproduzindo a tradição australiana de realizar manifestações anuais por esta bandeira¹².

10 Onde não estejam explícitas as referências, foram utilizadas na elaboração desta seção anotações de aula do curso de Filosofia Marxista-Lêninista da Universidade de Havana (2006) e as notas explicativas do Instituto de Marxismo-Lêninismo vinculado ao CC do PCUS para a edição das *Obras Completas* de Lênin em 55 tomos (5a. edição), publicada em castelhano em Moscou pela editora Progreso.

11 A primeira organização internacional proletária foi a Liga dos Comunistas (tendo sido o *Manifesto Comunista* seu programa), criada em 1847 a partir da Liga dos Justos, da qual Marx e Engels participavam. Com a derrota dos movimentos revolucionários em 1848, a Liga dividiu-se em dois grupos, liderados respectivamente por Schapper e por Marx e Engels, tendo sido dissolvida em 1852. Muitos de seus membros foram presos e julgados nos Processos de Colônia. Em 1864, constituiu-se a Associação Internacional dos Trabalhadores, no seio da qual se deu uma ampla e ferrenha disputa política entre as concepções de Marx e Engels, de um lado e, de outro, as de Proudhon e (a partir de 1871) Blanqui e Bakunin, tendo este último sido expulso da organização no Congresso de Haia. Na verdade, com a derrota da Comuna em Paris, este Congresso se conformou virtualmente como o último da AIT, cujo Conselho Geral se trasladou então para Nova Iorque, sendo dissolvido em 1876, na Filadélfia. A porção anarquista da AIT (reunida em 1873 na Suíça) seguiria existindo até o congresso de Viviers, em 1877 (tendo sido sendo refundada em 1922, em Berlim). Por outro lado, a participação socialista em Ghent (Congresso Universal Socialista) e em Chur (1881), proclamaria a necessidade de fortes partidos socialistas locais para a organização da Internacional Socialista, o que acabou se constituindo como traço essencial na fundação desta em 1889, em Paris (Cf. Stekloff [1918] 1928). A Internacional Socialista adotou uma orientação predominantemente marxista, tendo rompido novamente com o anarquismo no Congresso de Zurique, em 1893. Reivindicando a continuidade com a Liga dos Justos, com a Liga dos Comunistas e com a AIT, ficou conhecida como “II Internacional”. Sobre esta história, sugere-se a leitura de *A burguesia e a contra-revolução*, de Marx [1848], *Mensagem do CC à Liga dos Comunistas*, de Marx e Engels [1850] – onde aparece pela primeira vez a palavra-de-ordem “revolução permanente”, embora empregada em sentido distinto do que seria utilizado por Trotsky – e *O recente julgamento em Colônia* [1851], *Revolução e contra-revolução na Alemanha* [1852] e *Contribuição à história da Liga dos Comunistas*, todos de Engels, bem como o *Manifesto* e os *Estatutos* da AIT, ambos redigidos por Marx, respectivamente em 1864 e 1871).

12 Desde 1856, os trabalhadores australianos realizavam manifestações no dia 21 de abril pela jornada de oito horas – bandeira aprovada no Congresso da AIT.

Sendo o desenvolvimento do capitalismo intrínseca e organicamente desigual – construído historicamente em cada região, Estado Nacional ou Império –, é compreensível que o movimento proletário fosse igualmente desigual e particularmente caracterizado em cada região, ao se conformar em unidade dialética com a difusão e expansão de relações de produção e forças produtivas propriamente capitalistas e em embate constante com outras relações sociais de produção. Na segunda metade do século XIX, as particularidades da luta pelo socialismo em cada local levaram à constituição de distintas organizações social-democratas nacionais, em correspondência às unidades político-territoriais nas quais se encontravam ou, em alguns casos, a povos (ou nações, nos termos do debate) que não gozavam de uma unidade político-territorial delimitada. Tais organizações estavam, pois, plenas (e prenhas) das contradições inerentes à realidade concreta aqui descrita, em especial das contradições inerentes à própria articulação interestatal do capitalismo de desenvolvimento desigual, através da luta de classes e da disputa pelo controle do Estado em cada unidade político-territorial. A base material sobre a qual se deu organicamente a fundação da II Internacional foi formada por elas.

Assim, diferentemente da I Internacional, a Internacional Socialista configurou-se não como “partido internacional dos trabalhadores”, mas como uma organização internacional que reunia delegados de distintos partidos nacionais¹³, apesar de por vezes seguir sendo chamada de “partido internacional” e apesar do debate acirrado sobre os princípios organizativos que deveriam garantir sua unidade de ação¹⁴. A II Internacional não tinha, portanto, um organismo central com poder determinante sobre a tática em cada região, embora a partir de seu V Congresso, em 1900, tenha sido constituído o Birô Socialista Internacional, cujas atribuições eram majoritariamente executivas. Não é demais destacar que, nesse contexto, é compreensível o papel central da “autodeterminação das nações” nos debates da Internacional Socialista.

Ainda que muitos dos partidos social-democratas nacionais só tenham sido fundados na passagem do Século XIX para o Século XX (é o caso, por exemplo, dos “círculos marxistas” russos, que só se consolidariam no Partido Operário Social-Democrata Russo –

13 Note-se que, desde o Congresso da I Internacional em Londres (1871), já havia sido aprovada resolução de incentivo à criação de partidos operários em cada país.

14 Essa questão se tornaria um dos principais elementos do conflito acerca de um possível centralismo da II Internacional na determinação da tática a ser adotada em cada local, sobre o qual nos deteremos adiante. Tal conflito seguiu sendo um elemento central durante a existência da III Internacional e se manifestou de maneira específica na América Latina em diversas oportunidades, dentre as quais destacamos as formulações de Mella sobre o anti-imperialismo, as formulações de Mariátegui sobre o Peru ou a forma de eclosão da Insurreição de 1935 no Brasil.

POSDR – em 1898 e, programaticamente, em 1903), à época da fundação da II Internacional já existiam partidos socialistas pelo menos na Alemanha, Bélgica, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Inglaterra, Itália e nos Países Escandinavos, de modo que “o Congresso Socialista Internacional realizado em Paris em 1889 foi apenas a somatória deste processo histórico” (Stekloff, [1918] 1928, s/p). Seus debates, segundo os registros publicados à época no jornal inglês *The Times* (1889a-g) giraram ao redor de dois eixos principais: a questão da autodeterminação nacional e a questão da identificação e depuração do chamado “oportunismo” dentro do novo formato de organização¹⁵.

O debate sobre o surgimento de monopólios e sua caracterização também já estava presente, indicando, uma vez mais, a relação entre as discussões da II Internacional e as contradições colocadas pelo desenvolvimento do capitalismo à época e pelos desafios impostos por este à ação da social-democracia. O problema concreto que se apresentava aos socialistas ditos científicos era, portanto, como analisar a realidade — como utilizar a teoria marxista para analisar elementos novos, inerentes ao padrão de reprodução de capital em uma época já ligeiramente distinta daquela sobre a qual Marx escrevera¹⁶? E, essencialmente, no caso dos socialistas com intenções revolucionárias, como utilizar o marxismo (destacando-se o emprego do método materialista-dialético) não apenas para entender a realidade, mas para transformá-la?

O Congresso de Bruxelas, em agosto de 1891, centrou-se predominantemente nas questões da autodeterminação nacional (dedicando-se extensivamente à questão judaica), do “militarismo” (sob a forma da corrida armamentista, que viria a desaguar na I Guerra Mundial) e, novamente, da disputa pela direção política da organização (que assumiu a forma de um debate sobre os critérios de adesão à Internacional Socialista – ironicamente análogo ao debate que, cerca de dez anos depois, viria a dividir o POSDR). A reviravolta em termos organizativos se daria, entretanto, no III Congresso Socialista Internacional — realizado em Zurique em agosto de 1893 —, que entrou para a história como a ruptura definitiva com as ideias anarquistas ainda presentes na II Internacional e estabeleceu finalmente os critérios de adesão. A vitória dos comunistas pode ser verificada, ainda, no fato da conferência de encerramento ter sido proferida pessoalmente por Engels — eleito presidente honorário — em

15 As distintas posições políticas existentes no movimento operário e a identidade própria (ainda que múltipla) da porção que conformou a II Internacional ficaram claras com a não unificação de seu congresso fundacional (denominado *de la salle Pétrelle*, por seu endereço) ao congresso organizado pelos “possibilistas” (que propunham que a luta se restringisse aos limites do “possível”) simultaneamente também em Paris, denominado *de la rue de Lancry* (*The Times*, 1889c).

16 Sobre o tema, indicamos a excelente discussão realizada em *Paralisia e progresso no marxismo* por Rosa Luxemburgo ([1903] 2011).

sua única participação direta em um Congresso desta organização. Engels teria afirmado que a existência da II Internacional deixava entrever que ele e Marx “não haviam lutado em vão” e podiam “olhar para trás e para seu trabalho com orgulho e satisfação” (ENGELS apud FREDERICH, 1899)¹⁷.

O Congresso discutiu ainda a questão da formação de sindicatos e de sua relação com o movimento social-democrata (que significa, na prática, o debate sobre o tipo de organização a ser construído), a questão agrária (em particular no que se referia à situação do campesinato europeu) e a questão das nacionalidades. Foram aprovadas, ainda, moções relativas ao sufrágio universal feminino e em apoio à luta anticolonial no Sião e à histórica greve dos mineiros ingleses, interessantemente refletindo — uma vez mais e na medida em que a luta anticolonial siamesa e a luta proletária inglesa são debatidas no mesmo espaço — a disjuntiva imposta pela expansão centralizadora do modo de produção capitalista para as demais regiões do mundo (subordinando à sua lógica todas as outras relações sociais) e o caráter essencialmente desigual do desenvolvimento capitalista.

As questões agrária, colonial e nacional se inter-relacionam no conceito de “capitalismo desigual” e deram e seguiram “dando o tom” aos primeiros congressos da Internacional Socialista, constituindo-se cronologicamente como as primeiras dentre as controvérsias que buscamos destacar neste trabalho. Aventa-se a possibilidade, para além das considerações já apresentadas, de que a relação de subordinação formal inerente a esses temas tenha contribuído para que os mesmos saltassem aos olhos do movimento socialista.

A partir do IV Congresso, realizado em Londres, em julho de 1896 (no qual chama a atenção a participação da Sociedade Fabiana), os debates sobre a questão nacional – e sobre a relação entre o desenvolvimento capitalista em cada região e os territórios anexados – torna-se mais presente e candente. É o caso, por exemplo, das contribuições que Rosa Luxemburgo publica cerca de uma semana antes do Congresso (Cf. *A questão polonesa no Congresso Internacional em Londres*, [1896] 1976), nas quais a autora critica a proposta de resolução que seria ali apresentada em apoio à independência da Polônia; essa proposta remontava a uma moção de protesto à subjugação dessa nação aprovada na primeira reunião da AIT, em 1864, também em Londres, cuja argumentação a autora critica minuciosamente. Emblematicamente, o Congresso de Londres também aprovou moções de apoio à independência a alguns territórios anexados e colônias (Macedônia, Armênia e Cuba) e

17 A transcrição é recuperada do artigo "Frederich Engels: sua vida, seu trabalho e sua obra", publicado sem autoria em 1899 no número 32 da *Library of Progress*, e que, por sua vez, baseia-se na biografia "Frederich Engels", publicada por Kautsky em agosto de 1887 no *Austrian Labor Almanac*, atualizando-a.

debateu, especificamente, a possibilidade de uma revolução socialista nas colônias recém-libertas¹⁸. Em Londres, discutiu-se ainda a possibilidade de conquista do poder pelo proletariado através dos parlamentos burgueses — tema em relação ao qual o antagonismo das diferentes opiniões dentro da II internacional já começava a aparecer enfaticamente e que logo se destacaria no debate emblemático contra as posições de Eduard Bernstein (Cf. LUXEMBURGO, [1899] 2011 e KAUTSKY, [1901] 1901).

O V Congresso da Internacional Socialista seria realizado em setembro de 1900 novamente em Paris, onze anos após a fundação da organização naquela cidade e com notável aumento na participação dos socialistas russos (que recém haviam fundado o POSDR) e dos socialistas poloneses¹⁹. Podemos considerá-lo como um salto qualitativo na organicidade da II Internacional, na medida em que foi criado o Birô Socialista Internacional — organismo executivo permanente com sede em Bruxelas composto por representações de todos os partidos e agrupamentos nacionais que integravam a Internacional, eleitas por cada delegação. Além do debate sobre as questões já costumeiras, o Congresso posicionou-se claramente na luta de classes, reivindicando “a expropriação dos expropriadores”, tema intimamente relacionado à dimensão socializante da produção monopolista, como será debatido no Capítulo 3.

A constituição do Birô permitiu à Internacional atingir níveis mais complexos de organização, o que se refletiu no Congresso seguinte, realizado em agosto de 1904, em Amsterdã. A existência de uma maior organicidade, entretanto, implicou o acirramento do debate sobre as formas de organização em escala internacional e em cada local, fazendo com que a discussão se centrasse em boa medida nas questões relacionadas à recente cisão no POSDR e à tática e princípios organizativos que deveriam ser adotados na Rússia por esse partido²⁰; na verdade, discutia-se indiretamente os princípios organizativos e o papel do centralismo (ou, em sua forma posterior, do centralismo democrático) na própria Internacional. Apesar de defender o centralismo democrático no interior da fração bolchevique do POSDR (e justamente por isso), Lênin se opôs radicalmente à centralização

18 Tema que adquiriria especial relevância no movimento comunista internacional após a II Guerra Mundial e, particularmente, após a Revolução Cubana.

19 Nesse Congresso, a Polônia tinha 20 representantes e a Rússia 24, sendo um deles Lênin, que votou em Plekhánov como delegado russo ao Birô Socialista Internacional, em detrimento de Krichevsky, refletindo a já existente luta interna do POSDR recém-nascido.

20 Fundado em 1898, o POSDR só aprovaria seus estatutos e programa em 1903. Dando dois passos atrás em relação à organização do Partido (Cf. LÊNIN, [1904] 1982), as divergências sobre o primeiro artigo dos estatutos — acerca das regras de adesão, ou a forma de organização — levariam à divisão prática entre bolcheviques (encabeçados por Lênin) e mencheviques (encabeçados por Martov), tendo os primeiros maioria no Órgão Central do POSDR — o *Iskra*, em 1903 e, logo após sua perda para os mencheviques, *Vperiod* (Cf. LÊNIN, [1903] 1982). Os agrupamentos só se dividiriam formalmente em 1912.

“internacional” das decisões sobre a Rússia, afirmando que a proclamação da unidade entre bolcheviques e mencheviques defendida por socialistas de outros países (cujo conhecimento sobre a Rússia seria limitado) desconhecia o fato de que se tratava de uma “batalha contra o oportunismo”²¹ e de que divergências irreconciliáveis em seus princípios não poderiam ser dirimidas em “meros gritos de unidade” (Lênin defendia um “partido de novo tipo” na Rússia, composto em medida significativa por quadros dedicados inteiramente à luta revolucionária, regido pelo centralismo democrático e unificado pela linha construída no Órgão Central – o jornal –, ao mesmo tempo instrumento de agitação e organizador coletivo. Cf. LÊNIN, [1902] 1981)²². O interesse internacional pela Rússia viria a aumentar após a revolução de 1905; as posições de Lênin, porém, só ganhariam apoio veemente dos socialistas revolucionários de outros países em 1917.

Na virada para o século XX, o partido com maior peso político no âmbito da social-democracia internacional era o Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD), pela importância dos processos de unificação e industrialização levados a cabo na Alemanha sob o comando da Prússia, pela história combativa do próprio SPD, pela proximidade de Marx e Engels a líderes históricos desse partido (como Eduard Bernstein, Karl Kautsky e Karl Liebknecht), ou mesmo pela própria nacionalidade dos fundadores do socialismo científico. O SPD tinha peso significativo no Parlamento Alemão (Reichstag) e seu estrondoso sucesso nas eleições parlamentares de 1903²³ colocava uma vez mais a questão da tática “democrático-eleitoral” na ordem do dia²⁴.

21 Na concepção de Lênin ([1910] 1983, p.14), “o oportunismo é oportunismo porque “sacrifica os interesses fundamentais do movimento por vantagens ou considerações momentâneas”, podendo assumir várias formas – economicismo, revisionismo, liquidacionismo, etc.

22 Em relação ao debate na II Internacional sobre a unidade do POSDR, cf. *Diferenças entre os socialistas russos*, de Kautsky (1905), *Questões de organização da social-democracia russa*, de Rosa Luxemburgo ([1904] 2011) e *Um passo à frente, dois passos atrás – resposta a Rosa Luxemburgo*, de Lênin ([1930] 1982). Sobre sua relação com as diferentes posições acerca da organização partidária, cf. LUXEMBURGO, [1906] 2011 e LÊNIN, [1902] 1981 e [1902] 2000. Note-se que a controvérsia organizativa acerca da constituição de partidos de massas ou de quadros e do grau de centralismo que deveria ter a Internacional se repetiria no debate sobre a constituição da III Internacional.

23 Em 1903, o SPD fora o principal partido nas eleições para o Reichstag, obtendo 81 cadeiras, com cerca de 3 milhões de votos. A centralidade da social-democracia alemã nesse então é ilustrada por Engels (*apud* LUXEMBURGO, [1916] 2011): “Os dois milhões de eleitores que [a social-democracia alemã] manda às urnas, incluindo os rapazes e as mulheres que estão por trás deles na condição de não eleitores, formam a massa mais numerosa e compacta, a decisiva ‘tropa de choque’ do exército proletário internacional”.

24 O predomínio da via eleitoral já era defendido nessa época por Berstein. Tal posição foi caracterizada por Luxemburgo ([1899] 2011) e por Kautsky ([1901] 1901) como “oportunista”, ainda que este último defendesse seu combate “como corrente”, sem a quebra da unidade (KAUTSKY, [1902] 1902). A posição de Kautsky sobre a via insurrecional para a tomada do poder se modificaria dentro de pouco tempo. Lênin ([1902] 1981), por sua vez, caracteriza a posição de Berstein também como “economicista”, ao colocar a luta econômica por “melhores condições de exploração” acima da luta política pela tomada do poder e pelo fim da exploração enquanto tal. Apesar de Lênin jamais ter negado, de acordo com cada situação específica, a importância da participação do POSDR na Duma (cf. [1920] 1986), o autor privilegiava a insurreição como

Não é demais afirmar, portanto, que em Amsterdã a realidade impôs que todas as demais questões fossem ofuscadas pelas divergências acerca da forma de organização, das táticas e da estratégia a serem adotadas pelo movimento social-democrata internacional e em cada país. Tal debate passava pelo âmago da contradição entre o caráter internacional da luta do proletariado (dado pelo próprio desenvolvimento capitalista, que deve necessariamente ultrapassar as fronteiras nacionais para reproduzir-se socialmente, subordinando todas as demais relações às relações capitalistas) e o caráter necessariamente nacional do estabelecimento da tática a ser adotada em cada local, uma vez que o proletariado de cada país deve se esforçar para tomar e manter o controle do Estado em seu próprio país, sob condições históricas particulares e determinadas. Tal contradição – não necessariamente antagônica – está presente ao longo do próprio *Manifesto Comunista* ([1848] 1982) e constitui a raiz de discussões teóricas profundas e essenciais ao marxismo durante todo o Século XX (como a construção ou não da identidade Estado-Partido-Proletariado-Povo, ou o “nacionalismo metodológico” – que pode estar presente na unidade de análise utilizada, levando por vezes à adoção, por Estados socialistas, de políticas de Estado similares à geopolítica burguesa). Como a essência dessa contradição reside no próprio desenvolvimento capitalista, dificilmente a mesma pode ser superada em uma conjuntura na qual o modo de produção capitalista seja amplamente predominante em escala mundial, de modo que o proletariado internacionalista não possa prescindir da conquista e manutenção do poder em seu próprio país.

A análise do VII Congresso Socialista Internacional (realizado em Stuttgart, em agosto de 1907), por sua vez, tem importância fundamental dentro dos objetivos aos quais nos propusemos, uma vez que os trabalhos desse congresso aprofundaram o debate sobre as controvérsias que optamos por destacar, tendo se centrado em cinco pontos principais:

- i) a relação entre os partidos socialistas e os sindicatos, em especial no que se refere à integração completa (ou não) entre ambos;
- ii) a luta das mulheres, tendo sido realizado, simultaneamente, o Primeiro Congresso Internacional Socialista de Mulheres²⁵;
- iii) a questão colonial, sobretudo com o surgimento de um grupo coeso — e

via de tomada do poder na Rússia, a menos que a correlação de forças internacional viesse a se modificar pela eclosão de revoluções socialistas em porções suficientes do globo (cf. LENIN, [1905] 1982 e [1915d] 1984). O partido revolucionário deveria ter, assim, uma porção clandestina e uma porção legal (cf. [1902] 2000). Na Rússia, o “marxismo legal” esteve intimamente ligado à fração liquidacionista do partido, que visava a liquidar suas estruturas clandestinas.

25 O Congresso aprovou a proposta de Clara Zetkin, favorável à reivindicação conjunta do sufrágio universal feminino e masculino, derrotando uma proposta alternativa que defendia apenas para o sufrágio masculino;

contrário às resoluções dos congressos anteriores – de defensores da chamada “política colonial socialista”²⁶, posição derrotada por estreita margem de votos (128 a 108, com 10 abstenções, da delegação suíça);

- iv) a questão da articulação inter-regional inerente ao desenvolvimento desigual, que levaria à moção — rechaçada — contra a imigração de trabalhadores de regiões menos desenvolvidas, como a China, para a Europa²⁷;
- v) uma vez mais, a questão do militarismo, mas desta vez com uma característica singular: a resposta dada em Stuttgart se distanciou, pelo menos do ponto de vista teórico, das respostas formuladas nos congressos anteriores; suas resoluções (posteriormente retomadas em Copenhague, em Basileia e também pela Esquerda de Zimmerwald) não apenas caracterizavam a guerra iminente como “imperialista” e se posicionavam contra a mesma, mas também defendiam abertamente a luta para evitar sua deflagração e, no caso de que a guerra eclodisse independentemente dos esforços dos partidos social-democratas, a Resolução de Stuttgart defendia que se proveitassem as contradições aprofundadas pela guerra para fazer avançar o movimento operário²⁸.

Foquemo-nos pois na questão do militarismo e da guerra, centro da divergência política que apresentaremos em seguida. No que se refere a essa temática, é externamente relevante o novo congresso da II Internacional realizado em Copenhague, em 1910²⁹. Por um lado, ratificou-se as declarações de Stuttgart contra a guerra “de caráter imperialista”

26 Defensores da tese de que o proletariado deveria levar a cabo uma política colonial, mesmo após a tomada do poder. O item 2.2.1 desta dissertação, no próximo capítulo, se debruça sobre tais teses.

27 É interessante notar a relação entre essa noção e a concepção de Engels (apontada por ANDREUCCI, 1984, p.260), desenvolvida a partir de 1886 em cartas a Berstein e a Kautsky), sobre a China como “última válvula de segurança da superprodução”, ou “último grande mercado” a ser submetido, de modo que, quando o fosse, poderia desencadear uma onda migratória de camponeses chineses expropriados para a Europa, para a América e para a Austrália capaz de lançar no caos a organização da produção capitalista e que traria, junto à crise, a revolução do proletariado nos nesses países, especialmente na Inglaterra.

28 Segundo o Instituto de Marxismo-Leninismo ligado ao CC do PCUS, a proposta-base de redação deste ponto em Stuttgart seria atribuída a Lênin.

29 O Congresso de Copenhague foi bastante peculiar, uma vez que a cidade se encontrava sob o governo do Partido Socialista, ainda que dentro dos limites da democracia burguesa. Tratava-se de uma ocasião sem precedentes, que contribuiu para a grande afluência de participantes. Os temas específicos em debate: a legislação trabalhista; a luta socialista na Finlândia e por sua autodeterminação em relação à Rússia; a situação da Argentina frente às eleições de 1912 e à possibilidade de estabelecimento revolucionário de uma monarquia constitucional; a luta das mulheres (nos marcos da II Conferência Socialista Internacional das Mulheres, realizada às vésperas do Congresso, que declarou o 8 de março como Dia Internacional da Mulher em reconhecimento à luta nos EUA); e, uma vez mais, a questão do militarismo.

(inclusive no que se refere à luta nos parlamentos pela redução dos orçamentos militares) e aprovou-se, em texto muito claro, a diretriz de que, caso a guerra ainda assim fosse deflagrada, as condições políticas e econômicas que a mesma viesse a criar deveriam ser aproveitadas para derrubar a burguesia. Por outro lado, salta aos olhos a conjuntura à qual tais Resoluções estiveram estreitamente vinculadas: nesse então, o arrefecimento da corrida armamentista e do militarismo era visível não apenas nas disputas interimperialistas travadas na África do Sul, na Índia, no Caribe ou nas Filipinas, mas no despontamento de uma série de conflitos e disputas nacionais no próprio território europeu que refletiam, junto às suas próprias contradições internas, interesses imperialistas acirradíssimos, como é o caso da luta pela autoderminação dos sérvios e pela independência da Bósnia e as guerras balcânicas, cujo caráter profético nem a mais afortunada cartomante poderia ter previsto³⁰.

No dia primeiro de julho de 1911, a Alemanha enviou os navios de guerra *Panther* e *Berlin* ao porto de Agadir, no Marrocos, com o objetivo de conter a influência francesa na África e fincar uma posição na região, pretensão essa que foi contida momentaneamente quando a Inglaterra se posicionou ao lado da França. Nomeado Primeiro Lorde do Almirantado na Inglaterra logo em seguida a este episódio, Winston Churchill foi incumbido da defesa da hegemonia naval inglesa, enfrentando o debate crucial sobre a conveniência de adaptar a marinha britânica ao uso do petróleo, no lugar do carvão³¹. Segundo Rosa Luxemburgo, frente à questão do Marrocos, Bebel — que era então líder da bancada do SPD no Reichstag — teria afirmado profeticamente, ainda em 1911, durante a sessão parlamentar: “Então virá a catástrofe. Então soará na Europa a hora da mobilização geral que conduzirá ao campo de batalha, como inimigos, 16 a 18 milhões de homens, a fina flor das diversas nações, armados com os melhores instrumentos de morte” (BEBEL apud LUXEMBURGO, [1916a]

30 Guerras deflagradas principalmente entre os sérvios e o Império Austro-Húngaro, tendo a questão da autodeterminação influência significativa sobre o desenrolar dos acontecimentos. Tampouco devem ser subestimadas as rivalidades entre os próprios impérios absolutistas remanescentes e as oportunidades abertas — em meio a essas rivalidades e à luta sérvia — para os grandes conglomerados financeiros capitalistas, na esteira do esforço expansivo de seus respectivos Estados nacionais por uma melhor posição na iminente redivisão do mundo frente à decadente hegemonia inglesa e à possível dissolução dos impérios. Tais contradições podem ser percebidas em uma mirada sobre os conflitos entre o Império Austro-húngaro e o Império Otomano, sobre os interesses do Império Russo em aumentar sua influência na região — próxima à Rússia europeia e ao porto petrolífero de Batum —, inclusive através do apoio a grupos nacionalistas, e sobre os interesses da Alemanha e da Inglaterra, empoleiradas ao aguardo do desenrolar dos acontecimentos para tirar deles alguma vantagem.

31 Sobre o papel do petróleo na disputa geopolítica da época e a associação umbilical entre o controle de fontes desta matéria-prima e a disputa pela hegemonia mundial — que se estenderia por todo o século XX — ver Yergin ([1991] 2010). Na opinião do autor, “durante a I Guerra Mundial o óleo e o motor de combustão interna mudaram todas as dimensões do conflito armado, até mesmo o próprio significado da mobilidade na terra, no mar e no ar” (YERGIN, *Op. Cit.*, p.187), oferecendo como exemplo a curiosa armada de táxis organizada por Gallieni para transportar soldados para o contra-ataque a partir de Paris contra os alemães em 1914.

2011). Enquanto isso, o panfleto oficial distribuído pelo SPD defendia, em concordância com as declarações de Copenhague, que “quer sua força [do proletariado] consiga poupar a humanidade da terrível crueldade de uma guerra mundial, quer o mundo capitalista afunde na história tal como nasceu, em sangue e violência, a hora histórica encontrará a classe operária preparada e estar preparado é tudo [ênfase do original]” (apud LUXEMBURGO, *Op. cit.*). A própria Rosa afirma ainda que, “com essa linguagem, com essas palavras, nossos atuais 110 deputados no Reichstag obtiveram seus mandatos” (*Idem*). Foi este o pano de fundo sobre o qual seriam convocados o Congresso Internacional de Basileia e o congresso do próprio SPD em Chemnitz, que ratificaria a posição tirada em Copenhague.

Na esteira dos recentes eventos em Agadir e de seus desdobramentos, realizou-se nos dias 24 e 25 de novembro de 1912 um Congresso Extraordinário da II Internacional em Basileia, tendo como ponto de pauta único a deterioração da situação da guerra balcânica e a iminência de uma guerra aberta entre as potências imperialistas, que poderia assumir os contornos de uma “guerra mundial”³². A candência deste debate e suas várias implicações políticas catalisariam, por sua vez, a controvérsia sobre o imperialismo.

Tais foram as deliberações das famosas Resoluções de Basileia: i) que os Estados balcânicos deveriam se unir para resistir ao imperialismo austro-húngaro; ii) que o maior perigo para a paz na Europa era a hostilidade cultivada entre a Grã-Bretanha e o Império Alemão; iii) que os socialistas da Áustria-Hungria e da Itália se opusessem às tentativas por parte de seus respectivos Estados de anexar ou invadir os Estados balcânicos; iv) a reiteração e ratificação detalhada da resolução de “guerra à guerra”, que dava o tom às posições aprovadas em Stuttgart e, mais claramente, em Copenhague e seria retomada (posição esta que, como veremos, seria retomada após a eclosão da guerra pelo Movimento de Zimmerwald).

Ficava decidido, pois, que a tática da social-democracia, no plano internacional e em cada país – acerca da possível eclosão iminente de uma guerra aberta e total entre as potências imperialistas seria a luta para evitar a deflagração da mesma, inclusive no que se refere à luta nos parlamentos pela redução dos orçamentos militares, e, no caso de que tal deflagração

32 Apesar do eurocentrismo potencialmente inerente à caracterização da possibilidade de uma guerra entre potências europeias como guerra “mundial”, cabe frisar que, no debate marxista, os contornos realmente “mundiais” da guerra iminente foram inúmeras vezes destacados, tendo sido ressaltada a possibilidade de participação dos EUA e do Japão, a dimensão asiática dos impérios Russo e Otomano, a possibilidade de envolvimento das colônias e protetorados na Ásia, África e América Latina — ligados a distintas potências — e a disputa pela influência econômica sobre Estados independentes apenas do ponto de vista político, em especial na Ásia e na América Latina —, bem como a utilização da influência econômica já existente, para o aumento dos lucros e a guerra.

fosse inevitável, a luta para aproveitar as condições políticas e econômicas criadas pela guerra em cada país para acelerar a derrubada da burguesia e do capitalismo.

O Congresso de Basileia foi o último congresso unitário da II Internacional³³. Estava prevista a realização de um novo Congresso Internacional Socialista em 1914 que, entretanto, jamais veria a luz do dia, dada a drástica mudança na conjuntura. Por outro lado, as resoluções aprovadas no Congresso Extraordinário foram plasmadas no *Manifesto de Basileia*, que se tornaria o principal documento no debate sobre a guerra.

Os esforços social-democratas não foram, entretanto, suficientes sequer para “fazer cócegas” nos interesses imperialistas, que seguiram intensificando a corrida armamentista: no dia 28 de julho de 1914, após o assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando (Habsburgo) e de sua esposa por Gavrilo Princip da organização nacionalista sérvia “Unificação ou Morte” (também conhecida como “Mão Negra” [*Crna ruka*]), a Áustria declarou guerra à Sérvia. Era impossível prever que esse pequeno evento, que, em si, poderia se esgotar internamente, precipitaria naquele contexto a eclosão de um conflito europeu muito maior, que por sua vez se generalizaria naquela que ficaria conhecida como I Grande Guerra ou I Guerra Mundial, modificando toda a lógica do combate militar e das disputas interestatais e inaugurando aquela que Hobsbawm denominaria como “Era dos Extremos”.

Em discurso sobre as relações entre a Inglaterra e a Alemanha proferido em 1906, em Londres, Kautsky afirmara que

“Os trabalhadores alemães sentem-se unidos a seus camaradas britânicos como dois batalhões do mesmo exército, que marcham sob a mesma bandeira, que lutam contra o mesmo inimigo e têm as mesmas vitórias. [...] estamos unidos a vocês na guerra que o movimento socialista internacional está desenvolvendo hoje em nome da paz [ênfase nossa]” (KAUTSKY, [1906] 1907).

São também de Kautsky as seguintes palavras, dirigidas em 1909 a Upton Sinclair:

33 De Paris até Basileia, a participação nos congressos da Internacional socialista descreveu uma trajetória ascendente, no que se refere ao número de países presentes, ao número de participantes e delegados, ou até à organicidade dos mesmos. Assim, se o II Congresso de Bruxelas contara com cerca de quatrocentos delegados provenientes de 16 nacionalidades (dentre as quais deve ser destacado o convite feito à participação do Brasil – embora não tenhamos podido confirmar exatamente a quem –, que não pôde estar presente e enviou correspondência autorizando sua representação por Siedel, da Suíça, e Liebknecht, da Alemanha), o congresso seguinte, em Londres, contou já com cerca de 780 participantes, ainda que a maior parte deles inglesa. O número de países chegou a 25 em 1904 — após a maciça vitória eleitoral do SPD — e alcançou os cinco continentes em Stuttgart, em 1907. À essa época, contando com a participação sistemática de figuras proeminentes da social-democracia internacional, como Bebel, Jaurès, Berstein, Kautsky, Liebknecht, Rosa Luxemburgo, Plekhanov, Axelrod e Lenin – bem como de figuras como Hervé, que mais tarde se tornaria nacional-socialista – atingiu-se o patamar de quase 900 participantes, que se manteria até o Congresso de Basileia. Em meio à guerra e à irreversível divisão política da II Internacional, o Congresso de Zimmerwald não pôde reunir sequer 40 delegados, ainda que se destaque o significado histórico da reunião prévia entre os delegados de esquerda, de modo que Basileia – o último congresso antes da guerra – entrou para a história como último grande congresso da II Internacional.

“A única coisa que podemos prometer é: opor-nos à guerra com todos os meios que não estejam além de nosso poder. E essa oposição não será sem sucesso. Nenhum governo arrisca levianamente uma guerra à qual um terço da população se opõe fortemente. Você pode estar certo de que jamais chegará o dia em que os socialistas alemães pedirão a seus seguidores que peguem em armas pela Pátria. O que Bebel anunciou jamais acontecerá, pois hoje não há qualquer inimigo que ameace a independência da pátria. Se houver guerra hoje, não será uma guerra pela independência da Pátria, será uma guerra de propósitos imperialistas, e uma guerra desse tipo encontrará todo o Partido Socialista da Alemanha em oposição enérgica. Isso nós podemos prometer [destaque nosso]” (KAUTSKY, [1909] 1960).

Apesar de todas estas declarações³⁴, em 1914 Kautsky foi favorável, no parlamento alemão, à liberação de verbas para a guerra, justificando-se em seu artigo *Os efeitos da guerra* com a seguinte afirmação: “o internacionalismo não exclui o sentimento nacional nem a defesa da pátria, em vez disso, exige seu reconhecimento para cada nação; neste sentido, os alemães e os franceses votaram a favor das verbas” (apud SOBOLEV *et al.*, s/d, p.27). O histórico marxista alemão afirma ainda que “nossos companheiros votaram pelas verbas emergenciais tanto para defender a pátria quanto para libertar a Rússia do tzarismo³⁵”; e, referindo-se indiretamente à sua concepção sobre o ultraimperialismo (exposta no Capítulo 4 desta dissertação), considera “imperioso instar os estadistas dos países vencedores à moderação” (*Idem*). Em seu fichamento sobre este texto de Kautsky, Lênin ([1933-1938] 1986, p.267) acrescenta risadas ao lado dessa última afirmação, o que nos dá uma imagem vívida sobre a candência e o acirramento das divergências políticas, bem como sobre a relação orgânica entre as controvérsias destacadas neste trabalho e as diferentes posições, relativas à guerra e à revolução, no seio do movimento social-democrata, socialista e comunista europeu.

Sobre o argumento acerca da “defesa da pátria”, deve-se notar que um dos principais pontos dos tratados de paz assinados em 1919 em Versalhes (e aquele que fundamentou politicamente as controversas reparações de guerra nos termos dos artigos 231 a 247 destes tratados³⁶) determinava que a Alemanha aceitasse todas as responsabilidades por deflagrar a guerra (tendo constituído, junto aos impérios Austro-Húngaro e Turco-Otomano, a Tríplice

34 Para uma visão geral sobre a posição de Kautsky e do SPD quando defendiam a revolução socialista como única saída efetiva, ver *O caminho para o poder*, de Kautsky ([1909] 1968).

35 A argumentação de Kautsky se centra, portanto, em dois pontos: a defesa da pátria e o fim do tzarismo. Para uma crítica à transposição imediata entre guerra, guerra de libertação nacional e o tzarismo no Império Russo, cf. Luxemburgo ([1896] 1976), anterior ao emprego dessa transposição por Kautsky como justificativa da posição do SPD no Reichstag. Para visões sobre a necessidade de uma revolução para a queda do tzarismo, cf. Lênin ([1905] 1982) e sobre a possibilidade de aproveitamento das condições da guerra mundial para transformar a guerra em guerra civil e a revolução democrática em revolução socialista, cf. Lênin ([1915d] 1984).

36 A administração do pagamento das reparações ficou a cargo do ramo francês dos Rothschild — justamente o mesmo que financiara uma porção expressiva da exploração do petróleo russo. Para uma análise sobre a insustentabilidade do pagamento das reparações e seu papel catalisador sobre a iminência de um novo conflito, cf. Keynes ([1919] 2002).

Aliança). É bem verdade que a história, tal e qual os acordos diplomáticos, sempre é escrita pelos vencedores. Apesar disso, Kautsky tinha razão quando afirmara, em 1909, que na Alemanha não havia qualquer inimigo que ameaçasse a independência da pátria e que qualquer guerra teria caráter imperialista, jogando por terra sua argumentação posterior sobre a defesa da pátria: a Alemanha esteve entre os Estados agressores. Se considerarmos, ainda, que na corrida imperialista toda ação ofensiva é também defensiva e não existe possibilidade de ação defensiva efetiva sem ações ofensivas sistemáticas, o argumento se esvazia completamente, de maneira inexorável.

Assim, não apenas Kautsky, mas todos os representantes da social-democracia alemã no *Reichstag* votaram a favor da liberação de verbas especiais para a guerra, no dia 4 de agosto de 1914 (apenas uma semana após o assassinato do arquiduque), contrariando as resoluções da II Internacional aprovadas em Stuttgart, Copenhague e Basileia e as posições defendidas historicamente pelo SPD, ratificadas em Chemnitz. Votações similares foram realizadas pelos representantes social-democratas em quase todos os parlamentos europeus, tendo como únicas exceções os socialistas sérvios (31 de julho de 1914), o partido bolchevique (8 de agosto de 1914), os socialistas letões e, especificamente, Karl Liebknecht, que, no dia 2 de dezembro de 1914, contrariando a maioria do SPD, manifestou-se contra a guerra.

Justamente os socialistas da primeira região a ser invadida — a Sérvia — foram os que, logo após a declaração de guerra por parte da Áustria, primeiro votaram em seu parlamento contra as verbas adicionais para a guerra, em uma dessas contradições da história que dificilmente pode ser entendida através da lógica formal. Afinal, se, em um país que estava sendo efetivamente invadido, o voto contra a verba militar adicional significava na prática aceitar a invasão, a recusa em votar a favor desta verba também significava, talvez em maior medida, resistência, uma vez que a capacidade efetiva da resistência sérvia frente ao exército austro-húngaro era mínima e, em outro plano de análise, uma eventual vitória serviria apenas ao propósito de uma revolução burguesa local, como ocorrera alguns anos antes durante a guerra de independência húngara, na qual o papel dos interesses imperialistas “puros” havia sido inclusive menor que na Sérvia daquele então.

O palco para a divisão da II Internacional estava armado: fora da Europa, o revolucionário estadunidense Eugene Debs afirmaria, por exemplo, quando da entrada dos EUA na guerra: “Não sou um soldado capitalista. Sou um revolucionário proletário. Oponho-me a qualquer guerra exceto uma: a guerra de abrangência mundial da revolução social”

(apud ZINN, 2008, p.82). Na Europa, Rosa Luxemburgo ([1916a], 2011) acusava Kautsky de ter transformado o histórico chamado do Manifesto Comunista em “Proletários de todos os países, uni-vos em tempos de paz e degolai-vos uns aos outros durante a guerra!”, uma vez que este defendera que “a única questão prática é esta: a vitória ou a derrota de seu próprio país” (apud SOBOLEV *et al.*, *Op. Cit.*, p.25). No que se refere à concepção kautskyana de que a luta (de classes) deve ser retomada apenas depois da guerra, Rosa Luxemburgo viria a afirmar, ainda, que

“Uma coisa é certa, a guerra mundial representa uma guinada para o mundo. É uma ilusão insensata imaginar que precisamos apenas sobreviver à guerra, como um coelho esperando o fim da tempestade debaixo de um arbusto para, em seguida, recair alegremente na velha rotina. [...] Não é que tenham mudado ou se amenizado as leis fundamentais do desenvolvimento capitalista [...]. Mas o ritmo do desenvolvimento recebeu um poderoso impulso da erupção do vulcão imperialista” (LUXEMBURGO, [1916a] 2011, p.21).

Assim, com a eclosão efetiva do conflito mundial, as contradições no seio da Internacional Socialista se agudizam e se escancaram, tornando impossível a conciliação entre as posições que se contrapõem antagonicamente. A esse processo de esvaziamento ideológico e prático da II Internacional em relação a seus objetivos iniciais, Lênin daria o nome de bancarrota da II Internacional, afirmando que “a unidade da luta proletária pela revolução socialista exige agora, depois de 1914, que os partidos operários realizem sua separação incondicional dos partidos oportunistas” (LENIN, [1915b] 1984)³⁷.

É nesse cenário que, com o adiamento do Congresso previsto para 1914 e após a realização da Conferência Internacional das Mulheres que teve lugar em Berna entre os dias 26 a 28 de março de 1915, a II Internacional convoca, entre os dias 5 e 8 de setembro daquele ano, uma Conferência Internacional em Zimmerwald, também na Suíça — país neutro na guerra. Participaram da Conferência, bastante reduzida em razão das dificuldades logísticas e políticas, 37 delegados de 12 nacionalidades europeias (Alemanha, Bulgária, França, Itália, Letônia, Noruega, Países Baixos, Polônia, Romênia, Rússia, Suécia e Suíça), tendo sido debatido, como ponto único, o problema da ação do proletariado visando à paz, além de ter

³⁷ Nesse contexto, as divergências sobre a forma orgânica que deveria ser assumida pela social-democracia e as bases sobre as quais deveria ser construída a unidade voltam a ter notável significado político, frente ao objetivo da tomada do poder em cada país e à polarização dos posicionamentos políticos na Internacional Socialista — não raro diametralmente distintos e antagônicos. O debate sobre a relação entre unidade orgânica e unidade política na II Internacional (ou, novamente, entre o estabelecimento necessário de táticas internacionalistas e de táticas determinadas nacionalmente) assume, contudo, nova roupagem: reduzem-se as divergências entre Lênin e Rosa Luxemburgo sobre o tema do centralismo na organização internacional, uma vez que ambos se opunham às posições de “defesa nacional” aberta ou velada e, em um contexto de depuração dessas posições, o debate sobre o programa e os princípios organizativos de uma nova organização internacional – de caráter comunista – ganha corpo.

sido eleito o novo Birô Socialista Internacional³⁸.

Previamente à realização da Conferência, os delegados favoráveis aos termos do *Manifesto de Basileia* e à luta, em cada país e dentro das condições de cada região, pela transformação da guerra imperialista em guerra civil pela tomada do poder — apenas 8 dentre os 37, ou a chamada Esquerda de Zimmerwald³⁹ — reuniram-se para debater o tema e tirar uma posição conjunta, a ser defendida durante a Conferência (enunciada no documento *A guerra mundial e as tarefas da social-democracia*). Tais delegados afirmavam que a paz só poderia ser efetivamente obtida através da luta revolucionária contra os Estados capitalistas, concordando que a guerra havia precipitado na Europa uma situação pré-revolucionária, que deveria ser aproveitada pelos socialistas⁴⁰. Conclamavam os soldados a voltarem-se contra seus oficiais nas trincheiras e os trabalhadores de cada país à realização de greves políticas contra a guerra, que deveria ser aproveitada pelo movimento insurrecional⁴¹. Esse salto qualitativo na coesão entre os grupos socialistas ditos revolucionários entrou para a história como o principal resultado histórico da Conferência de Zimmerwald, na qual se completou a ruptura prática e teórica da social-democracia europeia, que passou a dividir-se entre social-democratas (em uma acepção política mais próxima à utilizada hoje) e socialistas revolucionários ou comunistas.

A posição vitoriosa na Conferência, entretanto, não agradou completamente nenhum dos polos em disputa, na medida em que tentava “agradar a gregos e troianos”⁴². Caracterizava a guerra como “imperialista” sem precisar teoricamente este conceito e

38 O Birô passou a ser integrado por Grimm, Naine, Morgari e Balabánova, refletindo a derrota das posições mais à esquerda na Conferência.

39 Fizeram parte da Esquerda de Zimmerwald – que viria a constituir o germe da III Internacional (Comunista) fundada em 1919 – desde a primeira reunião, o Partido Bolchevique, os socialistas de esquerda polacos (*rozlámovtsi*), os social-democratas letões e setores de esquerda dos partidos social-democratas da Alemanha (ligados a Liebknecht, Luxemburgo ou Mehring, que viriam a compor o grupo *Die Internationale*, germe da Liga Espártaco), da Bulgária, da Noruega, da Suécia e da Suíça. Posteriormente, aderiram à Esquerda de Zimmerwald os socialistas de esquerda da Áustria, dos EUA, da França, dos Países Baixos e da Sérvia.

40 Nesse sentido, a conferência deveria ter o dever incondicional de “fazer chegar às massas a necessidade da revolução, chamá-la, criar as organizações correspondentes, não ter medo de falar do modo mais concreto sobre os distintos métodos de luta violenta e sobre sua técnica” (LENIN apud SOBOLEV *et alli*, p.28). As concepções de Lênin para a aplicação concreta das determinações do Manifesto de Basileia à realidade russa apoiavam-se nas experiências da Comuna de Paris e da Revolução de 1905 e podem ser encontradas em *A guerra e a social-democracia da Rússia* ([1914b] 1984).

41 No natal de 1915, por exemplo, soldados ingleses e alemães combinaram um cessar-fogo de 48 horas, chegando a encontrar-se a meio caminho entre as trincheiras, na “terra de ninguém”. Lênin destaca este episódio em diversos artigos, com base na transcrição de uma notícia que pode ser encontrada em seus *Cadernos sobre o imperialismo*.

42 As Resoluções de Zimmerwald foram plasmadas pelo manifesto *Aos proletários da Europa*, redigido por Grimm e Trótsky – à época, representante do jornal *Nashe-Slovo*, editado com Martov. Além do manifesto, a Conferência aprovou uma declaração conjunta de solidariedade entre as delegações alemã e francesa e resoluções de solidariedade às vítimas da guerra e aos combatentes perseguidos por sua atividade política.

criticava a concepção de conciliação de classes para a “defesa da pátria” exigindo a “luta pela paz”, bandeira que, quando dissociada de ações revolucionárias concretas, era tida pelos grupos à esquerda como sendo burguesa: uma expressão de temor frente à guerra que nada teria a ver com o socialismo⁴³. Contudo, em Zimmerwald as Resoluções de Basileia se configuraram ineludivelmente como emblema da cisão política catalisada pelos temas do “militarismo” e da “guerra imperialista”, dividindo definitivamente a II Internacional.

“O Manifesto de Basileia [...] é agora um monumento que denuncia toda a vergonhosa bancarrota, toda a apostasia dos heróis da II Internacional” (LENIN, [1915b] 1984, p.320).

Na historiografia marxista-leninista “oficial” (produzida na URSS e no Campo Socialista), tal cisão é descrita como sendo a contraposição entre três campos principais de posicionamento. Os nomes que tais campos recebem nesse contexto (cristalizados *a posteriori* sobre a base dos termos difundidos à época por integrantes da Esquerda de Zimmerwald) ilustra bem o “estado de ânimos” identificado no período: tratavam-se dos posicionamentos “oportunista”, “centrista” e “socialista-revolucionário”, também denominados respectivamente “social-chauvinista”, “centrista” e “internacionalista-revolucionária” quando o intuito é enfatizar a crítica à unidade nacional burguesa.

“A guerra iniciada no verão de 1914, revestida de um caráter de rapina, imperialista de ambas as partes, submeteu todas as correntes do movimento operário internacional daquele tempo a uma rude prova. Desnudou implacavelmente a bancarrota ideológica e política da II Internacional e revelou a profunda degeneração oportunista da maioria dos partidos social-democratas. [...] os líderes oportunistas se solidarizaram inequivocamente com sua 'própria' burguesia nacional, traindo à luz do dia os interesses da classe operária” (SOBOLEV *et al.*, *Op. Cit.*, p.20).

Apesar das diferenças próprias às distintas realidades de cada país seria possível destacar alguns pontos centrais unificadores em cada uma dessas “correntes”:

Os assim chamados “social-chauvinistas”⁴⁴ defenderam, de modo geral a “paz civil” em cada país visando à defesa da pátria frente à guerra e, se possível a vitória na mesma – posição que, ao subordinar as contradições internas de cada país a contradições entre os

43 Há vários exemplos desta concepção. Por seu caráter emblemático, indicamos a obra *O socialismo e a guerra* ([1915d] 1984), de Lênin, escrita às vésperas da Conferência de Zimmerwald e distribuída pelos socialistas de esquerda de vários países, inclusive pelo grupo *Die Internationale*. O artigo resume e até transcreve concepções encontradas em vários outros artigos do autor no mesmo período, como *Uma ilustração da palavra-de-ordem da guerra civil*, *Acerca da derrota do próprio governo na guerra imperialista* e *A bancarrota da II Internacional*, cuja leitura também indicamos ([1915b] 1984).

44 Liderados pelas posições de Ebert e Schneidemann na Alemanha, de V. Adler na Áustria, de Renaudel, Guesde e Sembat na França, de Hyndman na Inglaterra, de Plekhanov na Rússia, de Bissolati na Itália, de Vandervelde na Bélgica e de Branting na Suécia.

Estados Nacionais aproxima-se em alguns pontos da *real-politik*, caracterizada pelo não-marxista John Hobson ([1902] 1948) como conformadora de um “discurso essencialmente imperialista”. Os partidários do “internacionalismo revolucionário”, agrupados na Esquerda de Zimmerwald, opunham-se à guerra considerando que a mesma serviria apenas aos interesses da burguesia de cada país e/ou região, de modo que o proletariado de cada país deveria transformar a luta contra a guerra (e, no caso de impérios absolutistas como a Rússia, a luta contra a autocracia) em luta política pela tomada do poder e pela revolução socialista, divergindo apenas sobre a forma orgânica e o tipo de alianças que poderiam contribuir para o cumprimento desta “tarefa” – que poderia inclusive se tornar mais fácil com a derrota de seus “próprios” Estados perante outros. A terceira posição não pendia para nenhum dos polos, tendo se tornado conhecida como “centrista”⁴⁵ e tendo reunido aqueles que se opunham à guerra de maneira pacifista, afirmando que a vitória ou a derrota eram indiferentes e sem concretizar sua oposição nos parlamentos nacionais ou nas ruas, restringindo-se aos marcos da legalidade e do não enfrentamento direto que visasse à ruptura com o capitalismo.

Assim, ao configurar-se como efetivo ponto de ruptura, a Conferência de Zimmerwald provocaria o “racha” do movimento operário internacional, por um lado, mas, por outro, lançaria as bases da unidade entre as posições revolucionárias que constituiriam o substrato da III Internacional, cuja necessidade é afirmada pela Esquerda de Zimmerwald, que passaria então a debater os princípios constitutivos da nova organização internacional, realizando a primeira Conferência exclusivamente socialista em abril de 1916, em Kienthal. É com vistas a este debate que são escritos – ambos em 1915 –, por exemplo, *A bancarrota da II Internacional*, de Lênin ([1915b] 1984) – de onde provém o trecho sobre o Manifesto de Basileia transcrito anteriormente – e *A crise da social-democracia*, de Rosa Luxemburgo ([1916a] 2011) – o famoso “*Folheto de Junius*”, acompanhado pelas *Teses* que levam o mesmo pseudônimo ([1916b] 2011)⁴⁶.

No rascunho dessas *Teses* (publicado postumamente), Rosa afirma sinteticamente que “a Segunda Internacional explodiu com a guerra”, que representara um enorme retrocesso

45 Esta posição foi liderada majoritariamente por Kautsky, além de F. Adler na Áustria, Longuet e Pressemane na França, MacDonald e Snowden na Inglaterra, Martov na Rússia, Turati e V. Modigliani na Itália, Hillquit nos EUA e Grimm na Suíça.

46 Junius significa, em latim, “o mais jovem” (Cf. Lênin, [1916a] 1986). Segundo Isabel Loureiro (em nota de tradução às *Teses*), o pseudônimo poderia remeter ao manuscrito *Defesa da liberdade contra os tiranos* – publicado em 1579 em Edimburgo por Hubert Languet, como Junius Brutus – e/ou às *Cartas de Junius*, publicadas em Londres entre 1769 e 1772. As *Teses* foram aprovadas, com algumas alterações de Liebknecht, uma conferência do grupo Die Internationale, tendo sido publicadas como panfleto e em anexo à *Crise da social-democracia*. Ambos os textos foram escritos desde a prisão.

(“de quarenta anos de trabalho”) no socialismo europeu, aniquilando seu prestígio moral: a posição daqueles que eram os dirigentes oficiais dos partidos social-democratas europeus significara uma traição e “o abandono da luta de classes durante a guerra, adiando-a para o pós-guerra” (Cf. LUXEMBURGO, [1925] 2011). Tal retrocesso, entretanto, deveria ser objeto de autocritica pelo proletariado, que poderia utilizá-lo para, dialeticamente, avançar⁴⁷.

A caracterização de Rosa sobre a falência política da II Internacional é muito similar àquela realizada por Lênin ([1915b] 1984)⁴⁸. Não é por acaso que a famosa teorização deste autor sobre as condições subjetivas e objetivas dialeticamente necessárias para a revolução socialista e sua caracterização sobre uma situação pré-revolucionária (quando os de cima já não podem ficar como estão, mas não têm para onde ir, e os de baixo já não querem ficar como estão, mas não sabem para onde ir) — intimamente relacionadas à dicotomia necessidade e possibilidade — aparecem justamente em *A bancarrota da II Internacional* ([1915b] 1984).

Ambos os autores defendem, a partir dessa constatação, *uma nova Internacional dos trabalhadores*, cuja fundação seria uma questão vital para o socialismo⁴⁹. A guerra, qualquer que fosse o vitorioso, significaria “uma derrota do socialismo e da democracia” (LUXEMBURGO, [1916a] 2011), exceto no caso de que se desse a intervenção revolucionária do proletariado internacional (o que, na Rússia, efetivamente se deu). Contudo, a possibilidade histórica de fundação da III Internacional (também conhecida como Internacional Comunista, ou simplesmente Comintern, pela abreviação deste termo em russo) só se daria em 1919, já no contexto da Revolução Russa. As discussões iniciadas em Zimmerwald – nas quais o caráter “imperialista” da guerra conformou, como vimos, objeto fundamental de disputa – foram seu embrião.

Para os fins de uma discussão sobre as controvérsias dentro do marxismo acerca da

47 “Devido à ruína mundial, produto da guerra, cresce, pois, a crise revolucionária mundial, que, por longas e duras que sejam as vicissitudes que venha a atravessar, não poderá terminar senão com a revolução proletária e sua vitória” (LÊNIN, [1915e] 1984).

48 Em suas primeiras resoluções sobre a “guerra europeia”, o POSDR já afirmava que “a conduta dos líderes do Partido Social-Democrata Alemão, [...] que votou [a favor do] orçamento de guerra e repete as frases burguesas dos *junkers* e burgueses prussianos, é uma franca traição ao socialismo” e não poderia ser justificada de nenhuma maneira. Afirmava, ainda, que “a traição ao socialismo cometida pela maioria dos líderes da II Internacional (1889-1914) significa a bancarrota política e ideológica desta Internacional”, cuja causa principal estaria no “predomínio do oportunismo pequeno-burguês” (*Resolução de um grupo de social-democratas*, transcrita em Lênin, [1914a] 1984).

49 Na opinião de Rosa ([1916b] 2011), a nova Internacional deveria “assumir, em todos os países, a direção e a coordenação da luta de classes revolucionária contra o imperialismo”, tendo “como objetivo principal combater o imperialismo e impedir a guerra” e, “como segunda tarefa, a libertação do proletariado da tutela da burguesia, expressa na influência da ideologia nacionalista”.

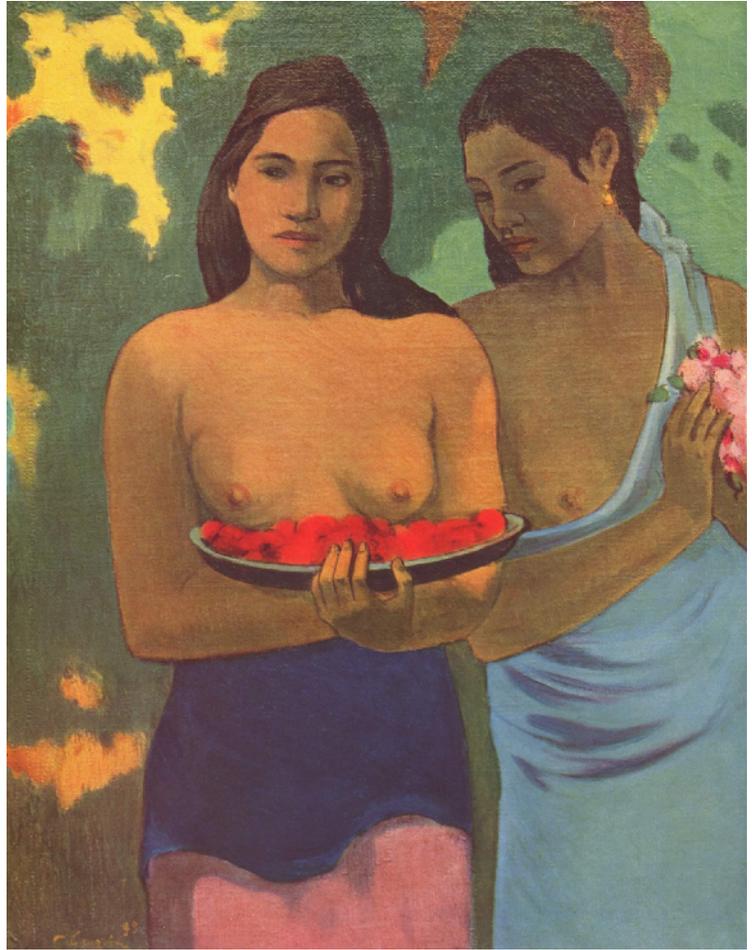
caracterização do desenvolvimento capitalista na virada para o século XX, o debate sobre a Guerra deve, portanto, ser visto como divisor de águas e catalisador das principais controvérsias do período. A dimensão concreta mais significativa dos distintos posicionamentos políticos de cada setor da social-democracia europeia frente à eclosão da guerra (e das justificativas teóricas a eles associadas) não é dada, ao nosso ver, pelo debate sobre a guerra em si, mas pelo fato de que este debate implica distintas análises sobre o “desenvolvimento” e a reprodução social do capitalismo e sobre o papel dos trabalhadores no aproveitamento das limitações da acumulação capitalista. Em particular, na medida em que a guerra é unanimemente caracterizada como “imperialista”, impõe-se a necessidade de precisão teórica desta categoria, determinando as feições da famosa controvérsia dos anos 1910 e 1920, imortalizada pela elevação do *imperialismo* a categoria explicativa fundamental no arcabouço marxista.

“O esclarecimento do caráter da guerra é, para um marxista, premissa indispensável que permite resolver o problema de sua atitude frente a ela. Mas, para esclarecê-lo, é necessário, antes de tudo, determinar quais são as condições objetivas e a situação concreta da guerra de que se trata. Deve-se situar esta guerra nas condições históricas em que transcorre. Só então se pode determinar a atitude frente a ela. Porque, de outro modo, resultará um enfoque eclético, e não materialista, sobre o problema” (Lênin ([1914c], 1984, p.27).

A guerra aparece, pois, não apenas como parteira “da história”, mas, na unidade dialética e retroalimentante entre pensamento e realidade concreta, como parteira de mudanças fundamentais de paradigma teórico e político.

As controvérsias sobre a questão colonial, sobre a autodeterminação nacional, sobre o surgimento dos monopólios e sobre o surgimento do capital financeiro (das quais, segundo a hipótese que defendemos neste trabalho, bebe a controvérsia sobre o imperialismo) só podem, portanto, ser analisadas à luz da encarniçada disputa política travada no período (o que constitui nossa segunda hipótese de trabalho). Um período em que, segundo Lênin ([1917] 1988, p.632), “pela primeira vez, o mundo já se encontra repartido, de tal modo que, no futuro, só se poderão efetuar novas partilhas [“ênfase do autor]”.

Todos os espaços eram já *terra de alguém*.



Paul Gauguin, *Duas taitianas com flores de manga*, 1899

2_A CONTROVÉRSIA NACIONAL-COLONIAL

Capítulo 2.

A controvérsia nacional-colonial

Não é mais somente o príncipe mercante, ou o monopólio aristocrático, ou mesmo a classe dominante, que exploram o mundo. É a nação; uma nova nação democrática composta de capital e trabalho unidos.

(William E. B. du Bois, 1915)

Diferentemente de seu uso corrente na atualidade (cada vez mais frequente a partir de meados do século XIX), o conceito de “Nação” aparece originalmente como significante de algo similar ao significado hoje assumido pelas palavras “povo” ou “etnia”, caracterizado por elementos de identidade interna como a própria origem étnica de um determinado agrupamento social, o idioma, os costumes, ou os arcabouços político-jurídicos e religiosos comuns ao referido agrupamento.

Se hoje beira o impensável desvincular o conceito de Nação, e seu qualificativo “nacional”, da dimensão territorial do País (pretensamente homogeneizante), esta aparente indissociabilidade esconde o sangrento processo de formação dos Estados Nacionais modernos a partir da imposição e legitimação de uma nação sobre as demais, em cada território.

Na gênese dos Estados Nacionais, a língua, os costumes ou o arcabouço político-jurídico vigentes em cada unidade territorial não se desenvolvem apenas como miscigenação plural entre as línguas, costumes e leis comuns a todos os povos (ou *nações*, no sentido radical e original da palavra) que historicamente habitam tal território: em um embate multiplamente determinado, as particularidades de um determinado povo ou nação se impõem e legitimam em maior ou menor medida sobre os demais, passando a constituir, elas mesmas, o cerne das características próprias àquela “unidade nacional”, no sentido moderno, que ao passo em que se apresenta como unidade homogênea (e aparentemente o é), constitui em sua essência uma unidade de contrários, síntese

de múltiplas determinações, na qual os interesses de uma determinada classe social ou fração de classe aparecem como os interesses “nacionais” e se tornam hegemônicos internamente, projetando-se externamente com a aparente unicidade característica desta condição hegemônica.

Tais interesses são, dessa maneira, assimilados pelas distintas classes, quer pela coerção ou pela legitimação, ao passo em que, em grande medida, as diferentes nações antes existentes aparentemente se dissolvem – também com maiores ou menores graus de coerção, em cada momento –, na nova unidade nacional: o Estado Nacional moderno, ou o “país”, cuja “identidade” tem como cerne, para além da aparência, as características da nação hegemônica no processo histórico de construção desta nova concepção de “nação”. O “interesse nacional” próprio do Estado Nacional moderno assim construído e que se projeta externamente, por sua vez, não raro reflete os interesses materiais de apenas uma fração daqueles que compunham a nação que efetivamente conformou-se como hegemônica no processo de unificação nacional: a fração de classe dominante, que pode compor a força social dominante no novo Estado Nacional isoladamente ou em conjunto, ao compartilhar interesses ou necessitar estender benefícios a outras frações participantes do processo de unificação nacional que pressupõe a construção, consolidação e manutenção do poder sob uma nova forma de Estado.

O particular se universaliza, em construção hegemônica que recompõe a totalidade, assumindo para si – nesta nova configuração – o significado que antes cabia também a outros particulares, em um embate determinado materialmente. Determinado em última instância, portanto, pelas transformações e contradições na própria base econômica, cuja reprodução se desdobra social, política e territorialmente.

Não é segredo que esse processo se deu na Europa, concomitantemente ao surgimento e expansão do modo de produção capitalista, que ao se reproduzir em escala ampliada passa a predominar na própria reprodução social da vida, com a reprodução, também em escala ampliada, de forças produtivas tipicamente capitalistas e relações sociais de produção tipicamente capitalistas, contrapostas em continuada reconfiguração⁵⁰.

50 De certa maneira, o capitalismo e o moderno sistema interestatal nasceram de um mesmo ventre, retroalimentando-se um do outro e do sistema colonial, no processo de crise do feudalismo. Analogamente, a lógica expansiva associada à acumulação capitalista (e que viria a subverter paulatinamente a forma assumida pelo sistema colonial ao longo dos séculos XV e XVI) nasce por sua vez das entranhas da lógica dinástico-militar em decadência (tipicamente feudal), no processo de transformação das relações sociais e de subordinação das

O Estado Nacional moderno, territorialmente determinado e característico desta nova forma social deve, portanto – bem como qualquer outra forma de Estado construída historicamente –, sustentar-se em força social efetiva. Atua como instrumento de classe e, ao mesmo tempo, reflete a luta de classes, constituindo-se como elemento fundamental no próprio processo de reprodução social ampliada do capital, sob os mais diversos padrões de reprodução e frente às especificidades conformadas em distintos momentos e locais. Assim, o controle, por um determinado grupo social, sobre o aparato burocrático que instrumentaliza o Estado, não basta para determinar a conquista e manutenção do poder, que deve passar necessariamente pela capacidade de constituir-se enquanto força social efetiva cujos interesses particulares possam se impor e se legitimar, universalizando-se, ecoando no conjunto da unidade nacional como interesses coletivos.

A essência desta relação carrega em si, portanto, contradições que se manifestam politicamente, no seio do marxismo, no embate entre distintas posições acerca de problemáticas especialmente relevantes no que se refere à questão da necessária tomada e manutenção do poder. Citamos apenas alguns exemplos, interligados e significativos para o debate cujas linhas gerais este trabalho se propõe a apresentar: i) a contradição entre a tendência à confluência de interesses dos “proletários de todo o mundo” (que aumenta na medida em que o próprio capitalismo se expande social e territorialmente) e a necessidade da tomada do poder em cada unidade territorial constituída nos marcos do próprio capitalismo (frente ao caráter nacional do Estado moderno); ii) a própria contradição entre “nação”, “Estado-Nação” e “classe”, como elementos determinantes, por um lado, da reprodução capitalista e, por outro, da emergência de condições de superação desse modo de produção, inclusive no que se refere à constituição do sujeito histórico que leve a cabo esse processo; iii) o debate, dados estes elementos, sobre o papel desempenhado, na reprodução social do capital, por regiões politicamente subordinadas, que não contem com uma unidade nacional formalmente constituída cuja universalização identitária encontre eco na população que efetivamente habita tais regiões, bem como o debate sobre as implicações e significado político da defesa do rompimento formal desta relação de subordinação, que em alguns casos aparece sob

demais relações de produção às relações sociais de produção capitalistas. O mercado mundial vai se constituindo enquanto tal, em uma formação econômico-social cujos traços determinantes correspondem cada vez mais ao modo de produção capitalista.

a consigna da “independência” e, em outros, da “autodeterminação”; iv) a contradição, em última análise, entre a própria reprodução ampliada do capital e sua expansão regional – em termos de subsunção formal e real –, bem como o papel assumido pela unidade nacional e pelo Estado nacional nessa projeção territorial.

Tais problemáticas aparecem sob distintas formas nas entranhas do movimento social-democrata em meados do século XIX, e não é de se espantar que isso se dê justamente quando o próprio significante de “nação” também passa concretamente a adquirir um novo significado. Não resta dúvida, tampouco, de que todas elas têm a ver com a controvérsia sobre o imperialismo⁵¹. Talvez justamente pela candência de tais problemáticas nesse momento histórico, as ditas “teorias do Imperialismo” têm sido referidas por muitos autores – equivocadamente, em nossa opinião – como a porção da teoria marxista que inseriria, de maneira inédita, o Estado como elemento analítico.

O entendimento do salto qualitativo na projeção externa destas unidades nacionais pretensamente homogêneas deve passar necessariamente pela compreensão de suas contradições internas e pelas contradições do próprio desenvolvimento capitalista na virada para o século XX.

E efetivamente passou, no debate sobre a caracterização do capitalismo no início do século XX que se catalizou, com a eclosão da I Guerra Mundial, naquele que conhecemos como o debate sobre o Imperialismo.

51 A contradição entre a tendência à confluência de interesses proletários em todo o mundo e a necessidade da tomada do poder em cada unidade territorial, por exemplo, aparece marcadamente nos debates orgânicos da Primeira, Segunda e Terceira Internacionais, como já se fez referência, desenrolando-se até os dias hoje. A contradição entre “nação” e “classe”, por sua vez, constitui o elemento central dos debates entre Lênin e Rosa Luxemburgo sobre a autodeterminação das nações, cujos elementos centrais também estão presentes em controvérsias bastante atuais, como o papel dos movimentos (ou de bandeiras) de libertação nacional na luta pelo socialismo. Aparece, ainda, no debate sobre as distintas alianças possíveis no processo de tomada e manutenção do poder (travado, por exemplo, no bojo da Revolução de 1905). O papel desempenhado por regiões politicamente subordinadas frente à reprodução social do capital foi amplamente debatido, por exemplo, por Kautsky, apresentando-se de distintas maneiras em todos os autores aqui analisados e estendendo-se de alguma forma, pelo menos, até os amplos processos de descolonização atravessados no século XX.

2.1. Questão nacional, questão colonial, questão agrária e desenvolvimento desigual: nota metodológica

As notórias “questão colonial” e “questão nacional” não se referem ao mesmo objeto. A assim chamada “questão colonial” é relativa às colônias europeias na Ásia, África, América e Oceania, ou seja, territórios e populações subordinados formalmente às metrópoles sob as condições de um Pacto colonial. Tais regiões são geralmente ligadas politicamente a países, ou seja, a unidades político-territoriais que já assumiam a forma de Estados Nacionais modernos. Por outro lado, a “questão nacional” se refere justamente à subordinação de umas nações a outras (no sentido de povo ou etnia), no próprio processo de conformação de Estados nacionais do tipo moderno. Trata-se comumente de territórios anexados situados em geral na própria Europa, subordinados a Impérios de corte dinástico-militar que viriam a dar origem a um ou mais Estados nacionais.

Destarte, ambas as temáticas se relacionam à subordinação formal e ambas estão presentes seminalmente no seio do movimento operário, uma vez que este só pode surgir com a expansão do proletariado enquanto classe e, com ela, com a expansão do próprio capitalismo, ao passo em que esta expansão capitalista alimenta e se retroalimenta na subordinação e anexação territorial, na consolidação de um sistema interestatal capitalista e na expansão colonial – que constitui, pouco a pouco, o próprio mercado mundial do qual trata Marx –, apoiando-se no desenvolvimento desigual que lhe é característico e revigorando-o.

Muitos de seus aspectos refletem, portanto, relações alentadas e estabelecidas na Europa no decorrer de séculos, aprofundadas pelo absolutismo (por sua vez contemporâneo ao processo de acumulação primitiva de capital e ao surgimento de relações de produção especificamente capitalistas) e transformadas com o surgimento de um “movimento” próprio ao proletariado, na medida em que as novas relações de subsunção dos trabalhadores têm na subordinação nacional e colonial (sob novas bases) um motor fundamental. Assim, o desenrolar e o desdobramento da expansão do modo de produção capitalista também vai criando a necessidade e a possibilidade da reconfiguração das questões nacional e colonial, *pari passu* à reconfiguração do próprio sistema capitalista: a partir da década de 1870, o despontar de grandes conglomerados e do capital financeiro teria significativa influência sobre a determinação das novas bases do desenvolvimento desigual, subvertendo qualitativamente a lógica da própria exploração colonial e da

anexação/incorporação de territórios, em um processo cuja interpretação constitui o cerne da controvérsia nacional-colonial.

Não é demais notar que, à época, o termo “potências imperialistas” era utilizado tanto para designar Impérios absolutistas quanto para designar Estados Nacionais modernos – reflexo quase poético da essência anárquica e desigual do desenvolvimento capitalista.

Assim, no quebra-cabeças interestatal no qual a própria formação dos Estados nacionais significou, dentro de um mesmo território, a submissão de uns povos a outros, o significado da articulação e expansão “extraterritorial” para a reprodução ampliada do capital – através da colonização e da anexação (analisadas neste capítulo) ou através da divisão do mundo em zonas de influência das novas associações de capital financeiro (à qual nos referimos no capítulo seguinte) – assumiria novos contornos sob a luz da tendência capitalista ao desenvolvimento desigual e com a emergência do imperialismo.

No processo de transfiguração das questões colonial e nacional pela nova lógica imperialista (cujas distintas acepções serão debatidas no Capítulo 4 deste trabalho), o imperialismo aparece também como o “outro lado da moeda”, como contraponto dialético da luta pela independência das colônias e pela autodeterminação nacional⁵², transformando-se no elemento que corporificaria a dominação, ao passo em que os impérios absolutistas também eram, eles mesmos, rapidamente subvertidos e submetidos às relações capitalistas de produção, transformando-se em excrescências históricas que encontrariam seu fim na I Guerra Mundial.

Combinavam-se, em um emaranhado coeso, as particularidades do desenrolar concreto e

52 Embora não seja objeto deste estudo, destaca-se nesse ponto o relacionamento seminal entre as ditas “teorias do imperialismo” e as mais recentes “teorias da dependência”, em particular em sua vertente marxista, é amplo e remonta a algumas das contradições que vimos apresentando ao longo desse trabalho. De fato, nas traduções de *Imperialismo, fase superior do capitalismo* (1916 [1916]) ao português, ao castelhano e ao inglês, os termos “dependência econômica” e “nações efetivamente dependentes” aparecem literalmente, como contraposição à “independência política” das ex-colônias e no bojo das transformações e reconfigurações possibilitadas por aquela que Lênin define como uma nova fase do capitalismo (o imperialismo), na medida em que esta acirra a necessidade e as possibilidades da continuada disputa pela partilha do mundo não apenas em zonas de subordinação política direta, mas também em zonas de influência econômica subordinadas de fato às necessidades da continuidade da reprodução ampliada do ciclo do capital de grandes conglomerados capitalistas, apoiados pelos respectivos Estados nacionais dos territórios a partir dos quais estes se internacionalizam.

No que se refere à vertente marxista que teve, a partir da década de 1960, a dependência como uma categoria analítica chave para a compreensão da realidade latino-americana, esta aparece não apenas como “outra face” do imperialismo (visto a partir da praia e não da caravela), uma vez que se configuraria já no bojo dos processos de independência política, dada uma particular divisão internacional do trabalho. O surgimento do imperialismo – visto enquanto fase do desenvolvimento capitalista –, entretanto, transformaria e reconfiguraria a própria dependência, demarcando inclusive algumas das balizas periódicas estabelecidas nessa vertente interpretativa.

imediatamente da história e as tendências identificáveis nos interesses imperialistas.

Do ponto de vista metodológico, o tratamento conjunto das problemáticas nacional e colonial – a tal ponto em que, apesar de constituírem processos distintos, são muitas vezes apresentadas como aspectos de um mesmo debate na literatura marxista⁵³ – justifica-se por ambas perpassarem a questão da subordinação formal de determinados territórios (e, claro, dos povos que neles vivem)

Nesse sentido, os debates sobre a “questão agrária”, que ganham força no movimento social-democrata já na década de 1980, constituem concretamente o elemento que possibilita, em nossa opinião esta unidade analítica. Ao tocar o papel das regiões subordinadas (inclusive da subordinação não formal, dialeticamente) no processo de reprodução social ampliada do capital, discute-se efetivamente o papel das colônias e da questão nacional.

Assim, consideramos que, apesar da “questão colonial” propriamente dita aparecer vinculada de maneira geral ao debate sobre a política colonial e a “questão nacional” se vincular de maneira geral ao debate sobre o “direito das nações à autodeterminação”, ambas as problemáticas se vinculam diretamente a um debate mais amplo, sobre o papel desempenhado concretamente por colônias e por territórios anexados no processo de acumulação capitalista e na reprodução social ampliada do capital e das relações sociais e forças produtivas que este supõe.

Nesse sentido, a partir da montagem de ambos os debates como uma mesma controvérsia (estritamente sob o ponto de vista da análise de seu desenrolar no seio do movimento social-democrata e da II Internacional), que veria a desaguar por sua vez na controvérsia mais ampla acerca da caracterização do capitalismo na virada para o século XX que, segundo defendemos, caracteriza e contextualiza a controvérsia sobre o imperialismo, catalizada historicamente pela eclosão da Primeira Guerra Mundial.

Destaca-se, portanto, os debates sobre a “questão agrária” como elemento comum, uma vez que a maior parte das colônias e dos territórios anexados era qualificada à época como região (no caso das colônias) ou nação⁵⁴ (no caso dos territórios anexados) “agrária”, em contraposição

53 O Instituto de Marxismo-Leninismo ligado ao CC do PCUS (responsável pela publicação, em diversas línguas, da maior parte das versões das obras clássicas do marxismo-leninismo que hoje conhecemos), por exemplo, tratou-as em muitos textos como constitutivas do “problema nacional-colonial”. Sobre o tema, conferir, por exemplo, o *Prefácio* ao v.30 das Obras Escolhidas de Lênin publicadas em castelhano pela editora Progreso na década de 1980.

54 Na acepção já descrita, análoga a povo, etnia ou nacionalidade.

às metrópoles industrializadas em maior ou menor grau – ou com um maior desenvolvimento de forças produtivas e relações sociais de produção especificamente capitalistas⁵⁵.

Dentro da mesma linha de construção analítica, deve-se também sublinhar especialmente a categoria desenvolvimento desigual⁵⁶, cuja elaboração se dá também no bojo do debate que aqui tratamos e cujo conteúdo dá conta, justamente, da *necessária* inter-relação entre distintos graus de desenvolvimento das forças produtivas e distintas relações sociais de produção, apreendidas metodologicamente em sínteses de múltiplas determinações, sem as quais a totalidade do desenvolvimento capitalista e da reprodução social ampliada do capital não podem ser efetivamente compreendidas.

Buscaremos apontar no restante do capítulo, portanto, algumas das posições acerca da relação entre regiões industrializadas e regiões não industrializadas e acerca da constante necessidade de subordinação (inclusive formal, que caracteriza as questões “nacional” e “colonial”) destas àquelas. Merece especial destaque, por extrapolar os marcos da subordinação formal, a interessantíssima e muito particular concepção de Rosa Luxemburgo sobre a necessidade continuada e a tendência histórica de subordinação de relações de produção não

55 O papel da “questão agrária” como eixo de conexão entre colônias e territórios europeus anexados aparece claramente, por exemplo, em um dos tópicos tratados por Kautsky em sua obra seminal sobre o tema (*A questão agrária*), denominado “A concorrência dos produtos de subsistência ultramarinos e a industrialização da agricultura” ([1898] 1986, Cap. 10).

56 A categoria “desenvolvimento desigual”, é essencial para a compreensão da dinâmica imperialista. Apesar de seu conteúdo transparecer na análise de Lênin sobre o *Desenvolvimento do capitalismo na Rússia* ([1898] 1985) e na análise de Trotsky sobre os *Resultados e perspectivas* ([1906] 1921) da Revolução de 1905, o mesmo só apareceria como categoria definida nas formulações do “desenvolvimento desigual e por saltos” apresentado por Lênin em *Imperialismo, fase superior do capitalismo* ([1917] 1985, 1988) e do “desenvolvimento desigual e combinado” apresentado por Trotsky, na forma de dois aspectos diferenciados de um mesmo processo, em *História da Revolução Russa* ([1930] 1932), ainda que os mesmos só tenham sido unificados em um mesmo termo, por exemplo, em Novak ([1968] 1988).

A definição de Lênin parece enfatizar em maior medida, para além da desigualdade inerente ao desenvolvimento capitalista entre os países (ou para além do desenvolvimento desigual em escala mundial, ao qual Trotsky acrescentaria a ênfase sobre o caráter combinado – ou dialeticamente complementar – desta desigualdade), a desigualdade inerente ao desenvolvimento capitalista dentro de cada país ou região, destacando-se a ideia de que o mesmo se daria “por saltos”, de acordo com as características particulares da constituição de relações de produção e forças produtivas especificamente capitalistas em cada local e de acordo com as necessidades da reprodução ampliada de capital. Notamos que esta aparente diferenciação é minimizada ao se considerar a totalidade das obras em que o conteúdo de tais conceitos aparece, ainda que uma maior ênfase em ambos os aspectos ou em um deles talvez possa ser efetivamente destacada a partir da formulação de “desenvolvimento desigual” enquanto categoria delimitada.

capitalistas⁵⁷. As diferenças na construção histórica do status de colônia ou de território anexado, bem como as diferenças no papel cumprido na reprodução social de capital em escala mundial (majoritariamente voltada, respectivamente, à produção de matérias-primas e de bens de subsistência), ou ainda as diferenças de análise sobre a própria questão dos povos e nacionalidades submetidos a cada uma destas condições (muitas vezes tratada de modo eurocentrista em relação às colônias, mas particularmente etnocentrista no que se refere à construção de contra-identidades que permitissem a submissão de alguns povos europeus por outros, ou a submissão de povos asiáticos e médio-orientais ao Império Russo), não deve entretanto ser menosprezada, sob a pena de deixarmos de lado justamente a riqueza de uma concepção materialista da história.

2.2 Apontamentos sobre a questão agrária

Qual uma aranha, pois, a acumulação capitalista se articula intra, inter e extra espacialmente, de modo que os distintos ciclos de rotação dos distintos capitais particulares se “interpenduram” uns aos outros, na trama de complexas teias interligadas por diversos pontos de contato, em um frágil mosaico que constitui elemento fundamental da expansão necessária do capitalismo e, ao mesmo tempo, um de seus maiores desestabilizadores potenciais. As mercadorias de um determinado ramo em uma determinada região, por exemplo, são matéria-prima para a produção de outras mercadorias, de outro ramo, em outra região, que podem necessitar, ainda, realizar seu valor através da circulação em uma terceira região — e assim por diante e simultaneamente em todos os setores da economia e em todas as regiões do mundo vinculadas à acumulação capitalista, espalhando-se ainda por territórios e setores nos quais a produção não se dá diretamente sob relações de produção tipicamente capitalistas e determinando efetivamente a sua lógica de reprodução social, seja através da expansão do mercado mundial e do surgimento de uma divisão

⁵⁷ Que optamos por incluir neste capítulo, apesar de não se referirem especificamente à questão nacional-colonial – ou mesmo à subordinação meramente *territorial* de regiões “não capitalistas” – e, nesse sentido, transbordarem imensamente os limites estritos desta. A opção de apresentação foi feita devido à relação lógica entre o entendimento da autora sobre o processo de acumulação de capital e as teses sobre a questão agrária formuladas no SPD. Pela particularidade de sua concepção, frequentemente esta tem sido comparada a algo como um processo de continuada acumulação primitiva, ou de constante expansão e reconstrução dos processos de expropriação e constituição de relações de produção especificamente capitalistas, ampliando constante e necessariamente a escala da subordinação do mundo pelo capitalismo.

internacional do trabalho (junto à própria expansão do sistema interestatal capitalista), seja através da subordinação, em um mesmo território, de todas as formas de produção às relações de produção especificamente capitalistas, dado o caráter da formação econômico-social em sua totalidade⁵⁸.

Assim, reitera-se que apesar do caráter quase anacrônico da subsistência dos grandes Impérios – senhores de vastos territórios conquistados em grande medida através de uma lógica expansiva dinástico-militar –, que resistiam a cair, sua eventual queda significaria uma disputa feroz pela partilha do botim, especialmente no contexto da perda da hegemonia industrial por parte da Inglaterra e do surgimento de novas potências capazes de (e decididas a) disputar a liderança do mundo capitalista.

Nesse sentido – como em absolutamente todos – é imprescindível distinguir os adjetivos “imperial” e “imperialista”, uma vez que o primeiro se remete justamente a estes Impérios dinástico-militares, e não à categoria em questão. Ainda mais grave, remete-se portanto a uma lógica expansiva muito distinta, na qual o elemento da constante disputa que caracteriza o imperialismo na maioria das acepções marxistas (à exceção de Kautsky) desaparece e dá lugar a uma relação de poder sem qualquer vínculo necessário com a acumulação capitalista.

Partindo desta chave de compreensão, o debate sobre a questão agrária esteve vinculado à discussão sobre o papel das “regiões agrárias” na acumulação capitalista, em especial como mercados para a realização de produtos industriais, como fonte de bens de subsistência para trabalhadores e, particularmente, como fonte de matérias-primas.

A obra seminal nesse sentido é *A questão agrária*, de Kautsky ([1898] 1986), escrita, a um só tempo, como instrumentação dos debates internos e da disputa programática no SPD e também como anticrítica a ataques perpetrados ao conteúdo de *O Capital* pela nascente escola neoclássica, detentora de todos os postos acadêmicos especialmente na Áustria, no bojo da atomização das ciências particulares ocorrida com o amadurecimento do capitalismo e da

⁵⁸ Lembremo-nos de que o caráter predominantemente não capitalista (porém absolutamente inserido na reprodução ampliada do capital em escala mundial e essencial para esta) das relações de produção estabelecidas nas colônias no século XIX chega a ser apontado inclusive por Marx no *Capital*, em sua discussão sobre a “teoria moderna da colonização” (para demonstrar a relação necessária entre o trabalho assalariado e a propriedade privada dos meios de produção), embora o objetivo central desta obra não seja, em nossa opinião, traçar uma perspectiva histórica do desenvolvimento capitalista, mas sim submetê-lo à sucessiva análise e síntese, segundo o método materialista dialético, para compreender e apresentar suas contradições mais determinantes (singulares), suas características mais essenciais, remontando a partir destas uma compreensão pensada – e não idealizada – do concreto como síntese de múltiplas determinações.

sociedade burguesa ao final do século XIX⁵⁹. Neste livro, a tese central de Kautsky – cuja influência nesta questão particular é identificável, em nossa opinião, na obra de vários autores posteriores, inclusive Rosa Luxemburgo – gira ao redor de uma interpretação específica sobre os esquemas de reprodução e a relação entre os departamentos da economia na obra de Marx, encontrando na desproporcionalidade do processo de reprodução ampliada de capital (e não na superprodução) a principal determinante das crises capitalistas.

Concordamos, nesse sentido, com José Paulo Netto (1985, p.vii) quando afirma que a candência do debate sobre a questão agrária na década de 1890 “não derivou de imperativos teóricos: foi posta pelo novo quadro político”, no qual o crescimento dos partidos social-democratas e sua emergência na vida institucional de vários países teriam obrigado à análise do tema para a formulação de programas que viabilizassem “uma estratégia capaz de aliar as opções partidário-eleitorais da população dos campos aos avanços da classe operária urbana”⁶⁰.

Corroborando com essa compreensão, destaca-se o prefácio do próprio Kautsky ([1898] 1986, p.7) ao livro, no qual afirma, por exemplo, que “a grande diferença existente entre a social-democracia alemã e a Internacional [...] a ponto de não se ter chegado a um consenso definitivo sobre a política agrária a ser adotada pela social-democracia em termos universais”. É a esta “política agrária”, que denota os imperativos políticos concretamente impostos ao tema, que o autor dedica toda a segunda parte de seu livro, cujas teses centrais foram apresentadas (e rechaçadas) ao congresso do SPD em Bratislava. O autor também destaca, porém, a publicação do Livro III de *O Capital* e das teses sobre a renda fundiária nele contidas como um dos elementos para que a questão agrária passasse “para o primeiro plano das preocupações de ordem

59 A primeira crítica neoclássica à obra de Marx foi feita por Böhm-Bawerk, futuro ministro das finanças do Império Austríaco, em 1896.

60 Não se trata de mera coincidência que o trecho citado tenha sido retirado da Introdução à última edição brasileira do livro de Lênin *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, lançado na Rússia apenas alguns meses depois de *A questão agrária* ser lançado na Alemanha. Tampouco é coincidência que, por sua estrutura e conteúdo, *A questão agrária* também deva ser considerada referência essencial para a compreensão da trajetória teórica do surgimento da categoria “desenvolvimento desigual”, também fruto em grande medida da candência do debate político-programático e da necessidade de caracterização do capitalismo – e, especialmente, das contradições de seu desenvolvimento – no seio da disputa política.

Ainda segundo Netto em sua Introdução ao livro de Lênin, os primeiros social-democratas a elaborarem um “programa agrário” teriam sido os socialistas franceses (nos congressos de Marselha e Nantes, respectivamente em 1892 e 1894), criticados por Engels em *O problema camponês na França e na Alemanha*, escrito em 1894. Trata-se de um tema de fundamental importância, se tivermos em conta os debates posteriores sobre a aliança operário-camponesa.

teórica” (*Ibid.*, p.8).

A social-democracia deveria favorecer o desenvolvimento do capitalismo ou se opor a ele? Esse questionamento fundamental se refletia nos debates, na medida em que, por um lado, associava-se a uma concepção tendencial de desenvolvimento, relacionada ao desenvolvimento das forças produtivas e de relações de produção especificamente capitalistas (presente, por exemplo, em passagens das obras de Marx sobre o desenvolvimento capitalista na Índia ou da correspondência de Marx e de Engels com outros dirigentes da social-democracia europeia no século XIX). A esta concepção favorável ao desenvolvimento das forças produtivas, se contrapunha a visão, também essencial à obra de Marx e de Engels, de que o proletariado jamais poderia ser livre enquanto oprimisse povos de outras regiões.

Em sua contribuição ao debate, Kautsky parte da análise da constituição de relações de produção especificamente capitalistas na Europa e de sua relação com a questão agrária, investigando as características da relação entre “o camponês e a indústria” (Cap.2), na medida em que esta destrói, na Europa, as relações de produção feudais (cf. Cap. 3) e estabelece a “agricultura moderna”, capitalista (Caps. 4-9). Ao mesmo tempo, se preocupa em analisar as transformações que, uma vez estabelecida, esta agricultura moderna teria atravessado na Europa e na América.

Partindo de sua interpretação sobre o Capital, ainda que de maneira pouco elaborada, identifica por outro lado uma crescente desproporção entre indústria e agricultura em determinadas regiões, que considera inerente ao desenvolvimento capitalista e responsável, como enfatizamos, por suas crises cíclicas – nas quais as proporções da produção de ambos os setores se ajustariam. Tal desproporção levaria à necessidade continuada de expansão, em escala ampliada, da subordinação de regiões agrícolas, visando a mitigar a contradição e viabilizar a continuidade da reprodução ampliada de capital.

“a crescente habilidade da indústria capitalista de se expandir constantemente aumenta a pressão para estender a zona agrícola, que provê à indústria não apenas alimentos e materiais brutos, mas também consumidores” (KAUTSKY, [1914] 1914).

A crescente necessidade da subordinação de regiões agrícolas – principalmente como fontes de matéria-prima e fornecedoras de bens-salário a baixos preços, mas, em última análise, também como mercados – tenderia, na opinião do autor, a gerar crises de desproporção na indústria em dois sentidos, complementares: crises de escassez de matérias primas ou crises de superprodução de produtos industriais. Esta pressão pela extensão da zona agrícola apareceria, portanto, como uma ânsia constante, por parte dos países capitalistas industrializados, pela extensão das regiões com as quais detêm relações comerciais, levando à passagem do “Livre comércio” ao “Imperialismo”.

A insaciável ânsia pela sujeição continuada de zonas agrícolas advinda da desproporcionalidade é o ponto nevrálgico para a compreensão da relação entre a questão agrária tal qual formulada por Kautsky e os debates no movimento social-democrata acerca da questão nacional-colonial – e portanto, para a compreensão da posição de Kautsky acerca do imperialismo. Por isso, sua melhor síntese encontra-se justamente no único texto que o autor escreveu especificamente sobre a questão do imperialismo (*Ultraimperialismo*, de 1914).

Estas duas opções de política externa (“livre comércio” e “imperialismo”), portanto, seriam na visão de Kautsky *formas* distintas de satisfação da ânsia à qual nos referimos. A precipitação da eleição da forma imperialista não seria um desdobramento inexorável do próprio desenvolvimento capitalista e estaria relacionada à reação da Inglaterra diante da perda de sua superioridade industrial (que lhe possibilitava a imposição do livre-cambismo, enquanto potência hegemônica sem concorrentes)⁶¹, como será melhor analisado no capítulo 4 deste trabalho. O imperialismo seria, pois, uma forma de satisfazer a pressão inerente, constante e crescente nos grandes Estados industriais, pelo domínio expansivo e a subversão de zonas agrárias, relacionando-se intrínseca e fundamentalmente, portanto, à questão nacional-colonial.

Daí decorreria, justamente, a tendência a que os Estados capitalistas queiram sujeitar ao máximo as regiões agrárias (“diretamente – como colônias – ou indiretamente – como esferas de influência”) e a relação umbilical entre o imperialismo, o colonialismo e o anexionismo, na concepção do autor, que vê o imperialismo, em última análise, como uma relação entre zonas

61 Kautsky ([1914] 1914) vê o projeto de livre comércio inglês como o processo de transformação da Inglaterra em “oficina do mundo” e do resto do mundo em uma enorme zona agrária – um acordo aparentemente vantajoso também para os proprietários de terras ao redor do mundo, que teria caído por terra na medida em que os Estados industriais tendem a dominar os Estados agrários e na medida em que alguns destes, de acordo com seu poder para tal, buscam maior autonomia econômica e política através da industrialização capitalista.

industriais e zonas agrárias⁶².

Nesse sentido, a própria guerra também estaria relacionada à questão nacional-colonial, sob o prisma da viragem na política externa à qual nos referimos, frente à necessidade de continuada subordinação de zonas agrárias determinada pela desproporcionalidade intrínseca à acumulação capitalista: quanto maior a concorrência entre as potências industriais pela sujeição direta ou indireta de regiões agrárias, maior seria, em sua opinião, a animosidade entre as mesmas, reproduzida majoritariamente, nos casos da Inglaterra e da Alemanha, “por grupos de capitalistas [nela] interessados, através da imprensa” (KAUTSKY, 1900). Em discurso proferido em 1906, Kautsky chega a afirmar, quase profeticamente, que

“se houver guerra entre duas potências europeias hoje, o sistema de alianças fará dela uma guerra de todas as grandes nações da Europa, não, uma guerra do mundo inteiro”.

Entretanto, se, por um lado, assevera que “a guerra jamais tendeu a ser mais universal que hoje” e que “portanto, a próxima guerra não apenas levará a um tremendo dilapidamento material e monetário, a um trucidamento terrível da flor das nações – tudo a que o capitalismo daria as boas-vindas se pudesse tirar lucros disso”, por outro lado, afirma *no mesmo trecho*, montando a contradição como unidade dialética, que “o capitalismo jamais foi tão facilmente afetado por quaisquer distúrbios como hoje”, que “a próxima guerra europeia e “a paz universal jamais foi mais necessária para ele que hoje” e que “a próxima guerra europeia significa uma derrubada geral da empresa capitalista, uma bancarrota geral ao redor do mundo” (KAUTSKY, [1906] 1907). Tais elementos já prenunciam a solução teórica que viria a ser proposta pelo autor sob a forma do “ultraimperialismo”.

62 Também no capítulo 4, são tecidos alguns apontamentos sobre a interessante possibilidade de depreender da obra de Kautsky, ainda que em um sentido bastante restrito, observações sobre a importância do acirramento da exportação de capitais como mais um determinante na opção pela política imperialista em detrimento do livre-cambismo, na medida em que o processo de exportação de capitais estaria relacionado à conformação de uma mudança qualitativa nas formas de anexação e colonização para a sujeição de regiões agrárias.

2.3. Apontamentos sobre a *questão colonial*

No que se refere especificamente à questão colonial, ao contrário do que se possa idealizar, o viés do debate na II Internacional não foi, grosso modo, a defesa do anticolonialismo a partir da perspectiva dos povos oprimidos (apesar desta ter se feito presente), mas os resultados produzidos *na Europa* pela expansão colonial, que ao mesmo tempo se baseava na existência do capitalismo e acelerava seu desenvolvimento⁶³. Pode-se daí depreender, por um lado, o significativo papel da questão colonial no debate sobre o desenvolvimento de forças produtivas tipicamente capitalistas e, por outro, o eurocentrismo que permeou este debate, característico do próprio movimento social-democrata europeu.

A dependência das próprias potências em relação às zonas subjugadas, por sua vez, também chamava a atenção. No caso da Inglaterra e de sua “joia da coroa” – a Índia –, por exemplo, as perdas na balança comercial inglesa quando da “Grande Depressão” dos anos 1870 foram contornadas em alguma medida pelas exportações “indianas” para toda a região asiática – aumentando as exportações do Império Britânico através de produtos que apareciam nos registros como indianos e facilitando o financiamento da política colonial para além do poder de taxaço sobre a própria população da colônia, através da imposição de um poder de endividamento indiano em relação ao sul da Ásia, uma vez que aquele país se tornara credor regional através de suas “exportações”, denominadas em rublos.

Por outro lado, na opinião de alguns autores (notadamente Lênin e Hilferding), o capital financeiro viria a subverter a política colonial, passando, como vimos, a ditar a lógica da disputa pela partilha do mundo entre as grandes potências, que se tornaria na prática a disputa por zonas de influência de grandes conglomerados capitalistas – possibilitada com maior ou menor vantagem segundo o grau de subordinação de cada região aos Estados de onde provinham os capitais exportados. Mesmo a partilha política do mundo entre as grandes potências, inclusive no que se refere ao novo colonialismo, deixava aos poucos de ser determinada por uma lógica expansiva dinástico-militar e passava a ser regida pelas contradições da própria acumulação capitalista e pela luta de classes em cada território.

Mesmo aqueles autores que não identificam o capital financeiro como um elemento

63 Sobre o tema, conferir o excelente artigo de Andreucci (1984).

especialmente significativo para a caracterização do capitalismo à época, identificam mudanças na política colonial ao final do século XIX, que constituem aspecto central em suas interpretações. Segundo Kautsky, por exemplo, a natureza da política colonial e os métodos de exploração econômica de umas raças por outras (“economicamente mais fortes”, em sua opinião) teriam se modificado através da história. Assim, a independência dos Estados Unidos, por um lado, e, por outro, o desenvolvimento industrial de alguns países – inclusive os próprios EUA –, a ponto de concorrer efetivamente com a Inglaterra (chegando mesmo a apresentar taxas de crescimento industrial maiores que a deste país)⁶⁴, teriam transformado as feições da política colonial e levado à necessidade de transformação das colônias em mercados (Cf. KAUTSKY, 1900). A disputa por esses mercados (que, como notaria Rosa Luxemburgo, são criados em alguns casos através da independência ou autodeterminação de certos povos e regiões) – e, mais ainda, a disputa por essas mesmas regiões como fontes de matérias-primas e de bens de subsistência para trabalhadores assalariados – viria a constituir na opinião de Kautsky, ao final do século XIX, uma nova política colonial, imperialista.

No mesmo artigo, o autor ressalta ainda a importância “não apenas da extensão de mercados”, mas do “investimento externo” de “capital supérfluo”⁶⁵, bem como o fato de que “enquanto isso, a *finança* encontra satisfação na aquisição de colônias em um grau muito maior que a indústria”. Contudo, embora imprescindíveis para uma análise mais totalizante sobre o período, tais afirmações não devem nos desviar do foco de que a política colonial inglesa (em

64 Pensando na questão dos EUA e dada a tendência ao domínio dos Estados industriais sobre os Estados agrários e a perda de autonomia política e econômica destes, Kautsky afirma que os “esforços para manter ou obter independência nacional ou autonomia geram necessariamente, no ciclo completo da circulação capitalista internacional, a luta por uma indústria pesada autônoma, que, sob as atuais condições, precisa ser capitalista” (KAUTSKY, [1914] 1914). Não podemos deixar de notar que, ao estabelecer claramente uma relação entre “independência nacional” e “autonomia”, tal interpretação se aproxima bastante de concepções próximas ao nacional-desenvolvimentismo que (apesar da teorização leninista sobre “o elo mais fraco da corrente” e sobre a relação entre tática e estratégia no que se refere às alianças de classe) nortearam grande parte dos Partidos Comunistas latino-americanos ao longo do século, tendo contribuído durante períodos significativos para a defesa, por parte destes, de uma aliança de classe com a burguesia dita “nacional. Na opinião de Kautsky, o próprio desenvolvimento de mercados para produtos industriais estrangeiros no interior dos Estados agrários geraria as condições para esta ruptura industrial (cuja realização efetiva dependeria, entretanto, do poder político de cada Estado industrial), na medida em que: i) “destrói a indústria pré-capitalista interna, liberando uma grande quantidade de força de trabalho disponível para o capital, como trabalho assalariado”; e ii) gera fluxos de capital estrangeiro para a construção de ferrovias e para a produção de matérias-primas agrícolas e de mineração (KAUTSKY, *Op. Cit.*).

65 Não pudemos descobrir se no original em alemão o termo empregado por Kautsky e traduzido como “capital supérfluo” pode ter alguma relação com o termo costumeiramente traduzido como “capital excedente”, empregado por Hilferding e Lênin ao discorrer sobre a “exportação de capitais”.

resposta à novidade da disputa com outros países pelo controle de “regiões agrárias”) aparece como sendo o cerne da questão do imperialismo para Kautsky. Tal afirmação é atestada, por exemplo, pelo fato de que o autor não emprega o conceito de “imperialismo” para denominar a política internacional de outras potências, coloniais ou não⁶⁶ (Cf. KAUTSKY, 1900), e pelo papel conferido à nova política colonial, por exemplo, em sua introdução a *Socialismo e política colonial*, onde afirma que “a investigação [sobre a questão colonial] se torna mais importante à medida em que a política colonial torna-se, cada vez mais, o pivô de toda a política internacional, e na medida em que ameaça cada vez mais a paz mundial, que, de outra maneira, pouca coisa perturbaria [ênfase nossa]” (KAUTSKY, [1907] 1975)⁶⁷.

Hobson ([1902] 1904), por sua vez, também define o imperialismo através da política colonial, identificando-o com uma espécie de “mau colonialismo” com raízes econômicas. Ao necessitar recorrer à força para se impor, o mau colonialismo se distinguiria do colonialismo bom e aceitável (ou do “genuíno nacionalismo”). Em sua opinião, o colonialismo, no bom sentido, seria um desdobramento natural da nacionalidade e demonstraria a capacidade de “transposição dos valores da civilização colonizadora para o novo ambiente natural e social”, podendo se dar inclusive através da imigração de parcela significativa do povo de um país para sua colônia. Ao utilizar-se da força e se tornar “perversa”, a política colonial imperialista provocaria ferrenha resistência por parte dos povos das colônias⁶⁸.

Hilferding, para quem o imperialismo não passa necessariamente pela política colonial – como veremos – tem contudo interessantes apontamentos acerca do papel desta na reprodução social ampliada do capital: em sua opinião, a posse formal inglesa sobre as colônias (ou, em nossas palavras, a subordinação formal das mesmas) não seria estritamente necessária para a manutenção de seu papel na acumulação de capital (ou na divisão internacional do trabalho). Nesse sentido, a própria propaganda do livre-comércio bastaria para manter as colônias alheias, como mercados para a venda de produtos industriais e fontes de compra de matérias-primas, em

66 Kautsky afirma, por exemplo, que “Desta situação no mundo [concorrência entre as nações industriais] depreende-se a nova política colonial, a caça por novas colônias, a moderna política de expansão americana, o imperialismo inglês e, pelo menos parcialmente, a política-mundial alemã [ênfase nossa]” (KAUTSKY, 1900).

67 A identidade entre “imperialismo” e “política internacional” para Kautsky será melhor estabelecida no Capítulo 4 desta dissertação.

68 Trata-se, neste momento, apenas de um apanhado geral da relação entre a controvérsia nacional-colonial e algumas das acepções da categoria imperialismo. A síntese deste debate é aprofundada no capítulo 4.

detrimento da aplicação de uma difícil e dispendiosa política colonial ativa que garantisse a posse formal da Inglaterra sobre as colônias. Posse formal esta que, em alguns casos, era acusada inclusive de atrapalhar o comércio, através do incentivo a disputas internas no território colonial (a conhecida máxima do “dividir para reinar”). O autor destaca, entretanto, que a Inglaterra não abriu mão de suas colônias, apontando, ainda que de maneira não conclusiva, aquele que poderia ser um dos principais motivos para a não concretização completa do discurso livre-cambista: o poder de tributação associado às possessões territoriais. Citando Schultze-Gävernitz, Hilferding afirmaria que

“Os manchesterianos se tornaram – sem querê-lo – os novos fundadores do império inglês, que não teria sido sustentável pela ação dos jaquetas vermelhas” (SCHULTZE-GÄVERNITZ apud HILFERDING, *Op. Cit.*, p.285)⁶⁹.

Ao frisar – de certa maneira como Kautsky, ainda que com conclusões muitíssimo distintas – a importância do protecionismo para o início do desenvolvimento capitalista em um determinado país, Hilferding (*Ibid.*, p.289) afirma, entretanto, que “na época dos monopólios capitalistas a situação é diferente”, de modo que, como abordaremos no Capítulo 4, em sua opinião o protecionismo passaria a ser defendido justamente pelas indústrias mais poderosas, “capazes de exportar, de cuja capacidade de concorrer no mercado internacional não cabe a menor dúvida”, como forma de manter seus privilégios, incentivar a cartelização e auferir lucros extras, de corte monopolista, no mercado interno.

2.3.1. O surgimento da proposta de uma “Política Colonial Socialista” e o anticolonialismo

No que se refere às contradições inerentes a uma associação estrita entre os debates sobre a questão colonial e os debates sobre o próprio processo de desenvolvimento capitalista (visto, à época, essencialmente como desenvolvimento das forças produtivas), bem como às contradições inerentes ao caráter eurocentrista e etnocentrista assumido por uma porção significativa dos

⁶⁹ Os industriais de Manchester foram alguns dos principais defensores do livre-cambismo na Inglaterra das décadas de 1830 e 1840, à época do debate sobre as leis de cereais. “Jaquetas vermelhas” era o nome dado aos soldados da força colonial britânica, pela cor de seus uniformes.

mesmos, a temática da “política colonial socialista” e a crítica ferrenha a esta dentro da II Internacional é extremamente elucidadora.

Em relação à política colonial, a defesa expressa de ações caracterizadas, por exemplo, por Hobson ([1901] 1901), como “imperialistas” já vinha sendo professada, segundo o autor, por “alguns liberais com inclinações socialistas e por uns poucos socialistas declarados” no caso da anexação da república boêr do Transvaal à União Sul-Africana (durante a segunda Guerra dos Boêres). Corroborando tais afirmações, deve-se lembrar o marcante debate travado, cerca de cinco anos depois, no Congresso Internacional de Stuttgart: na ocasião, debateu-se a possibilidade de desenvolver as forças produtivas nas colônias através da política colonial capitalista e, analogamente, foram aventadas as possibilidades “civilizatórias” e de desenvolvimento das forças produtivas associadas à manutenção de uma política colonial mesmo após a revolução socialista⁷⁰;

Esta posição, que entrou para a história sob o antagônico nome de “política colonial socialista”, teve como principais defensores Van Kol (da Holanda) e Eduard Berstein (do SPD). Durante o Congresso, Berstein buscou infrutiferamente justificar seus argumentos através da reivindicação da concepção de desenvolvimento em Marx e Engels, intimamente associada ao desenvolvimento das forças produtivas:

“Precisamos nos afastar da ideia utópica que leva a livrar-se das colônias. A consequência final desta posição seria devolver os Estados Unidos aos índios. (Protestos) As colônias estão aqui para ficar: devemos fazer as pazes com isso. Povos civilizados têm que exercitar uma certa tutela sobre povos não civilizados – até socialistas têm que reconhecer isto. Baseemo-nos em fatos reais, que nos levarão a contrapor a política colonial capitalista com uma política socialista. Muito de nossas vidas econômicas recai sobre produtos das colônias que os nativos não eram aptos a utilizar. Sobre todas estas bases, devemos aceitar a resolução da maioria [Entre parênteses, o texto que constava da transcrição original citada por Kautsky. Sublinhada, ênfase nossa]” (BERSTEIN apud KAUTSKY, [1907] 1975).

Para uma aproximação geral ao debate, pode-se consultar os três primeiros capítulos do já mencionado texto *Socialismo e política colonial*, escrito por Kautsky ([1907] 1975)⁷¹

70 A defesa da “política colonial socialista” se apoiava no suposto caráter civilizatório da dominação colonial, característica presente em uma porção significativa da obra de Marx e de Engels, particularmente no que se refere às categorias “nação histórica” e “nações sem história” [no sentido de povo, nacionalidade] e a uma concepção de desenvolvimento associada primordialmente ao desenvolvimento das forças produtivas. Nem Marx nem Engels, entretanto, jamais entreviram a possibilidade de extrapolação deste “caráter civilizatório” para a revolução proletária, afirmando, ao contrário, que uma nação [no sentido referido] jamais poderia ser livre de fato (e tampouco o proletariado no poder) enquanto oprimisse as demais.

71 Vale destacar que, neste livro, Kautsky retoma mais minuciosamente as categorias “colônia de exploração” [*exploitation colony*] e “colônia de trabalho” [*work colony*], em uma relação já mencionada por ele mesmo em

imediatamente após o Congresso Internacional de Stuttgart, no qual o autor se posiciona contra as concepções de Bernstein, afirmando que o debate sobre uma hipotética e abstrata “política colonial socialista” só faria sentido na medida em que servisse de argumentação no debate sobre a política colonial capitalista (que o autor caracteriza como imperialista) e sobre a posição que deveria ser tomada frente à mesma – de rechaço, como se pode apreciar na conclusão lógica de Kautsky:

“Se uma sociedade socialista requer colônias, então é óbvio que também aprovaremos a aquisição e retenção de colônias no presente, e nosso rechaço a toda a política colonial falha no princípio: [nesse caso] nós podemos, no máximo, nos opor aos meios e modos pelos quais as colônias são ocupadas e administradas” (*Ibidem*).

Mais tarde, Lênin também caracterizaria a defesa de uma “política colonial socialista” como veículo do “apoio dos oportunistas, no Congresso de Stuttgart, aos 'atos civilizatórios' da burguesia”, destacando, em um trecho particularmente irônico, “as ações burguesas para 'civilizar' as colônias através da difusão do álcool e da sífilis” (apud SOMOLEV *et al. Op. Cit.*).

O debate em torno da posição que os socialistas deveriam ter sobre o colonialismo e o novo colonialismo em si (como processo de dominação de uns povos sobre outros – e não apenas sob o aspecto do desenvolvimento das forças produtivas, ou como elemento necessário à acumulação de capital), que apesar de existir em meados do século XIX, apesar de existir, não era tão claro ou proeminente, aparece portanto de maneira significativa na crítica à proposta de uma “política colonial socialista”. Também nesse sentido, a questão colonial se une à questão da autodeterminação dos territórios anexados, na medida em que o debate sobre ambas se apresentava, às avessas, como debate sobre a efetiva libertação do proletariado, que não poderia

artigo de 1880 (*O impacto do aumento da população na sociedade*). Apesar da tremenda ressonância de tais categorias (sob a forma de “colônia de exploração” e “colônia de povoamento”) nas tentativas de interpretação da realidade brasileira, através de Caio Prado Jr. (em *Evolução política do Brasil*, de 1933 e, mais emblematicamente, *Formação do Brasil contemporâneo*, de 1942), que entrara em 1931 no Partido Comunista Brasileiro, provavelmente o contato deste com tais categorias não se deu através de Kautsky, mas através de Leroy-Beaulieu, sua fonte declarada. De acordo com Adalmir Leonídio (1999), que investiga as origens destas categorias na obra de Leroy-Beaulieu, a principal referência deste ao escrever a obra citada por Caio Prado seria *Princípios da Economia Política*, de Wilhelm Roscher [1858]. Encontramos referências a este livro no *Capital* e no artigo de 1880 de Kautsky, no entanto, o mesmo parece tratar especificamente da questão colonial. Segundo Leonídio, Roscher (também autor de *Kolonien, kolonialpolitik und Answanderung* [1848]) é a referência principal também de Manoel Bonfim, que também utiliza no Brasil, ainda na década de 1920, as categorias aqui referidas. Não pudemos encontrar, entretanto, referências explícitas a este segundo livro em particular nem em Kautsky, nem em Leroy-Beaulieu, de modo que um paralelo direto entre estas obras – se é que existe – queda por ser investigado.

ser livre enquanto oprimisse outros povos através do Estado Nacional.

Concretamente, o impacto da independência dos EUA em 1776 e, no início do século XIX, da luta pela independência política de uma série de colônias no continente americano (estabelecidas durante a primeira onda de expansão ultramarina europeia) sobre as lutas de autodeterminação e as lutas de independência frente ao jugo colonial de modo geral, ameaçando o sistema colonial em seu conjunto, colocou desafios importantíssimos à análise marxista, ao apresentar concretamente a luta pela libertação e o debate sobre a efetividade ou não da conquista política da independência⁷².

A subversão das lutas pela independência nos marcos do imperialismo, por sua vez, fica clara se nos lembramos que, na opinião de Lênin ([1917] 1985), a primeira guerra que poderia ser caracterizada claramente como uma “guerra imperialista” (na qual duas potências se enfrentaram diretamente) teria sido a guerra hispano-americana, que se enquadra necessariamente no processo de luta pela independência nas Filipinas, Porto Rico e, particularmente, Cuba – localidade na qual a conquista da independência política pelo movimento *machetero* fôra abortada pelo autoatentado dos EUA ao navio USS Maine no porto de Havana, utilizado como pretexto para a entrada dos EUA na guerra visando à manutenção e aprofundamento de sua influência sobre o Caribe .

Se no início do século XX, pela primeira vez, o mundo já se encontrava completamente repartido em territórios ou zonas de influência de “um punhado de grandes potências” (Cf. LÊNIN, *Op. Cit.*), a eventual destruição dos Impérios e o possível fim da hegemonia inglesa só poderiam se dar, portanto, nos marcos de uma redivisão geoeconômica e geopolítica de todo o território. Nesse contexto, é compreensível que a subordinação formal da maior porção dos territórios – sob a forma de colônias ou de territórios anexados – tenha se constituído como um tema central de debate na II Internacional, frente ao acirramento da disputa por esta divisão geoeconômica e geopolítica. Na realidade, os primeiros debates sobre o imperialismo dentro da social-democracia tomaram a feição nacional e anticolonial, fazendo frente à ofensiva das potências europeias no último quarto do século XIX.

72 Sobre o tema, ver a nota de rodapé n.56, neste capítulo.

2.4. Acerca da questão nacional: Apontamentos sobre as visões de Kautsky, Rosa e Lênin

O primeiro evento associado à eclosão da I Guerra mundial – embora não sua causa mais profunda – foi o assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando (herdeiro do trono Habsburgo) em Sarajevo, pelas mãos do movimento de autodeterminação das províncias eslavas balcânicas em relação ao Império Austro-Húngaro. Não é demais lembrar o papel de destaque da guerra no processo de cisão da social-democracia europeia, na criação da Internacional Comunista e na eclosão da própria Revolução Russa, reiterando a centralidade da questão nacional uma vez que esta precipitou imediatamente a eclosão da Grande Guerra. Deve-se notar, ainda, que na II Internacional desde muito cedo a temática da autodeterminação nacional – definida por Lênin como processo referente “à separação política” (Cf. [1914d] 1984) – aparece intimamente relacionada ao termo “imperialista” (embora ainda sem qualquer tipo de precisão teórica), uma vez que a subordinação dos territórios anexados e a disputa sobre seu controle se constituía como elemento fundamental na geopolítica europeia.

Sobre a importância econômica da questão nacional, muito pode ser dito.

A relevância das nacionalidades e as inúmeras e já mencionadas diferenças entre o emprego do termo “nação” neste sentido – análogo em muitos casos a “povo” ou “etnia” – e seu significado corrente na atualidade, é bastante ilustrativo, por exemplo, o caso da rica Alsácia-Lorena: do ponto de vista orgânico, esta região era levada em consideração na II Internacional com o mesmo destaque que a região polonesa e, como podemos ver hoje, nunca se tornou um país, apesar de ter sido território-chave tanto na Primeira quanto na Segunda Guerra Mundial, do ponto de vista geoestratégico. A importância política da questão polonesa, também como exemplo, é marcada pela emblemática controvérsia entre Lênin e Rosa Luxemburgo, na qual se travam debates sobre a questão da autodeterminação em geral e sobre a questão específica da Polônia, particularmente cara a ambos por se tratar da terra natal de Rosa, dominada pelo Império Russo, pela Prússia e pelo Império Austro-Húngaro.

Em uma chave de análise complementar, a importância econômica da relação entre a questão da autodeterminação e o desenvolvimento capitalista pode ser constatada, por exemplo, através de *O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, no qual Lenin visa a criticar teoricamente as concepções populistas sobre a não-existência do capitalismo no Império Russo e

sobre a identificação do campesinato como classe revolucionária, em lugar do proletariado⁷³): uma porção expressiva da indústria identificada por Lênin no Império Russo estava localizada justamente em territórios anexados cuja predominância étnica era distinta da grão-russa (territórios estes que não se caracterizavam, portanto, apenas como “regiões agrárias”, apesar do fato de que parte significativa dos mesmos fosse dedicada à agricultura)⁷⁴. O mapeamento do crescimento das “fábricas puramente capitalistas” se constituiu como um importante elemento na caracterização de Lênin sobre a progressiva predominância do modo de produção capitalista na formação social e econômica então existente no Império Russo, apesar do caráter majoritariamente camponês da população residente neste; constituiu-se também, portanto, como um elemento fundamental para a formulação posterior do autor sobre o “desenvolvimento desigual e por saltos”. De acordo com Lênin,

“Estamos [ao final do século XIX] diante de duas tendências opostas, não obstante traduzam o desenvolvimento do capitalismo: de um lado, a decadência dos estabelecimentos dos latifundiários, do tipo da posse hereditária⁷⁵, e, doutro, a transformação das empresas dos comerciantes em fábricas puramente capitalistas. Durante os anos 60, um número considerável de operários ocupados na produção de tecidos de lã não eram operários *fabris*, no sentido próprio do termo, mas camponeses dependentes trabalhando para latifundiários [ênfase do autor]” (LENIN [1898] 1985, p.298).

Lênin identifica, portanto, a década de 1860 (inclusive) como marco desta mudança na Rússia europeia⁷⁶ — especialmente nas indústrias têxtil e química, ressaltando ainda que “a indústria de meios de produção ocupa uma parte cada vez maior de toda a indústria” (*Ibid.*, p.322). Tal crescimento da indústria fabril, contudo, teria se dado destacadamente nas “províncias predominantemente comerciais” de São Petesburgo, Moscou, Grodno, Chernigov e Livônia (*Ibid.*, anexo III, p.378-382), estas últimas localizadas respectivamente em regiões atualmente pertencentes à Bielorrússia, à Ucrânia e à fronteira entre a Letônia e a Estônia. Salta aos olhos a

73 Os populistas defendiam a derrubada do tzarismo e a transferência de terras para o campesinato, negando a possibilidade de identificação de leis tendenciais no desenvolvimento das relações capitalistas na Rússia e o papel das organizações políticas na transformação da sociedade, dando maior peso à ação de personalidades.

74 Note-se que 1898 é também o ano, por exemplo, em que Rosa Luxemburgo obtém seu doutorado, com uma tese sobre *O desenvolvimento industrial da Polônia*.

75 No original em russo, a expressão “do tipo da posse hereditária”, é usada para indicar que os trabalhadores detêm apenas a posse hereditária da terra, mas não sua propriedade, que cabe ao latifundiário (também traduzido como “senhor”, no sentido feudal). [Ver Nota de Tradução, ao final deste trabalho].

76 Note-se que a servidão foi legalmente abolida no Império Russo em 1861.

importância da assim chamada questão nacional para o desenvolvimento do capitalismo. No que se refere ao emprego de máquinas a vapor, que teria triplicado no conjunto da Rússia entre 1875 e 1892, o marxista russo enfatiza o papel da Polônia — e, certamente, da indústria têxtil baseada em Lódz, apesar de não citar a cidade nominalmente — onde o número e a potência de caldeiras e máquinas a vapor mais que dobrara, correspondendo em 1892 a 31,7% da potência total de 50 províncias da Rússia Europeia (*Ibid.*, p. 322). Vê-se, portanto, que a questão da autodeterminação nacional e das anexações tinha grande implicação não apenas para a aceleração do desenvolvimento do capitalismo nos territórios anexados, mas também para o desenvolvimento do capitalismo na própria Rússia⁷⁷.

Talvez a mais notória crítica ao princípio do direito das nações à autodeterminação tenha partido de Rosa Luxemburgo, polonesa nascida em 1871 em Zamość – quase na fronteira com a atual Ucrânia –, fundadora do SDRP que viria a aderir ao SPD ao se mudar para Berlim em 1897, tornando-se um dos principais quadros desse partido e líder na ruptura com o mesmo quando da I Guerra Mundial.

Rosa criticara, já em 1896, a proposta de resolução de apoio à autodeterminação da Polônia apresentada na Conferência Socialista Internacional de Londres, trinta e dois anos após o protesto à subjugação dessa nação realizado na primeira reunião da Associação Internacional dos Trabalhadores (I Internacional) em 1864, também nesta cidade. A proposta de redação de resolução apoiava-se em dois aspectos, a saber: i) em geral, na “perniciosidade das anexações, desde o ponto de vista dos interesses do proletariado”; ii) em particular, no “significado da subjugação da Polônia para a existência continuada do tzarismo russo e, por implicação, o significado da independência polonesa para sua queda” (apud LUXEMBURGO, [1896] 1976).

Na opinião de Rosa, este significado particular seria falso tanto no que se refere à sustentação interna do Império Russo quanto no que se refere à sua projeção externa. A primeira

⁷⁷ Outro exemplo da relação entre a “questão nacional” e o desenvolvimento desigual no interior do Império Russo é oferecido pela indústria petroleira, localizada fundamentalmente no Cáucaso. Neste caso, é notável também a relação dialética com o desenvolvimento do próprio movimento revolucionário, na medida em os bolcheviques se utilizariam amplamente da rede nacional de distribuição da indústria petrolífera russa para a distribuição de *Iskra*, que tinha um de seus locais de impressão no interior do Império justamente em um porão de Baku (no atual Azerbaijão), onde trabalharam Kalínin, Voroshilov e Stalin. Também podemos destacar, por exemplo, a fundamental participação de Batum (na atual Geórgia) na deflagração da greve geral de 1903.

derivaria das relações sociais dentro da própria Rússia, de modo que a queda do absolutismo e do tsarismo estaria intimamente relacionada ao próprio desenvolvimento do capitalismo e à destruição da propriedade comunal na região. Segundo a comunista polonesa, “a independência da Polônia tem, comparativamente, pouco a ver com a queda do tsarismo, bem como a partição da Polônia tinha pouco a ver com sua existência continuada” (*Ibidem*). Para a existência continuada do tsarismo, seria muito mais importante, a seu ver, a anexação da Alsácia-Lorena pela Alemanha que a partição da Polônia, na medida em que tal anexação dividiria a Europa em dois campos hostis, criaria uma permanente ameaça de guerra e empurraria cada vez mais a França para os braços da Rússia.

Quanto ao primeiro ponto da resolução (a proposição geral sobre a perniciosidade das anexações), Rosa Luxemburgo afirma que “aqui temos uma daquelas grandes verdades, tão grandes, de fato, a ponto de ser um dos maiores lugares-comuns e, como tal, não podendo levar a quaisquer conclusões práticas”. A autora segue, afirmando ser “absurdo” que “da assertiva de que a subjugação de uma nação por outra serve aos interesses de capitalistas e déspotas, conclua-se que todas as anexações são injustas ou podem ser eliminadas dentro do sistema capitalista [ênfase nossa]”, uma vez que isso não levaria em conta “os princípios básicos da ordem existente” (*Ibidem*).

Rosa destaca ainda, nesse ponto, a semelhança entre a proposta de resolução sobre a questão polonesa e a resolução proposta em 1893 por Nieuwenhuis (delegado pela Holanda) e rechaçada em favor de uma proposta alemã. A autora afirma que ambas “se baseiam na crença ingênua de que reconhecer qualquer circunstância que beneficie déspotas em detrimento do povo trabalhador é suficiente para eliminá-la imediatamente” (*Ibidem*) e que – tema da maior importância no debate acerca do imperialismo e da guerra –,

“O mal que deve ser arrancado pela raiz é, em princípio, o mesmo em ambas as resoluções: a holandesa propõe prevenir anexações futuras pondo um fim à guerra, enquanto a polonesa pretende desfazer guerras passadas abolindo anexações. Em ambos os casos, o proletariado supostamente elimina a guerra e as anexações sob o capitalismo, sem eliminar o próprio capitalismo, ainda que ambas sejam, efetivamente, parte da própria essência do capitalismo [ênfase nossa]” (*Idem*).

O caráter indeterminado da resolução determinaria, portanto, seus traços utópicos e, em última instância, reacionários.

Quanto à tática a ser adotada sobre o tema, Rosa se pergunta: “o que pode fazer o

proletariado polonês? Qualquer rebelião seria suprimida de modo sanguinário. Mas caso não se tente nenhuma rebelião, absolutamente nada pode ser feito, já que a rebelião armada é a única via pela qual a independência polonesa pode ser conquistada”. Considera, entretanto, que a Internacional está em posição ainda pior para agir que o proletariado polonês: por sua estrutura orgânica, pode, no máximo, declarar sua solidariedade. Nesse sentido, afirma categoricamente: “Se não é possível fazer nada, a 'demanda' vazia pode muito bem fazer o ar tremer, mas certamente não balançará os Estados que comandam a Polônia”. Assim, a aceitação da resolução — cujo texto não ofereceria mais que “alguns lugares-comuns sobre o caráter pernicioso das anexações e algum *non-sense* sobre a importância da Polônia para o czarismo” — significaria, em sua opinião, a negação de uma decisão anterior tomada pela própria Internacional Socialista. Mas não só: o maior significado da “resolução social-patriótica”, se adotada, seria abrir a porta para que organizações locais colocassem objetivos nacionalistas acima da luta política pela tomada do poder em cada país e pela revolução socialista, dividindo o movimento, que — e nesse sentido Rosa concorda com o sentido geral da bibliografia sobre o tema — graças à clareza sobre a luta política, teria avançado, “desde os dias da [Primeira] Internacional”, de “uma série de pequenos grupos sectários”, para “partidos organizados em cada país em conformidade com as condições políticas peculiares àquele país, sem, com isso, sobrestimar a nacionalidade dos trabalhadores” (*Ibidem*).

Efetivamente, Rosa defendia a tese de que a independência da Polônia como um todo só seria possível através de revoluções proletárias na Alemanha, na Áustria-Hungria e na Rússia e que o combate ao capitalismo era prioritário em relação à independência. Desde essa época, portanto, Rosa era contrária à tese, que viria a ser elaborada por Lênin, sobre o direito das nações à autodeterminação e seu papel na luta pelo socialismo.

Assim, já no século XX, as críticas de Rosa Luxemburgo ao princípio de autodeterminação das nações se centraram na crítica ao enunciado do emblemático Artigo 9º do *Programa* aprovado no Congresso do POSDR de 1903, cujo texto defendia a reivindicação do “Direito de autodeterminação para todos os povos que pertençam à Federação do Estado” (POSDR, [1903] 1959), entablando o mais famoso embate acerca do direito das nações à autodeterminação, entre Lenin e Rosa Luxemburgo.

Lênin ([1916b] 1986) esclareceria o sentido de “direito das nações à autodeterminação, ou

seja, à separação política” que, na opinião de Lênin, deveria ser defendido pelos marxistas “se não querem trair a democracia e o proletariado”. Por sua vez, opondo-se à bandeira de defesa da autodeterminação da Polônia frente ao esmagamento da malfadada Revolução Nacional, de caráter essencialmente burguês, Rosa Luxemburgo afirmara um pouco após a aprovação do *Programa* do POSDR, em seu *Prefácio* ([1905] 1976) a uma antologia de textos sobre a Polônia que

“Agora, que as visões tradicionais da Internacional Socialista sobre a questão polonesa finalmente irromperam no reino das preocupações práticas do movimento operário, [...] no cerne da discussão estava a revisão das visões obsoletas de Marx sobre a questão polonesa, visando a abrir caminho para os *princípios da teoria marxista* no que se refere ao movimento operário polonês”.

Em termos gerais, Rosa mantém suas críticas à reivindicação da autodeterminação na Polônia – consistentes desde sua militância no movimento operário polonês –, extrapolando-as para a condenação da defesa do direito à autodeterminação de “todos os povos que pertençam à Federação do Estado”, ou ao Império Russo, ao qual pertencia, por exemplo, uma parcela da Polónia tripartida. Em *Sobre o Direito das Nações à Autodeterminação* ([1914d] 1984), Lênin afirma, por sua vez, que a crítica de Rosa se basearia no argumento de que “o reconhecimento do direito à autodeterminação equivale a apoiar o nacionalismo burguês das nações oprimidas”⁷⁸. Sobre a já mencionada generalidade do princípio, Rosa ratificaria suas críticas afirmando que, “se compreendermos por este direito [à autodeterminação] somente a luta contra qualquer violência em relação às nações, então é desnecessário um ponto especial do programa, pois os sociais-democratas em geral são contra toda a violência nacional e desigualdade de direitos” (*Idem*).

Na opinião de Lênin, o argumento central de Rosa sobre o apoio ao nacionalismo burguês teria sido refutado de maneira satisfatória por Kautsky cerca de 20 anos antes. Tal argumento, a seu ver, “acusa de nacionalismo o inocente em vez do culpado, pois, temendo o nacionalismo da burguesia das nações oprimidas, Rosa Luxemburgo faz de fato o jogo do nacionalismo cem-negrista dos grão-russos!”⁷⁹ (LENIN, [1914d] 1984). No que se refere à generalidade do

78 Lênin é contrário, entretanto, ao que se refere à “autonomia cultural-nacional” no ensino escolar, defendida principalmente pela burguesia judaica agrupada no Bund e que, em sua visão, “significa o mais refinado e, portanto, o mais nocivo nacionalismo” (LENIN [1913] 1984, p.241).

79 Segundo as notas do Instituto de Marxismo-Lêninismo vinculado ao Comitê Central do PCUS para as *Obras escolhidas* de Lênin em três tomos, os cem-negristas teriam sido “bandos monárquicos criados pela polícia tsarista para lutar contra o movimento revolucionário”.

princípio, Lênin acredita que a chave esteja na defesa concreta do fim das anexações, afirmando:

“o reconhecimento da igualdade de direitos das nações inclui ou não inclui o reconhecimento do direito à separação? Se sim, então significa que Rosa Luxemburgo reconhece a justiça de princípio do § 9 do nosso programa. Se não, significa que ela não reconhece a igualdade de direitos das nações. As fugas e subterfúgios de nada servem neste caso!” (*Idem*).

Defendendo o artigo 9, e voltando à delicada inter-relação entre os aspectos nacionais e internacionais do desenvolvimento capitalista e da luta pelo socialismo, Lênin afirma ainda que “trata-se do programa dos marxistas da Rússia, isto é, dos marxistas de todas as nacionalidades da Rússia”, sendo conveniente analisar a “posição das classes dominantes da Rússia [ênfase do autor]” (*Idem*). Na opinião de Lênin ([1916b] 1986), a política de negação das anexações por parte dos socialistas das nações oprimidas deveria inclusive, necessariamente, denunciar os socialistas das nações opressoras que não defendam, “de maneira consequente e incondicional”, a liberdade de separação das nações oprimidas por sua própria nação, sejam eles russos, alemães, “ou mesmo polacos, em relação aos ucranianos”. Assim, o autor acusa em 1914 a posição de Rosa de “metafísica”, ao não reconhecer a importância do direito à autodeterminação como princípio político voltado à realidade concreta do Império Russo – onde uma nacionalidade também dominaria as demais, sendo mais correta, na opinião do autor, a denominação “Império Grão-Russo”. Sua proposta se define, em síntese, pelo reconhecimento do direito – em princípio – de todas as nações à separação política, associado à avaliação de cada situação concreta.

“Se não apresentarmos e não defendermos na agitação a palavra de ordem do direito à separação, faremos o jogo não só da burguesia, mas também dos feudais e do absolutismo da nação opressora. [...] Arrebatada pela luta contra o nacionalismo na Polônia, Rosa Luxemburgo esqueceu o nacionalismo dos grão-russos, apesar de ser precisamente este o nacionalismo mais perigoso agora, de ser precisamente um nacionalismo menos burguês mas mais feudal, de ele ser precisamente o principal obstáculo para a democracia e a luta proletária. Em todo o nacionalismo burguês de uma nação oprimida há um conteúdo democrático geral contra a opressão, e é exatamente este conteúdo que nós apoiamos incondicionalmente, excluindo rigorosamente a aspiração à sua exclusividade nacional, lutando contra a aspiração do burguês polaco de oprimir o judeu etc., etc. [ênfase do autor]” (LENIN, [1914d] 1986).

Lênin reconheceria como verdadeira a afirmação de Rosa sobre a frequente utilização da questão nacional como pretexto para a convivência com práticas imperialistas, apesar de defender a autodeterminação nacional no enunciado que sintetizamos acima. Em seus *Cadernos do*

Imperialismo ([1933-38] 1986, p. 328-329), o autor ressalta, por exemplo, que no artigo *O Estado nacional, o Estado imperialista e a aliança de Estados*, Kautsky teria se pronunciado “a favor do centro”, em relação ao tema da autodeterminação, ao afirmar que a exigência da imediata realização do socialismo como bandeira de enfrentamento ao imperialismo “só serve para empurrar todos que não acreditem na realização prática imediata do socialismo para o campo do imperialismo”.

Não por coincidência, é justamente em seus textos sobre a falência política da II Internacional no cenário da eclosão da guerra mundial que Rosa Luxemburgo afirmaria radicalmente que, “nesta época de imperialismo desenfreado, já não podem haver guerras nacionais. Os interesses nacionais servem apenas de mistificação para pôr as massas populares trabalhadoras a serviço de seu inimigo mortal, o imperialismo” e, mais adiante, que “hoje, a única defesa de toda verdadeira liberdade nacional é a luta de classes revolucionária contra o imperialismo; a pátria dos proletários, a cuja defesa tudo o mais deve estar subordinado, é a Internacional socialista⁸⁰” ([1925] 2011).

2.5. A necessária expansão espacial do capitalismo: a visão particular de Rosa Luxemburgo sobre a acumulação capitalista

Apesar de poder ser estabelecido algum paralelo entre a visão de Kautsky e a justificativa encontrada, por Rosa Luxemburgo, na desproporcionalidade da reprodução social do capital como fator determinante de sua particular visão sobre a acumulação capitalista, ambas as formulações diferem bastante em termos da complexidade da elaboração teórica e posicionam-se em campos diametralmente opostos no embate político.

Já em 1903 (*Paralisia e progresso no marxismo*), Rosa destaca a aparente contradição entre os volumes I e III do *Capital*, proveniente em grande medida, em sua opinião, do desconhecimento geral – e em particular por parte dos próprios marxistas – sobre o conteúdo deste último volume, cujas resoluções teóricas “não encontraram até hoje uma única tentativa de

80 Note-se que, aqui, Rosa refere-se não à II Internacional, mas à *nova* Internacional para cuja fundação estes princípios construtivos, sob a forma de teses, se destinam.

popularização e nem adentraram os círculos mais amplos” (LUXEMBURGO, [1903] 2011, p.126)⁸¹. As raízes deste desconhecimento poderiam ser encontradas, por sua vez, no próprio movimento dialético entre pensamento (ou ciência) e luta de classes, na medida em que

“Sem dúvida, do ponto de vista científico, o terceiro volume do *Capital* deve ser visto como a finalização da crítica do capitalismo de Marx. Sem ele não se pode entender a decisiva lei da taxa de lucro, nem a divisão da mais-valia em lucro, juro e renda, nem o efeito da lei do valor no interior da *concorrência*. Mas – e isso é o principal –, todos esses problemas, por mais importantes que sejam do ponto de vista teórico, não têm tanta relevância do ponto de vista prático da luta de classes. Para esta, o maior problema teórico era: *a origem da mais-valia*, isto é, a explicação científica da *exploração*, bem como a tendência à socialização do processo de produção – a explicação científica dos *fundamentos objetivos da revolução socialista*. Ambos os problemas já são respondidos no primeiro volume, que entende a 'expropriação dos expropriadores' como o resultado final inevitável da produção de mais-valia e da progressiva concentração do capital. Com isso, a principal necessidade teórica do movimento operário estava, de maneira geral, satisfeita. [...] [Os temas abordados pelo terceiro volume] eram questões que não tinham interesse imediato para a luta de classes do proletariado. Esse é o motivo pelo qual o terceiro volume de Capital permaneceu até hoje como um capítulo não lido pelo socialismo [Em itálico, ênfase da autora. Sublinhada, ênfase nossa]” (LUXEMBURGO, [1903] 2011, pp.126-127).

Esta preocupação com que algumas das questões mais ricas do marxismo não fossem domínio de uns poucos – única forma, na opinião de Rosa Luxemburgo, de reproduzir o potencial criador da teoria marxista – talvez tenha sido um dos pilares principais do desenvolvimento de *A acumulação do capital*. Em seu prefácio ao livro, Rosa explica que o mesmo é fruto da tentativa de expor uma versão popular do pensamento econômico de Marx em uma obra de *Introdução à economia política*, no marco do trabalho da autora na escola de quadros do SPD. Entretanto, ao dedicar-se mais profundamente à tarefa após as eleições parlamentares de 1912, Rosa teria se deparado com uma “dificuldade inesperada” para expor claramente o processo global da produção capitalista em suas relações concretas e em suas limitações históricas objetivas, tendo, após quase um ano, chegado à conclusão de que “não se tratava de um simples problema de exposição; havia inclusive um problema teoricamente ligado ao conteúdo do volume II de *Das Kapital* de Marx, ao mesmo tempo extensivo à práxis da política imperialista atual e às raízes econômicas da mesma [ênfase nossa]” (LUXEMBURGO, [1913] 1985, p.3). É nesse contexto que a autora escreve, em pleno calor das declarações do congresso de Basileia, *A acumulação de capital* ([1913] 1985).

81 “O terceiro volume do *Capital*, com a solução do problema da taxa de lucro – o problema fundamental do edifício econômico de Marx –, apenas apareceu no ano de 1893” (LUXEMBURGO, [1903] 2011). Sem nenhum prejuízo para o argumento de Rosa, note-se que a publicação do volume III de *O capital* se deu em 1894.

Rosa Luxemburgo (*Ibid.*, p.231) considera que “examinando-se o esquema da reprodução ampliada diretamente sob o ponto de vista da teoria marxista, verificar-se-á que ele entra em contradição com essa teoria, sob vários aspectos”:

No que concerne à circulação do dinheiro, Rosa Luxemburgo defende teses alternativas daquelas formuladas por Marx, na medida em que este afirmaria que “a produção de ouro, assim como a produção de metais em geral, pertence à classe [departamento] I, à categoria que abrange a produção dos meios de produção” (apud LUXEMBURGO, *Op.Cit.*, p.53), sem entretanto diferenciá-la da produção de dinheiro. Rosa, no entanto, chega a afirmar que a produção de ouro industrializado (enquanto mercadoria-ouro) “tem tão pouco a ver com o problema da produção de dinheiro quanto teria a produção de graxa para sapatos” (LUXEMBURGO, *Op.Cit.*, p.55), defendendo que “o ouro, como dinheiro, não é metal, mas a corporificação do trabalho social abstrato. Como tal, ele não constitui nem meio de produção, nem meio de consumo” (*Ibid.*, p.53), devendo sua produção – nos termos estritos desta representação esquemática – ser analisada como departamento a parte. Na opinião de Rosa, a inclusão por Marx da produção de dinheiro como parte integrante do Departamento I em seus esquemas de reprodução simples o teria levado, como saída, a “resultados muito duvidosos”, em especial sobre a necessidade de acumulação de parte da mais-valia como tesouro em dinheiro (e conseqüente diminuição relativa do capital constante, uma vez que o ouro é colocado por Marx no D1).

Rosa considera que a reprodução simples do capital seria, em termos sociais, “uma ficção” e que a reprodução ampliada, tal qual descrita no esquema de reprodução ampliada de Marx refletiria uma contradição central: o fato de que “a mais-valia não pode ser realizada nem por operários, nem por capitalistas, mas por camadas sociais ou sociedades que por si não produzam pelo modo capitalista” (*Ibid.*, 241) e que “a acumulação só pode se efetivar à medida em que o mercado cresce fora dos departamentos I e II” (*Ibid.*, p.81)⁸², uma vez que, para a continuidade sempre ampliada do processo de reprodução de capital é necessária a continuada metamorfose do valor, com a transformação da mercadoria em dinheiro (venda) e a

82 Rosa frisa, ainda, que se refere “a compradores, não a consumidores” (LUXEMBURGO, [1913] 1985, p.241) e que não se trata de um problema de falta de consumo, mas de excesso de produção, dada a tendência continuada à busca pelo aumento da produtividade e da composição orgânica do capital (o que configura um ponto importante, uma vez que a obra da autora é frequentemente caracterizada como subconsumista). Na opinião de Rosa, tal tendência não seria considerada na formulação dos esquemas de reprodução ampliada de Marx, apesar da mesma ser explicitamente formulada na obra do pai do socialismo científico e constituir uma de suas teses centrais.

transformação da mais-valia em capital (que presume a existência material prévia, sob a forma de mercadorias, da força de trabalho – cuja superpopulação relativa deve aumentar sempre também pela proletarização de novos contingentes, análoga à acumulação primitiva de capital⁸³ – e dos meios de produção e, mais importante, presume o acesso do capital a estas mercadorias), processos que em sua opinião não poderiam prescindir da subordinação de relações não capitalistas, dada a tendência capitalista à gestação de crises de superprodução.

“Sob ambos os pontos de vista, pois, da realização da mais-valia, bem como da obtenção dos elementos do capital constante, o comércio mundial é por princípio uma condição histórica de existência do capitalismo, comércio este que, nas condições concretas existentes, é, por natureza, uma troca que se verifica entre as formas de produção capitalistas e as não-capitalistas” (*Ibid.*, p.247).

Assim, apesar de destacar a necessidade de mercado como ponto central em sua argumentação sobre a subordinação constante de setores ou regiões onde predominem relações de produção não-capitalistas, na opinião de Rosa esta necessidade expansiva está relacionada, a rigor, a todos os momentos do ciclo de reprodução ampliada de capital. Não apenas a organicidade da reprodução ampliada de capital “não fecharia” tendo as fronteiras dos Estados nacionais como unidade de análise, como tampouco “fecharia” tendo o sistema interestatal capitalista “puro” como unidade de análise. A ligação entre as conclusões de Rosa sobre as contradições dos esquemas de reprodução ampliada de Marx e sobre a necessidade expansiva⁸⁴ das relações de produção capitalistas é dada, assim, pela constatação de que o pressuposto lógico adotado por Marx em seus esquemas (a existência do capitalismo como modo único e exclusivo de produção) seria, na realidade, seu resultado teórico final, já que desde o ponto de vista

83 Sobre a “assim chamada acumulação primitiva”, Rosa afirma que “os processos que Marx apresenta apenas ilustram a gênese, o nascimento do capital” e que “uma vez apresentada sua análise teórica do processo capitalista – da produção e da circulação – [Marx] volta continuamente a insistir no pressuposto, ou seja, no domínio geral e exclusivo da produção capitalista”. Em contraposição, afirma que “o capital, mesmo em sua plena maturidade, não pode prescindir da existência concomitante de camadas e sociedades não capitalistas” (LUXEMBURGO, *Op.Cit.*, p.250). Note-se que a acumulação primitiva é vista, aqui – corretamente – não como o “amealhamento” inicial de dinheiro mas como processo de surgimento de relações sociais propriamente capitalistas e das classes que as sustentam, destacando-se a expropriação dos trabalhadores.

84 Note-se que esta “zona de expansão” não capitalista poderia ser tanto interna (para setores da economia cuja produção se dá sobre bases não capitalistas – destacando-se os serviços –, submetendo-os e criando relações especificamente capitalistas) quanto externa (para regiões onde ainda predominem relações de produção não-capitalistas, destacando-se a política colonial das novas potências capitalistas e a política de anexação de territórios dos “velhos” impérios absolutistas).

histórico tal situação constituiria apenas a tendência do movimento de acumulação, distanciando-se da realidade – na qual a acumulação capitalista não pode prescindir da constante destruição progressiva de formações não-capitalistas⁸⁵.

“E é nesse ponto que começa o impasse. Alcançado o resultado final – que continua sendo uma simples construção teórica – a acumulação torna-se tarefa impossível: a realização e a capitalização da mais-valia transformam-se em tarefas insolúveis. No momento em que o esquema marxista corresponde, na realidade, à reprodução ampliada, ele acusa o resultado, a barreira histórica do movimento de acumulação, ou seja, o fim da produção capitalista. A impossibilidade de haver acumulação significa, em termos capitalistas, a impossibilidade de um desenvolvimento posterior das forças produtivas e, com isso, a necessidade objetiva, histórica do declínio do capitalismo. Daí resulta o movimento contraditório da última fase, imperialista, como período final da trajetória histórica do capital” (*Ibid.*, p.285)⁸⁶.

O amplo debate teórico sobre a validade ou não das críticas de Rosa Luxemburgo aos esquemas de reprodução do capital de Marx foge ao escopo deste trabalho. Entretanto, no que concerne especificamente ao objetivo de precisar as origens teóricas e lógicas de sua formulação sobre o imperialismo, parece-nos importante destacar que partilhamos da opinião de que o pressuposto lógico de Marx em *O Capital*, entretanto, ao contrário de visar a representar fielmente a *historicidade* da reprodução ampliada capitalista (como busca afirmar Rosa), visa justamente à análise mais essencial possível, de acordo com o método materialista dialético, sobre o funcionamento das relações sociais de produção *especificamente* capitalistas (ou do modo de produção capitalista) – o que não implica necessariamente a impossibilidade da análise histórica sobre o desenrolar da luta de classes em formações econômico-sociais onde as relações de produção capitalistas sejam predominantes porém não únicas, subordinando continuamente as demais relações de produção. No entanto, do ponto de vista lógico, as brilhantes conclusões de Rosa acerca da dinâmica da acumulação capitalista poderiam tranquilamente prescindir de seus pressupostos no que se refere especificamente à análise das contradições dos esquemas de reprodução social apresentados por Marx ao final do segundo livro de *O Capital*.

85 Em suas palavras: “Se o capitalismo, portanto, vive de formas econômicas não-capitalistas, vive, a bem dizer, e mais exatamente, da ruína dessas formas. [...] Considerada historicamente, a acumulação de capital é o processo de troca de elementos que se realiza entre os modos de produção capitalistas e os não-capitalistas. [...] Sob este prisma, ela consiste na mutilação e assimilação dos mesmos, e daí resulta que a acumulação do capital não pode existir sem as formações não-capitalistas, nem permite que estas sobrevivam a seu lado [ênfase nossa]” (*Ibid.*, p.285).

86 A relação precisa entre a dinâmica aqui exposta e a conceituação de Rosa acerca do imperialismo é apresentada no Capítulo 4 deste trabalho.

De qualquer maneira, para a autora, uma economia capitalista autocontida em si – sem relações com setores/regiões não capitalistas – é incapaz de acumular. Destarte, a internacionalização do capital – inclusive a violenta subordinação formal de povos e regiões, análoga ao processo de acumulação primitiva – também é característica inexorável da própria acumulação capitalista. Rosa frisa que, o capital não apenas nasceria vestido de sangue, mas que também *viveria* coberto de sangue, da cabeça aos pés.

Ao se expandirem, as relações de produção capitalistas viabilizam portanto sua reprodução social, ao mesmo tempo em que acentuam as contradições que levariam ao seu fim. Ao passo em que a acumulação capitalista progressivamente destrua as relações de produção não-capitalistas e o capitalismo vá se tornando um modo de produção “puro”, sua capacidade de acumulação diminuiria – dando origem, na opinião de Rosa, à fase imperialista do desenvolvimento capitalista, como será comentado no quarto capítulo desta dissertação. A revolução proletária viria antes da chegada ao limite virtual deste processo.



Fernand Léger, Smoke, 1912

3_A CONTROVÉRSIA DO SURGIMENTO DOS MONOPÓLIOS E DO CAPITAL FINANCEIRO

Capítulo 3.

A controvérsia sobre o capital financeiro e os monopólios

*...como si dijéramos,
en la incurable otredad
que padece lo uno*

Antonio Machado

No início do século XX, o conceito de “capital financeiro” se diferenciava de maneira expressiva do significado mais comum que o termo recebe hoje: não se referia apenas ao capital ligado – em termos de sua propriedade (e, portanto, de sua rotação) – aos bancos comerciais ou ao Sistema Financeiro como um todo, mas, em distintas acepções (dadas por Hobson, Hilferding e Lênin), referia-se à inter-relação indissociável entre estes capitais e os capitais ligados à indústria – em termos de sua propriedade (e, portanto, de sua rotação) –, apontada com um grau de profundidade maior ou menor de acordo com o autor analisado.

Via de regra, tal concepção aparece associada a mudanças na dinâmica da acumulação capitalista verificadas no último terço do século XIX, dentre as quais se destaca o surgimento de grandes conglomerados de capital centralizado capazes, por sua escala, de açambarcar porções significativas de um ramo ou mesmo de vários ramos da economia – os “monopólios”. O termo “monopólio” aparece, portanto, na obra de todos os autores aqui analisados, empregado simultaneamente em dois sentidos (com os quais devemos ter extremo cuidado, sob o risco de compreender equivocadamente as teses apresentadas em tais obras): ora como sinônimo de “conglomerado” – ou de unidade capitalista extremamente centralizada –, ora como sinônimo de controle total ou do açambarcamento do mercado em um determinado ramo da economia e em contraposição à livre concorrência – tal e qual a acepção comum à teoria econômica clássica⁸⁷.

87 Sobre o duplo sentido com o qual o termo “monopólio” aparece na controvérsia acerca do surgimento do capital financeiro (e na controvérsia marxista sobre o imperialismo) é importante ressaltar, ainda, um detalhe bastante significativo: na obra de Marx, o processo que levaria diretamente à formação de grandes conglomerados ou associações capitalistas recebe o nome de centralização, não de monopolização. No capítulo 24 do Livro I de *O Capital*, Marx diferencia os processos de concentração e de centralização de capital (ambos constituindo a “tendência histórica da acumulação capitalista”), de modo que a concentração de capital se confundiria com o próprio processo de acumulação (ou reprodução ampliada),

O debate sobre o surgimento do capital financeiro e dos monopólios (entendidos aqui na dupla acepção apontada, cuja profundidade também varia, como veremos em seguida, nos autores apresentados) constituiu um dos principais debates no que se refere à caracterização do desenvolvimento do capitalismo no início do século XX e se relacionou intimamente à controvérsia em torno da questão nacional-colonial (no que diz respeito à subversão das políticas colonial e de anexação de territórios na medida da influência dos interesses destes monopólios – representantes do capital financeiro de determinados países, com tremenda influência sobre seus “respectivos” Estados nacionais) e à controvérsia em torno do imperialismo (no que diz respeito à influência do surgimento do capital financeiro e dos monopólios como elemento definidor do imperialismo na concepção de cada autor).

Considerando os elementos apresentados anteriormente, os objetivos centrais deste capítulo são dois. Em primeiro lugar, defende-se a hipótese de que as contradições essenciais que teriam levado ao entrelaçamento entre indústrias e bancos (talvez extrapoláveis, nos períodos subsequentes, para o Sistema Financeiro em seu conjunto) na época aqui tratada e em escala “monopolista” encontram sua raiz, em última instância, nas contradições da própria acumulação capitalista, tal qual descrita por Marx. Defende-se, portanto, que é possível o estabelecimento de uma continuidade analítica entre *O capital* e as teorias do imperialismo no que se refere à caracterização do capital financeiro, apesar das distintas óticas e da diferença no emprego de determinados termos⁸⁸.

Em segundo lugar, buscamos apresentar alguns dos principais pontos de

no qual o valor se valoriza sob condições nas quais se contrapõem o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação. A concentração de capital se daria, portanto, em termos de valor, entre capitalistas e trabalhadores e entre os próprios capitalistas, na medida em que alguns destes se sobrepusessem a outros. A centralização de capital, por sua vez, se daria em termos da propriedade sobre o capital (na forma de dinheiro, de mercadorias ou de meios de produção) e, portanto, apenas entre capitalistas, refletindo e acelerando o processo de concentração inerente à acumulação capitalista.

Até a terceira edição de *O Capital* (organizada por Engels), ambos os aspectos são destacados, não sendo explicitada, entretanto, uma diferença terminológica (sobre o tema, cf. a excelente edição crítica de *O Capital* organizada por Pedro Scaron para a Ed. Siglo XXI).

Eis uma curiosidade bibliográfica que talvez seja particularmente reveladora no que se refere, na controvérsia sobre o imperialismo, ao emprego indistinto dos termos “monopolização” e “concentração” onde deveria ser empregado “centralização”, bem como ao emprego do termo “monopólios” onde deveria ser empregado “conglomerados”.

88 Donde se destaca a própria expressão capital financeiro, na medida que este conceito, que aparece em algumas traduções do *Capital* para o português (Civilização Brasileira e Difel) como sinônimo de “capital de comércio de dinheiro” (Abril Cultural) não aparece, tal qual formulado pelos marxistas do período estudado (como resultante do processo histórico de entrelaçamento entre os capitais bancário e industrial) em nenhuma passagem da obra de Marx. Nas traduções para o inglês e na tradução crítica para o espanhol realizada no México pela editora Siglo XXI, a possível identidade não é estabelecida e o termo aparece, respectivamente, como *moneyed-capital* e *capital dinerario*. Para um esclarecimento sobre os termos empregados neste capítulo, sugere-se a leitura do Anexo desta dissertação.

divergência nas análises seminais sobre o capital financeiro realizadas por John Hobson e por Rudolf Hilferding, bem como na análise de Lênin, em especial no que se refere a: i) a limitação da concorrência *pari passu* o surgimento dos monopólios financeiros, bem como o papel da própria concorrência em sua conformação; ii) a articulação entre atividades próprias aos bancos e atividades produtivas (no caso de Hobson), a junção entre capital bancário e capital industrial (no caso de Hilferding) ou o entrelaçamento entre ambos (no caso de Lênin), conformando o capital financeiro; iii) a exportação de capitais como elemento novo, associado particularmente ao desenvolvimento do capitalismo na virada do Século XX, e suas implicações políticas.

Tais objetivos determinam a estruturação das seções deste capítulo, sendo que a primeira se dedica a rememorar o tratamento dado por Marx, em nosso entendimento, às questões mais pertinentes para a análise da controvérsia sobre o surgimento do capital financeiro no período histórico em tela e a segunda (dividida em subseções) busca apresentar preliminarmente as divergências, no seio desta controvérsia, sobre os três aspectos destacados anteriormente (na medida em que o conceito de “capital financeiro” não está presente na principal obra de Rosa Luxemburgo sobre o imperialismo e apenas tangencia a obra de Kautsky, trataremos apenas das teses de Hobson, Hilferding e Lênin).

3.1 Na porta do inferno, o capital portador de juros: o capital ocioso é a oficina do capeta

*Qui si convien lasciare ogni sospetto
Ogni viltà convien che qui sia morta⁸⁹
(Dante Alighieri, *A Divina Comédia*)*

Marx considera que, nas sociedades em que rege o modo capitalista de produção, por imposição da realidade da concorrência o proprietário de capital deve obter (e re-investir) rendimentos continuamente, sob a pena de ser engolido por outros capitalistas que assim o façam. Destacam-se aqui, portanto, duas necessidades que se contrapõem dialeticamente: por um lado, a necessidade premente de manter somas de capital sob a forma monetária (capital-dinheiro), para viabilizar os processos de produção e circulação (e

⁸⁹ Aqui convém deixar cada suspeita / Cada covardia convém que aqui seja morta.

o processo de reprodução ampliada de capital como um todo); por outro, a já destacada necessidade de que este capital jamais esteja “ocioso”, devendo, ao menos aparentemente, “render” continuamente. Tais necessidades são contraditórias, constituindo para Marx a principal raiz do sistema de crédito *capitalista*⁹⁰. Como no ditado popular, o capital ocioso é, também, a “oficina do capeta”, na medida em que, pela negação de si mesmo, requer necessariamente a existência do sistema de crédito capitalista. Tal sistema não pode ser, portanto, pela história de seu surgimento e pela lógica de sua expansão, de nenhuma maneira dissociado da reprodução ampliada de capital.

3.1.1. De como o diabo constrói, em sua oficina, o capital portador de juros

O desenvolvimento do moderno sistema de crédito só tem sentido quando compreendido como mecanismo necessário de financiamento na reprodução social do sistema. Seu desenrolar vem, portanto, das entranhas da própria lógica de acumulação capitalista, respondendo às necessidades da mesma. No entendimento de Marx, são duas suas origens, que determinam a existência de uma unidade dialética entre dois tipos de crédito, denominados pelo autor crédito comercial e crédito bancário (MARX, [1894] 1986, v.4, cap.25): grosso modo, o crédito comercial está associado ao capital de comércio de dinheiro e o crédito bancário ao capital portador de juros, cuja caracterização veremos a seguir. No capitalismo, pelas contradições inerentes à própria acumulação, este último passaria a dominar o primeiro, na medida em que o próprio capital monetário se concentra nos bancos, que gerenciam ambas as funções de crédito – sob o domínio da segunda (*Idem*). O capital sob a forma de dinheiro (também referido como capital-dinheiro ou capital monetário) passa, assim, a representar crédito de forma generalizada, pelo fato de poder tornar-se efetivamente capital. Analisemos a lógica desse processo.

Segundo Marx (*Idem*), em uma economia de trocas mediadas, o crédito comercial desenvolve a função de meio de pagamento da moeda – transformando a relação vendedor-comprador em credor-devedor, intertemporalmente. Na economia especificamente capitalista, a realização da metamorfose mercadoria→dinheiro (salto mortal)⁹¹ autonomiza-

90 O crédito, enquanto tal, precede a produção especificamente capitalista, tendo sido qualificado por Marx como uma forma antediluviana (pré-capitalista) de existência do capital.

91 Lembremos que a venda das mercadorias é essencial para a realização da mais-valia que, apesar de surgir na esfera da produção, só pode realizar-se na esfera da circulação. No processo de circulação, o capital sempre aparece concretamente apenas como mercadoria ou dinheiro, e seu movimento se resolve numa

se como “função específica de um capital específico”, correspondendo na divisão social do trabalho a uma espécie particular de capitalistas. O capital-dinheiro adiantado pelo comprador (próprio ou emprestado, o que é indiferente neste momento) para a compra do capital-mercadoria “torna-se capital de comércio de mercadorias, ou capital comercial”. Assim, no capitalismo, o capital se diferencia dialeticamente de si mesmo, na unidade entre capital industrial e capital comercial: “duas formas separadas, diferenciadas, de existência do mesmo capital” (*Ibid.*, pp.203-205) – uma unidade dialética.

Justamente a inter-relação entre os ciclos do capital industrial e do capital comercial determina a necessidade da permanência de determinada soma de capital continuamente sob a forma de capital-dinheiro em quantidade suficiente para que, dados os diferentes tempos de rotação de cada capital e de suas parcelas componentes, de um lado, o capitalista comercial disponha de capital-dinheiro suficiente para comprar a mercadoria produzida no ciclo do capital industrial (D – M) e, do outro, o capitalista industrial encontre o mais rapidamente possível quem compre a nova mercadoria produzida (M – D), realizando a mais-valia, que é o que de fato lhe interessa na produção⁹².

Marx chama o capital adicional necessário à continuidade do processo de valorização do capital (ou os recursos monetários temporariamente ociosos na sociedade) de “pletora de capital monetário em alqueive”, na tradução mais frequente para o português. Seu montante pode variar a) com o montante de capital inicial e dos capitais adicionais que se façam necessários para garantir a continuidade do processo de reprodução; b) com a composição dos meios de produção em capital fixo e capital circulante; c) com a variação do tempo de produção ou do tempo de circulação; d) com variações na rotação dos meios de produção ou nas condições de venda da força de trabalho.

À parcela autonomizada de capital-dinheiro que garante, por sua vez, a fluidez do próprio comércio de dinheiro, Marx deu o nome de capital de comércio de dinheiro e é nessa relação que o autor encontra as raízes do crédito comercial, através da autonomização das operações técnicas que garantem a reprodução desta soma de capital-

série de compras e vendas, ou seja, no processo continuado e renovado de metamorfose da mercadoria.

92 Note-se que, exceto em circunstâncias eventuais, a mercadoria não é vendida ao capitalista comercial pelo valor que realiza o total da mais-valia que tem latente em si, cabendo ao mesmo a realização da mais-valia restante, ao revendê-la, dando continuidade ao ciclo de reprodução do capital comercial. Assim, apesar de não produzir diretamente mais-valia, ao reduzir o tempo de circulação, o capital comercial pode contribuir para aumentar a massa de mais-valia produzida em um mesmo período.

dinheiro continuamente necessária ao processo de acumulação – também realizadas por uma fração específica de capitalistas⁹³.

Note-se que o capital de comércio de dinheiro realiza movimentos necessários à reprodução do capital como um todo, comportando-se de maneira análoga ao dinheiro em suas funções, ora como meio de pagamento, ora como meio de troca. Marx (*Ibid.*, p.238) ressalta que “se o dinheiro funciona aqui como meio de circulação ou meio de pagamento [cuja forma desenvolvida presume o sistema de crédito] depende da forma de troca das mercadorias”. Por sua vez, a soma de mercadoria-dinheiro que precisa funcionar como capital de comércio de dinheiro, seria relativamente menor “quanto mais desenvolvida a função do dinheiro como meio de pagamento, isto é, o sistema de crédito” (*Ibid.*, p.211), na medida em que “o sistema de crédito [...], assim como o capital comercial, modifica a rotação para o capitalista individual⁹⁴. Em escala social, modifica-a somente na medida em que acelera não só a produção mas também o consumo” (MARX, [1885] 1985, v.3, p.139).

O desenvolvimento do crédito comercial e a disponibilidade sempre crescente – mediada pelos banqueiros – de todos os recursos monetários à espera (ou não, como veremos adiante) de utilização produtiva e pertencentes aos industriais e comerciantes e a todas as classes da sociedade (*Ibid.*, p.271), implica uma troca contínua entre capital-dinheiro cumprindo o papel de tesouro e capital-dinheiro desempenhando os papéis de meio de pagamento e meio de troca (*Ibid.*, p. 238-239).

Ao constituir um complexo sistema de comércio de crédito, este processo se autonomiza, por sua vez, em um sistema de crédito bancário, que se desenvolve com a concentração de grandes somas de capital sob a forma de dinheiro nos bancos⁹⁵. Sob a predominância de relações sociais de produção especificamente capitalistas, esta massa de capital monetário temporariamente ociosa (necessária para a continuidade da acumulação

93 Marx considera ainda que, em termos históricos, o capital de comércio de dinheiro – que “só está completamente desenvolvido quando se torna comércio de crédito” (MARX, [1894] 1986, v.4, p.242) – surge das entranhas do capital comercial (ou capital de comércio de mercadorias), embora ainda em forma antediluviana, pois é no ciclo de reprodução do mesmo – e não no ciclo de reprodução do capital industrial – que o valor se encontra sob a forma de dinheiro no momento em que ambos os ciclos se confrontam.

94 Ver nota.

95 Marx associa ao sistema de crédito bancário o “capital de comércio de dinheiro”. Ressaltamos que a questão da existência desse capital sob a forma de depósitos à vista criados contabilmente no próprio sistema bancário chega a ser tocada algumas vezes, embora não constitua em nenhum momento o objeto de sua reflexão.

capitalista, possibilitando a compra de meios de produção e de força de trabalho enquanto não se complete a rotação das mercadorias já produzidas, do ponto de vista social; ou, do ponto de vista individual de cada capitalista, necessária para o aumento da escala de produção tendo em vista a concorrência) deve forçosamente se transformar em capital monetário portador de juros, por imposição da realidade da concorrência. O capital monetário rompe sua ociosidade temporária através do empréstimo como capital portador de juros, que passa a constituir, sistematicamente, o crédito bancário⁹⁶.

“[Com] O desenvolvimento do comércio de dinheiro, que, na produção capitalista, acompanha naturalmente o desenvolvimento do comércio de mercadorias [...] se concentram nas mãos dos comerciantes de dinheiro a guarda dos fundos de reserva dos homens de negócios, as operações técnicas de cobrança e pagamento, as de pagamentos internacionais e, com isso, o comércio de barras. Em correspondência a esse comércio de dinheiro, desenvolve-se o outro aspecto do sistema de crédito, a administração do capital portador de juros ou do capital monetário, como função particular dos comerciantes de dinheiro” (MARX, [1894] 1986, v.5, p.303).

Através da tendência à equalização das taxas de lucro em uma taxa média – propiciada pela concorrência entre os ramos de produção⁹⁷ (MARX, [1894] 1986, v.4, cap.7-12) e com o desenvolvimento da reprodução social do capital global, os vários capitais se equiparam no sentido de serem valor potencialmente capaz de se valorizar. A remuneração média esperada de qualquer parcela do capital – seja ela capital industrial ou comercial – passa a corresponder, socialmente, à taxa média de lucros, de modo que a relação entre a mais-valia total produzida na sociedade e o valor pré-existente do capital social global corresponda a esta taxa média⁹⁸. Eis a síntese dialética da contradição entre a necessidade de capital monetário continuamente à disposição e a impossibilidade de deixá-lo ocioso: o capital temporariamente ocioso é emprestado mediante rendimentos contratualmente estabelecidos (os juros) e limitados intertemporalmente pela massa de

96 Associado justamente ao “comércio de crédito” do qual trata a nota 86 – e do qual se depreendem muitas colocações de marxistas atuais acerca do sistema bancário e da criação de moeda.

97 O que não presume, de nenhuma maneira, uma tendência ao equilíbrio clássico, como se pode depreender de qualquer uma das várias versões das anotações e análises críticas de Marx sobre autores da Economia Política clássica publicadas sob o nome de *Teorias da mais-valia*.

98 Para a determinação da taxa geral média de lucros, concorreriam: a) a mais-valia produzida pelo conjunto do capital existente (capital global); b) a proporção entre esta e o valor do capital global; c) a concorrência, no sentido em que esta é o movimento pelo qual os diferentes capitais investidos nos vários ramos de produção procuram obter dividendos iguais, proporcionais a suas magnitudes relativas. - Marx explicita, ainda, que, uma vez que os meios de produção não criam novo valor, a tendência ao aumento da composição orgânica do capital (determinada pela inexorável concorrência entre os distintos capitais privados em busca de aumentos de produtividade visando a superlucros) levaria a uma tendência – contraditória e dialética – à queda da taxa geral de lucros (MARX, 1986, v.4, cap. 13-15).

mais-valia efetivamente produzida e realizada, de modo que, do ponto de vista do capitalista, o capital monetário antes ocioso também aparente “render”⁹⁹. É assim que o capital, enquanto capital, torna-se mercadoria (*Ibid.*, cap.21).

O proprietário de dinheiro pode, portanto, decidir entre inseri-lo *pessoalmente no processo produtivo* (o único capaz de gerar mais-valor, através do trabalho) ou não, de modo que existe a opção de emprestar o dinheiro a outrem (que o insiriria no processo de geração de mais-valia), apropriando-se de parte da mais-valia produzida e realizada na unidade dialética entre os ciclos dos capitais industrial e comercial, através de um contrato jurídico que obrigue o prestatário a devolver, após um dado período ou em parcelas, o capital emprestado acrescido de um valor a mais.

Ao transferir intertemporalmente somas de capital e possibilitar o aumento da escala de acumulação, o crédito é fundamental para a reprodução social ampliada do capital global. Porém, para cumprir este papel, o capital não é emprestado como dinheiro (independente do fato de encontrar-se concretamente sob sua forma monetária), nem como mercadoria. Ele é emprestado como *capital enquanto tal* e pressupõe, portanto, as relações sociais que constituem o capital. É assim que o capital enquanto tal se torna uma mercadoria, ainda que uma mercadoria *sui generis*, cujo valor de uso se assenta no potencial de ser aplicado como valor que se valoriza:

“No caso das demais mercadorias consome-se, em última instância, o valor de uso, e com isso desaparece a substância da mercadoria, e com ela seu valor. A mercadoria capital, ao contrário, tem a peculiaridade de que, pelo consumo de seu valor de uso, seu valor e seu valor de uso não são só conservados, mas multiplicados. É esse valor de uso do dinheiro como capital – a capacidade de produzir o lucro médio – que o capitalista monetário aliena ao capitalista industrial pelo período em que cede a este a disposição do capital alienado” (*Ibid.*, p.264).

Como mercadoria de natureza peculiar, o capital enquanto tal possui também um modo peculiar de alienação. Ele não é – nem poderia ser, sob a pena de tornar sem sentido a transação – vendido e comprado pelo valor equivalente à quantidade social de trabalho nele contida, tal como acontece com as demais mercadorias. O que é “vendido” é seu poder

99 Para Marx, não existe “taxa natural” de juros – os juros não são uma “remuneração ao fator de produção capital”, nem o “preço de equilíbrio entre o consumo atual e o consumo futuro”. Tampouco conformam um “prêmio por abrir mão da preferência pela liquidez”, mas sim uma parcela da mais-valia total assegurada ao capitalista prestatário por relações contratuais (superestruturais) que refletem as relações sociais de produção capitalistas. Assim, não importando a repartição que, uma vez realizada, a mais-valia venha a ter (dentre as frações que compõem a “Santíssima Trindade” e em relação aos trabalhadores), na sociedade como um todo os rendimentos totais apropriados como excedente devem ser iguais à mais-valia total. Os juros totais, portanto, sendo eles próprios uma parcela da mais-valia total, a têm como limite máximo, tanto em massa como em taxa.

de funcionar na circulação como valor que se valoriza, mediante um acordo jurídico e social especial (*Ibid.*, p.262), cujo não cumprimento é sinal e deflagrador de crise.

Historicamente, essa compra-venda pressupõe uma transação entre o detentor de capital-monetário e aquele que o fará funcionar efetivamente como valor que se valoriza, por muitas vezes intermediada por bancos comerciais – que se especializam tecnicamente nesse tipo de operação. Na hipótese por nós apresentada, esta é, portanto, uma das principais vias do entrelaçamento que viria a constitui o capital financeiro (na acepção conferida nos debates sobre o imperialismo), através da possibilitação, pelos bancos, da repetição continuada dos ciclos de capital produtivo nas empresas¹⁰⁰.

À exceção do capital fictício – do qual trataremos adiante –, o capital portador de juros, portanto, “é a forma mais alienada e mais fetichista da relação-capital: aparentemente “criando” mais-dinheiro a partir de si mesmo, não traz nenhuma marca de seu nascimento” (*Ibid.*, p.294) e esconde as relações sociais de exploração que determinam a produção e realização de mais-valia.

Ao nosso ver, tal fetichização pode provavelmente contribuir para que em geral passe despercebida a unidade dialética necessária à reprodução das massas de capital que se encontram nas mãos de distintas frações da classe burguesa: por um lado, o capital que se encontra nas mãos de industriais (capital industrial) – cujo ciclo de reprodução assume em geral a forma do ciclo do capital produtivo – e, por outro, o capital que se encontra nas mãos dos bancos comerciais (capital bancário) – cujo ciclo de reprodução pode assumir a forma do ciclo do capital monetário, inclusive através do empréstimo a juros. Pode-se depreender, já na obra de Marx, a necessária relação dialética entre ambos, que estão sempre logicamente entrelaçados sob relações de produção especificamente capitalistas.

Assim, a própria lógica do – mal-chamado na teoria econômica burguesa atual – processo de acumulação “real” de capital requer, portanto, que somas de capital sob a forma de dinheiro fiquem ociosas temporariamente, sendo concentradas na mão dos bancos (cuja função social é, justamente, impedir que fiquem ociosas), que passam a dispor dos recursos monetários da sociedade como um todo. Em nossa opinião, esta é a raiz do

100Note-se que o mesmo ocorreria com o capital fictício (que será tratado no ponto 3.1.2), uma vez que, independente da especulação que possa estar a ele associada, o financiamento do investimento através da emissão de ações ou a proteção do mesmo através de operações de *hedge* é fundamental para o próprio ciclo do capital produtivo. Em determinadas épocas – como ocorreu a partir da década de 1970 –, o capital fictício poderia mesmo, através da esfera da circulação, determinar fundamentalmente a própria lógica da reprodução social ampliada de capital. A análise aprofundada das controvérsias acerca do processo denominado “financeirização” não é, entretanto, nosso objeto neste momento.

“capital financeiro”, tal qual descrito por Hobson, Hilferding ou Lênin.

Todas as variáveis que, na análise de Marx, influenciam o surgimento de recursos monetários à espera de utilização¹⁰¹ – germes do crédito bancário – adviriam, portanto, da necessidade intrínseca ao capitalismo, enquanto modo de produzir mais-valia, de dar continuidade ao processo produtivo para que o movimento de valorização do capital seja ininterrupto, comprando continuamente força de trabalho e meios de produção. Ironicamente, é justo no afã de garantir essa continuidade ininterrupta que os capitalistas constituem portanto, necessariamente, grandes massas de capital-dinheiro ocioso, “de molho”, que “aguarda pacientemente” pela oportunidade de valorizar-se e, enquanto isso, não se valoriza.

O empréstimo deste capital-dinheiro sob a forma de capital portador de juros, que é investido na produção por outrem, contorna essa questão desde o ponto de vista social e para cada capitalista individualmente (como veremos em seguida, a outra maneira de contorná-lo é através do capital fictício, que sequer chega a ser investido na produção por outrem, apesar dos rendimentos que cabem a seus proprietários deverem ser, eles também, provenientes da massa de mais-valia intertemporalmente produzida e realizada). Do ponto de vista social, o capital portador de juros permite que parcela maior do valor se valorize; do ponto de vista individual, confere ao prestatário (proprietário do capital portador de juros – o direito à apropriação de uma parcela da massa de mais-valia efetivamente produzida e realizada em cada momento (em cumprimento de compromissos assumidos no passado), sob a forma de juros, é parte integrante do próprio processo de reprodução social ampliada de capital, visto em sua continuidade.

O entrelaçamento efetivo, sob determinado grau de concentração que requeira montantes cada vez maiores de recursos monetários à disposição para a reprodução social ampliada do capital – âmago do entrelaçamento de capitais que virá a conformar o capital financeiro no século XIX –, seria assim uma necessidade da acumulação capitalista, na medida em que a lei geral desta é dada pela contradição antagônica entre o caráter cada vez mais social da produção e o caráter cada vez mais privado da apropriação, levando à concentração e à centralização como tendência histórica (MARX, [1867] 1985, cap.23).

Assim, mesmo que haja um problema com a denominação dos conceitos em Marx e nos autores que compõem o debate que ora apresentamos – ampliado pelas dificuldades de

101Listamos tais variáveis na [p.60](#) deste trabalho.

tradução e publicação já à época em que estes autores leram uns aos outros – consideramos que é possível identificar, na dinâmica do modo de produção capitalista investigada e descrita por Marx, as determinações estruturais que levam ao surgimento do capital financeiro, concentrado, por sua vez, em conglomerados cada vez maiores.

O montante exato a ser apropriado como juros pelos detentores do capital portador de juros, no entanto, se determina em cada momento na luta de classes¹⁰². Como veremos adiante, na luta de classes também se determinará o montante apropriado como rendimento associado à propriedade sobre capital fictício – outra forma de contornar a questão do capital ocioso, do ponto de vista do capitalista individual, embora esta se diferencie do capital portador de juros justamente por não estar diretamente associada à esfera produtiva, cumprindo, contudo, papel fundamental na esfera de circulação e, em determinados momentos históricos, sobre a própria lógica da reprodução social ampliada.

3.1.2 De como o diabo, ao tanto enfeitar o filho, pode vir a furar seus olhos

Assim, tal qual o rato que pare a Montanha, a acumulação capitalista também dá à luz uma base de sustentação que se converte em destabilizador potencial, justamente na forma de uma de suas maiores fontes aparentes de lucros: o capital fictício, cuja proporção, segundo as estatísticas compiladas por todos os autores analisados nesta dissertação, aumenta expressivamente com o surgimento do capital financeiro, na medida em que, como já assinalara Marx ([1894] 1986, v.5, p.20), “essa espécie de riqueza monetária imaginária não apenas constitui uma parte muito considerável da riqueza monetária dos particulares, mas também do capital dos banqueiros”.

Apesar da *multíssimo* relevante problemática acerca do papel desempenhado pelo capital fictício em um determinado padrão de reprodução do capital (em especial a questão do papel dos ativos financeiros na análise do *atual* padrão de reprodução do capital em escala mundial), a questão da autonomização do capital fictício e do aumento ou não de sua proporção em relação ao capital social global nos interessa neste trabalho apenas em dois aspectos: i) na medida em que parte do dinheiro detido pelos bancos e parte do dinheiro apropriado pela indústria não é empregado imediatamente como capital produtivo, nem por

¹⁰²Note-se, uma vez mais, que o montante máximo a ser apropriado nunca pode, assim, ultrapassar o montante de mais-valia efetivamente realizada em um determinado momento (que é, por sua vez, fruto de processos de valorização pretéritos).

seu dono, nem por outrem; ii) na medida em que, como veremos na seção seguinte deste capítulo, a forma de propriedade associada, por excelência, ao surgimento do capital financeiro é a sociedade anônima (ou propriedade por ações, caracterizadas por Marx como uma forma de capital fictício).

Aparentemente, o movimento do capital fictício é similar àquele do capital portador de juros, no sentido em que aparece como “dinheiro que gera dinheiro”. Seu conteúdo é, porém, distinto: enquanto o capital portador de juros, ao ser alienado sob a forma de empréstimo como mercadoria *sui generis* (mercadoria-capital) pressupõe a utilização efetiva do dinheiro como capital industrial ou mercantil, de modo que haja a produção e realização de mais-valia suficiente para cumprir o acordo jurídico de empréstimo, o capital fictício não existe enquanto valor que se valoriza na produção, apesar de necessitar se validar intertemporalmente pelo valor efetivamente produzido e realizado.

“Com a mesma insistência com que a economia anterior tentava inculcar a ideia de que dinheiro não é capital, essa economia de banqueiros trata de inculcar que, na realidade, o dinheiro é o capital *par excellence*” (MARX, 1986, v.5, p.9).

Os ganhos a ele associados, também garantidos por obrigações contratuais e frequentemente relacionados à especulação, são possibilitados socialmente pela enorme fetichização inerente ao capital portador de juros e devem ser deduzidos da divisão da mais-valia já realizada na sociedade. Assim, em nossa opinião, o que determina se um determinado montante de capital-dinheiro atua ou não como capital fictício é justamente o papel social que o mesmo cumpre na reprodução ampliada de capital, em cada momento específico.

O dinheiro pode atuar em um determinado momento apenas como equivalente geral (meio de troca, meio de pagamento, unidade de conta, medida de valor) – intermediando o intercâmbio de mercadorias –, podendo ainda, enquanto equivalente geral, ser entesourado ou atuar como divisa ou padrão monetário internacional (dinheiro mundial)¹⁰³. Um determinado montante de dinheiro pode também ser empregado diretamente como capital produtivo (respondendo assim, na circulação, à forma do ciclo de reprodução vista sob a ótica do capital-dinheiro¹⁰⁴), ser emprestado a outrem que assim o empregue, funcionando como capital portador de juros (o que acrescenta um novo momento, na esfera da circulação, ao ciclo do capital-dinheiro – o empréstimo), ou atuar como capital fictício,

103Cf. Marx ([1967] 1984), v.1, cap. 3.

104Cf. Marx ([1885] 1984), v.3, cap. 1.

servindo para a compra de ativos financeiros (essenciais para a própria reprodução social ampliada do capital vista a partir da totalidade do processo, em escala global, porém não diretamente associados ao processo de valorização – embora contribuindo para a continuidade do mesmo e para a determinação de sua lógica e tendo necessariamente de ser por ele intertemporalmente validado).

Se o papel socialmente representado por um dado montante de dinheiro enquanto equivalente geral, em escala nacional ou interestatal, não vem marcado a ferro em sua face, é a relação social da qual o mesmo participa, em cada momento, que determina seu papel no processo global de reprodução social ampliada do capital naquele momento (meio de circulação, meio de pagamento, capital produtivo, capital portador de juros ou capital fictício).

Defendemos a hipótese de que este mesmo capital, independente da forma que assuma em cada momento de acordo com o papel que cumpra no processo de reprodução social do capital, pode ser identificado também como “comercial”, “industrial” ou “bancário” por sua autonomização em termos funcionais e em relação à propriedade por parte de frações específicas da classe burguesa, atuando, em cada momento, como capital industrial, comercial ou bancário (definições às quais se somará, a partir do início do século XX e no bojo do debate sobre o imperialismo, o “capital financeiro”).

Na hipótese que apresentamos, portanto, a identificação do capital como “dinheiro que não se transforma imediatamente em capital”, “capital produtivo”, “capital portador de juros” ou “capital fictício” responderia, assim, ao critério do *papel cumprido, em cada momento, em relação à reprodução social do capital global*. Sua identificação como “industrial”, “comercial” ou “bancário” responderia ao critério de sua *autonomização funcional sob a propriedade de determinada fração da classe burguesa*, que pode, segundo melhor lhe convenha e segundo as características particulares de cada porção autonomizada, fazê-lo funcionar como simples meio de pagamento, capital produtivo, capital portador de juros ou capital fictício em distintos momentos.

Ambos os conjuntos de categorias não são, portanto, excludentes. Partem de critérios distintos.

É essa linha de análise que permite a apreciação das linhas de continuidade entre a obra de Marx e a categoria “capital financeiro” nas acepções advindas dos debates sobre o imperialismo, uma vez que, nesse sentido, tal categoria não seria de maneira alguma

excludente em relação às categorias “capital produtivo”, “capital portador de juros” ou “capital fictício”. Tais linhas de continuidade se encontrariam destarte, como já expusemos: i) nas contradições do próprio processo de valorização do capital (que aponta para o necessário entrelaçamento entre capital-dinheiro e capital-mercadoria); e ii) na forma que a unidade dialética conformada por tais contradições assume a partir da autonomização do capital-dinheiro sob a propriedade dos bancos comerciais (constituindo-se portanto predominantemente como capital bancário) e com a tendência histórica da acumulação de capital à concentração e centralização (que entranha o processo de constituição dos “monopólios”¹⁰⁵).

Assim, no que se refere ao aprofundamento estrutural das contradições que são superadas conjuntamente pelo surgimento do capital financeiro (um dos pontos centrais da controvérsia sobre a caracterização do capitalismo no início do século XX), também é possível apontar aqui um papel significativo para o capital fictício, ainda que o detalhamento do debate sobre o tema fuja ao escopo deste trabalho: a não utilização do dinheiro – por seu dono ou por outrem – em alguma etapa do processo de valorização do capital implica necessariamente no aumento do tempo de rotação do capital por ele representado, aumentando o tempo de circulação¹⁰⁶.

Este tempo, ao estender-se demasiadamente, poderia vir a impossibilitar o cumprimento das obrigações contratuais relacionadas ao capital fictício ou aos rendimentos esperados por cada classe ou fração de classe, que devem se realizar mutuamente de forma intertemporal. A divisão da mais-valia global efetivamente realizada a cada instante é determinada em um constante embate – a luta de classes – no qual os trabalhadores exigem o pagamento pela utilização de sua força de trabalho em jornadas já concluídas e os capitalistas industriais, banqueiros e especuladores exigem, respectivamente, “lucros” associados a investimentos, empréstimos ou aplicações financeiras feitos no passado, em meio à disputa de toda sociedade por um quinhão de valor¹⁰⁷.

105A acepção do termo “monopólios” para os distintos autores que se ocupam do debate sobre o imperialismo – ou sobre o desenvolvimento capitalista na passagem entre os séculos XIX e XX – será discutida adiante.

106Engels, em capítulo que escreve quase inteiramente (cf. MARX, [1894] 1986, v.4, p.55), resume o efeito das variações no tempo de rotação sobre a produção de mais-valia e os lucros: “[...] devido ao lapso de tempo requerido para a rotação, todo o capital não pode ser empregado ao mesmo tempo na produção; [...] Quanto mais breve o tempo de rotação, tanto menor se torna essa parte em alqueive do capital, comparada com o todo; tanto maior se torna também, com as demais circunstâncias constantes, a mais-valia apropriada”.

107 Nesse debate, emergem as duas questões centrais para a determinação das características fundamentais

Nesta contradição reside um dos principais elementos de instabilidade das formações econômico-sociais capitalistas, que podem, ao tanto se enfeitar enfeitando-nos de fetiche, vir a furar seus próprios olhos.

Assim, se uma parcela suficiente dos recursos monetários “ociosos” não for efetivamente empregada na produção, tais recursos seguem sendo “ociosos” do ponto de vista da valorização social, não funcionando como capital produtivo, ou sequer como capital portador de juros na acepção descrita por Marx, ainda que, na sociedade, seus proprietários recebam uma parcela da mais-valia, que, na linguagem corrente e na teoria econômica hegemônica, frequentemente também se denomina, indistintamente, como “juros”¹⁰⁸.

A massa total de mais-valia efetivamente produzida e realizada deve, em última instância, validar intertemporalmente o capital fictício – que se revela, assim, não tão “fictício”, não podendo se descolar completamente da reprodução material¹⁰⁹.

Ao aproximarmos-nos da “porta do inferno”, olhando o diabo nos olhos e despindo-nos de todos os preconceitos para investigar a realidade para além de sua aparência, buscando desconstruir e re-significar as múltiplas determinações que a conformam, deparamo-nos, pois, com o capital portador de juros. É a concentração das disponibilidades monetárias de toda a sociedade nos bancos que lhes confere um poder de vida e morte sobre a acumulação de capital, na medida em que detêm o capital-dinheiro necessário para a reprodução continuada deste processo.

de um dado padrão de reprodução de capital: COMO (e QUEM) produz? COMO (e QUEM) se apropria?

108 Em termos sociais, não há alteração de valor nem na passagem do capital inicial do prestamista para o prestatário (D-D) nem na devolução do mesmo ao prestamista (D+ Δ D - D+ Δ D). A alteração ocorre no período entre o cumprimento de ambos os compromissos jurídicos. Seu objetivo, segundo Marx (1986, v.4, p.263) é “retornar, com mais-valia, como D+ Δ D”, e esse Δ D é aqui o juro ou a parte do lucro médio que não permanece nas mãos do capitalista funcionante, mas cabe ao capitalista monetário [prestamista]”. Ressaltamos que, nesse caso, “*se o capitalista não for de fato funcionante*”, ou “*se o refluxo real não se efetua no tempo devido*”, o prestatário “*tem de usar outras fontes para cumprir suas obrigações com o prestamista*” (Ibid., p.262).

109 Daí depreende-se, portanto, que quanto maior a proporção do capital financeiro empregado como capital fictício, maior o tempo de rotação dos distintos capitais que conformam dialeticamente o capital social e maior a chance de que os acordos assumidos não sejam cumpridos, precipitando e sinalizando a crise. O capital fictício, portanto, apesar de não participar *diretamente* do processo de valorização do capital, *cumpr*e um papel fundamental na determinação das formas através das quais está se dá socialmente (ou, o que é o mesmo, na determinação do padrão de reprodução do capital, em cada local e em escala mundial).

Paralelamente, o efeito da lei geral da acumulação capitalista e da concorrência inexorável entre os capitalistas (não abolida, como veremos a seguir, pelo surgimento dos chamados “monopólios”) sobre as tendências ao aumento da composição orgânica do capital, à queda da taxa média de lucro e à eclosão cíclica de crises estruturais também contribuiu para que a superação conjuntural de cada crise¹¹⁰ se dê sobre a base de uma concentração e centralização de capitais ainda maior, acirrando a contradição entre a necessidade e as possibilidades de obtenção de crédito e aprofundando o antagonismo irreconciliável entre produção social e apropriação privada.

A tendência à concentração, inerente à lei geral da acumulação capitalista, é, pois, o outro elemento essencial do surgimento do capital financeiro tal qual descrito no debate travado no início do século XX. Assim, frisamos uma vez mais: mesmo que haja um problema com a denominação dos conceitos em Marx e nos autores que compõem o debate que ora apresentamos, consideramos que é possível identificar, na dinâmica do modo de produção capitalista investigada e descrita por Marx, as determinações estruturais que levam ao surgimento do capital financeiro (nas acepções em que o mesmo aparece no debate acerca do imperialismo), concentrado, por sua vez, em conglomerados cada vez maiores.

Está feito o prato para a união da “fome” da indústria com a “vontade de comer” dos bancos: no desenrolar acelerado das transformações em curso no último quarto do século XIX (expansão das relações especificamente capitalistas de produção; generalização da produção fabril na Inglaterra, França, Alemanha, EUA e Japão; mudanças na base técnica e na matriz produtiva; colonização ou domínio de virtualmente todo o planeta pelas grandes potências industriais; mudança no papel dos Estados nacionais), o entrelaçamento entre capital bancário e capital industrial se torna uma realidade.

110 A crise *estrutural* e *cíclica* é vista, aqui, como “ponto crítico” – e não necessariamente como “crise terminal” – ao poder configurar-se como forma do próprio capitalismo se recompor, destruindo parte de suas forças produtivas e concentrando e centralizando o capital em novos níveis (MARX, [1848] 1982). Admite-se a possibilidade de que a generalização geográfica, econômica e/ou ideológica das crises, espalhando-se por todos os poros da sociedade, possa fazer com que se configurem como crises revolucionárias, na medida em que, na luta de classes, o proletariado seja capaz de lutar efetivamente pela tomada do poder.

3.2. O capital financeiro e os monopólios no debate do início do século XX

*O que é o roubo de um banco,
comparado à fundação de um banco?*

Bertold Brecht, *A ópera dos três vinténs*

O debate sobre a origem e natureza do capital financeiro e dos monopólios – bem como do papel cumprido pelos mesmos na reprodução social do capital global em escala local e mundial – constituiu uma das principais controvérsias acerca da caracterização do capitalismo ao final do século XIX e início do XX. Nem todos os autores aqui tratados se ocuparam desta temática de maneira central, contudo. A mesma aparece nesta condição nas obras de Hobson, Hilferding e Lênin, sendo que, no primeiro e no último, a vinculação estrutural e indissociável entre “capital financeiro” e “imperialismo” é parte do eixo principal das obras publicadas sobre este último, respectivamente em 1902 e 1916.

Os outros dois autores aqui analisados – Kautsky e Rosa Luxemburgo – conferem maior importância à questão das contradições da reprodução territorial do capitalismo no que se refere à definição do imperialismo. Centraremos neste momento, pois, na contribuição daqueles três autores no que se refere à controvérsia acerca do surgimento dos monopólios e do capital financeiro, ressaltando uma vez mais, entretanto, que no que se refere ao debate sobre a definição de “imperialismo” – subsidiário desta controvérsia sem a ela limitar-se –, nenhuma determinação pode ser dissociada das demais nas obras de que aqui tratamos, embora cada autor enfatize determinados aspectos (como buscaremos demonstrar no capítulo 4, que esboça um “quadro-síntese” destas definições)¹¹¹.

111 Rosa Luxemburgo, por exemplo, parte de pressupostos distintos, buscando encontrar as raízes do imperialismo em sua própria concepção sobre o processo de acumulação de capital (tratada no cap.2 deste trabalho) e não nas particularidades relacionadas, por exemplo, ao surgimento do capital financeiro. Este raciocínio fica claro em uma nota da autora ao capítulo 32 de *Acumulação de capital*, na qual Rosa afirma que “transcende os limites deste estudo a abordagem dos cartéis e trustes como manifestação específica da fase imperialista, entidades que se desenvolvem a partir da concorrência interna entre os grupos capitalistas para a monopolização das áreas de acumulação existentes e para a distribuição dos lucros” (LUXEMBURGO, [1913] 1985, p.313), reconhecendo sua importância mas não se dispondo a analisá-la. Rosa destaca, ainda, os empréstimos internacionais como um dos métodos operacionais específicos da fase imperialista do capitalismo (caracterizada pela concorrência internacional entre nações capitalistas industrializadas), junto à construção de ferrovias e à eclosão de revoluções e guerras, no que se refere ao processo de “industrialização e a emancipação capitalista das antigas zonas interioranas do capital em que este processava a realização de sua mais-valia” (*Ibid.*, p.287). Não menciona, entretanto, a exportação de capitais, apesar de descrevê-la expressivamente em algumas passagens, como ao afirmar que “o capital alemão constrói, na Turquia asiática, ferrovias portos e obras de irrigação. Em todas essas empresas tira nova mais-valia dos asiáticos, que são utilizados como força de trabalho” (*Ibid.*, p.302). Lênin, por sua vez, viria a caracterizar os empréstimos como uma das principais formas de exportação de capitais, como veremos adiante.

Uma vez cumprido o segundo objetivo apresentado no início deste capítulo, pretendeu-se apresentar, nesta seção, as semelhanças e divergências entre Hobson, Hilferding e Lênin acerca do capital financeiro e dos monopólios.

O elemento comum entre os três autores é, justamente, a união de operações específicas de bancos e indústria (para Hobson), a junção entre os capitais industrial e bancário conformando o capital financeiro (para Hilferding) ou o entrelaçamento entre ambos também com esse sentido histórico (para Lênin). Reafirma-se, assim, a hipótese de que as raízes do capital financeiro poderiam ser encontradas no caráter concentrador da acumulação capitalista e nas contradições da unidade dialética entre produção e circulação de capital.

As principais divergências na caracterização, por sua vez, serão apresentadas no que se refere a três questões que consideramos fundamentais neste grande debate, embora as limitações quanto ao tempo para a defesa desta dissertação não tenham permitido um adequado aprofundamento dessas divergências. As três problemáticas que tentamos abarcar configuram o prumo da redação desta seção. São elas: i) o surgimento do capital financeiro a partir dos capitais industrial e bancário e as distintas visões sobre a predominância de um ou de outro na unidade dialética entre ambos; ii) a relação entre concorrência e monopólio (na medida em que a palavra “monopólio” aparece com dois significados distintos: por um lado descreve-se o monopólio como fruto das contradições da concorrência sem, contudo, eliminá-la completamente – entendendo-se “monopólio” quase como sinônimo de “conglomerado”; por outro lado, se faz presente na obra dos autores analisados uma contraposição entre um período monopolista e um período de “livre-concorrência”, que os autores geralmente assumem que tenha existido como momento prévio àquele); iii) a assim chamada “exportação do capital financeiro” (como meio específico de domínio sobre o mercado mundial associado ao desenvolvimento do capitalismo na virada para o século XX, bem como no debate acerca de suas implicações sobre a dinâmica do sistema interestatal).

O primeiro autor dentre os que aqui tratamos a se referir ao surgimento dos monopólios ou ao capital financeiro – mais em termos da dinâmica associada ao mesmo

que em termos de denominação – foi o economista não marxista inglês John Hobson, que se nutre de inúmeras e bem distintas influências teóricas, em uma ampla gama que vai de Marx a Marshall, Sombart a Veblen. Entretanto, pelo pioneirismo e abrangência de sua obra sobre *A evolução do capitalismo moderno* ([1894] 1983) – publicada no mesmo ano que a edição de Engels sobre as anotações de Marx para o livro III de *O Capital* – e de seu *Imperialismo, um estudo* ([1902] 1948), Hobson se constituiu como referência unânime no debate marxista acerca da caracterização do capitalismo no início do século XX¹¹².

Mesmo assim, em um primeiro olhar e do ponto de vista da caracterização do capitalismo, existem apenas alguns pontos específicos de convergência efetiva entre a obra de Hobson e a formulação de Marx e Engels; dentre esses, destacam-se: a) o estabelecimento, no capitalismo, da contraposição entre “capital” e “trabalho” – este último como fonte de valor (ao contrário do pregado pela escola neoclássica), apesar de que Hobson empregue o termo “mais-valia” apenas no sentido de produto social excedente, desprovido de sua relação com o tempo de trabalho necessário para a produção, pelo trabalhador, de valor equivalente àquele cujo consumo é necessário à sua subsistência e reprodução social; b) a tendência histórica à concentração do capital, ainda que motivada primordialmente – como veremos a seguir – pelas limitações na expansão do mercado, não pelas contradições inerentes à lei geral da acumulação capitalista (ou ao caráter cada vez mais socializado da produção e o caráter cada vez mais privado da apropriação); c) a tendência histórica, associada à concorrência capitalista, à elevação da proporção do “emprego de capital fixo” em relação ao “emprego de mão de obra” – análoga à tendência ao aumento da composição orgânica do capital, ainda que sem distinguir teoricamente as categorias “capital variável” e “capital constante”; d) a visão histórica sobre a revolução industrial e seus pontos de ruptura, na qual Hobson referencia explicitamente Marx.

As diferenças de pressupostos entre Hobson e o arcabouço marxista são identificáveis, por exemplo, desde a própria definição deste autor sobre o termo “capital”, que não deveria em sua opinião “ser definido metafisicamente”, mas pelo significado que possui no “mundo empresarial”; para Hobson, este se resumiria a dois conceitos coerentes

112 Apesar de *Imperialismo, um estudo* ([1902] 1948) ter sido muito mais amplamente divulgada, sabemos que *A evolução do capitalismo moderno* ([1894] 1948) foi lida à época pelo menos por Lênin, que resenhou ([1899] 1981) a edição russa desta obra e comentou-a em seus *Cadernos sobre o imperialismo* ([1933-1938] 1986). Lênin afirma, ainda, que *Imperialismo, um estudo* – cuja tradução para o russo iniciou em 1904 – é a “obra inglesa mais importante sobre o imperialismo”, tendo sido “utilizada [como fonte] com a atenção que, em minha opinião, merece” em seu folheto sobre o imperialismo ([1917] 1985, p.313).

entre si: “Abstratamente, o dinheiro ou o controle do dinheiro, às vezes denominado crédito, é capital. Concretamente, o capital consiste em todas as formas de matéria negociável que incorporem trabalho” (HOBSON, [1894] 1983). O capital corresponde portanto, para Hobson, apenas às formas sob as quais, para Marx, o mesmo se apresenta na circulação: dinheiro e mercadoria. Esta definição, apesar de se distanciar daquela construída pelos teóricos da utilidade (por ele amplamente citados, especialmente Marshall e Böhm-Bawerk), distancia-se também da concepção marxista do capital como relação social, que pressupõe a contratação de força de trabalho assalariada, apesar de Hobson admitir que esta é uma das condições necessárias ao desenvolvimento do capitalismo.

Assim, o termo “capitalismo moderno”, cuja evolução é o objeto de estudo do autor, não se refere exatamente às particularidades e mudanças no capitalismo no último terço do século XIX¹¹³, mas ao “capitalismo industrial”, contrapondo-o ao capitalismo existente no “Mundo Antigo” e na Idade Média, que se resumiria a determinadas áreas mas existiria, indo inclusive além de relações de assalariamento (ou do processo descrito por Marx como transformação do dinheiro em capital). Para Hobson (*Ibid.*, p.6), “a mão-de-obra escrava ou servil, aplicada ao cultivo do solo, pode também ser considerada como uma espécie de capitalismo dos tempos antigos”. O autor conclui, entretanto, que “o mundo antigo possui poucos traços do ramo mais característico do capitalismo moderno – a manufatura em grande escala” e que, devido à ausência das condições que considera essenciais para “o desenvolvimento amplo e geral do capitalismo”, o mesmo não poderia se dar até o surgimento da manufatura em grande escala, que caracterizaria o capitalismo moderno e cujo estudo fica claro como objeto de Hobson no subtítulo que o mesmo dá à sua obra de 1894: *um estudo da produção mecanizada*.

Apesar deste sentido geral distinto, o sentido particular dado à decisão de estudar a evolução do capitalismo moderno se refere decididamente à análise das transformações atravessadas pela manufatura em grande escala nas últimas décadas do século XIX, assemelhando-se, portanto, aos objetivos de Hilferding, Kautsky, Rosa Luxemburgo e Lênin – caracterizar e compreender este período. O autor destaca, como tendências gerais dessa evolução: a mecanização (definida, em referência à Marx, pelo desenvolvimento da máquina-ferramenta); a tendência à concentração (ou “força concentradora”); a passagem

113Ao dissertar sobre a difusão de cartéis na Alemanha, por exemplo, Hobson se refere à “era moderna da indústria”, dispondo dados a partir de 1870 (*Ibid.*, p. 136). Apesar disso, a baliza periódica escolhida para a apresentação de dados estatísticos por vezes parece corresponder mais à disponibilidade dos mesmos que a uma decisão metodológica.

efetiva da produção mecanizada ao plano da disputa internacional – com a industrialização de outros Estados (em particular os EUA e a Alemanha)¹¹⁴ – e a internacionalização do palco de ação; a relação entre produção e financiamento (através do surgimento da figura do financista moderno e das sociedades anônimas).

O livro impressiona ainda pela atualidade, em especial no que se refere a descrições que poderiam muito bem caber na mal-chamada globalização: Hobson discorre sobre o fato da difusão de um sofisticado sistema creditício estar intimamente associada ao mecanismo aperfeiçoado da comunicação; estabelece o acesso às matérias-primas em uma dada base energética como “limite último” à acumulação, embora o considere virtual e inatingível; analisa a crescente interdependência entre os vários ramos da economia e a formação do que denomina como “mercado mundial”:

“Esse mercado mundial representa a máxima expansão, decorrente do moderno mecanismo de transporte e troca, constituído de estradas de ferro, navios a vapor, jornais, telégrafos e do sistema de crédito, estruturado e mantido com a ajuda desses agentes materiais” (HOBSON, [1894] 1983).

O autor vê na inovação a raiz da evolução do capitalismo moderno¹¹⁵, em um sentido que abrange tanto o desenvolvimento tecnológico quanto novas formas de organização da produção, através da “invenção científica” (que dá “uma importância maior ao capital 'fixo'”) e da “direção econômica” (que permitiria compreender inclusive o “lado financeiro ou contábil da empresa”), chamando-as, em conjunto, de aspectos objetivo e subjetivo da ordem industrial.

Para analisar o capital financeiro, Hobson estabelece como unidade a empresa (enquanto unidade administrativa que pode abranger várias instalações), em contraposição a cada instalação produtiva efetivamente existente: “Ora, a verdadeira unidade econômica do capitalismo não é a unidade técnica de uma 'planta', mas a unidade industrial e financeira da 'empresa'” (*Ibid.*, p.97). O autor utiliza, ainda, o termo “economias” para tratar de um conceito bastante próximo ao conceito atualmente empregado pela teoria microeconômica de “economias de escala” – que encontra suas raízes em Marshall – ainda que as “economias” de Hobson tenham um significado mais amplo, adquirindo

114A segunda edição de *A evolução do capitalismo moderno*, revisada pelo autor em 1906, já incorporava a análise do processo de concentração do capital nos EUA, bem como os comentários sobre as obras de Marx e de Sombart. Não incluía ainda, entretanto, os comentários sobre a I Guerra e do papel dos EUA como nação credora (capítulo suplementar), incluídos apenas na edição de 1916 (Cf. TAVARES, 1983).

115“[...] a causação eficiente do processo evolucionário pode ser encontrada na aplicação de invenções científicas aos ofícios artesanais e na nova arte de direção econômica, como a que se expressa nos métodos do *entrepreneur* moderno” (HOBSON, [1894] 1983, p.23).

fundamental importância para sua formulação sobre a “força concentradora” inerente ao capital financeiro, ou, em nossas palavras, sobre a tendência do desenvolvimento capitalista à concentração.

Em sua opinião, as “economias” – que dariam às grandes empresas vantagens sobre as pequenas, incentivando a concentração – podem ser de dois tipos: economias de capacidade produtiva (que representam aumento de produtividade) e economias de poder competitivo (que permitem às grandes empresas tomar clientes das pequenas ou auferir maiores lucros sem qualquer variação na produtividade)¹¹⁶. Nesse sentido, destaca-se que, diferentemente da formulação de Marx, a “economia” baseada no emprego de máquinas “não é essencial à tendência concentradora do capitalismo” (*Ibid.*, p.97)¹¹⁷, representando apenas um tipo de “economia” de capacidade produtiva¹¹⁸, ainda que extremamente significativa e de grande implicação para a complexificação da estrutura empresarial e com possível impacto sobre as dificuldades de venda da massa de mercadorias (superprodução, na acepção marxista). Com particular interesse para o presente trabalho, Hobson afirma ainda que

“As maiores facilidades de crédito, de que gozam, via de regra, as grandes firmas, devem ser consideradas como uma economia distinta. Essa economia constitui, em parte, superioridade produtiva, pois implica maior facilidade de expansão nas operações empresariais; em parte, superioridade competitiva, pois significa liberdade maior nos processos de compra e venda, assim como capacidade maior de enfrentar e vencer dificuldades. Essa economia em particular tem evidentemente maior importância para as empresas financeiras, depois para as grandes empresas comerciais que, paralelamente, têm participação considerável em empresas de mineração e manufatureiras, de acordo com o grau de inerência do fator 'especulação' em sua conduta” [ênfase nossa] (*Ibid.*, p.99).

116 No que se refere às economias de poder competitivo, o autor destaca as economias com propaganda, com o asseguramento de patentes e com a capacidade de impor preços e salários (*Ibid.*, pp. 96-99).

117 O próprio Hobson adverte: “Não é, entretanto, na manufatura e sim na indústria do transporte que iremos encontrar os resultados mais expressivos da influência concentradora da maquinaria. A substituição da carroça e da diligência pela estrada de ferro, do barco à vela pelo vapor, evidencia o maior avanço do capitalismo moderno” (HOBSON, [1984] 1983, p.91). E ainda: “O fato de todas as ferrovias dirigidas pela iniciativa privada, a vapor ou elétricas, serem empresas de capital acionário, e de todo o transporte marítimo, com exceção de um percentual decrescente de navegação costeira e fluvial, ter adotado a mesma forma tipicamente capitalista comprova a tendência concentradora deste segmento da indústria” (*Idem*).

118 No que concerne à economia “puramente mecânica” associada ao emprego da maquinaria moderna, existiriam as seguintes tendências: i) ao aumento do tamanho da planta, empregando uma unidade cooperativa maior de capital e trabalho; ii) ao aumento do volume e da importância do capital, relativamente à mão-de-obra; iii) ao aumento da diversificação e da especialização de ambos, complexificando a unidade empresarial. Hobson enumera, entretanto, mais seis tipos de economias de capacidade produtiva, a saber: o esforço poupado com a compra e transporte de matérias-primas em grandes quantidades, com a instalação no mesmo espaço de processos produtivos subsidiários, com a maior eficiência dos trabalhos não manuais como o gerenciamento; com a economia de local e espaço, com a utilização de produtos de refugo e com a maior capacidade de teste sobre “novos experimentos na maquinaria e na organização industrial.

Sobre o papel das finanças – “incluídas neste termo as operações bancárias e de seguros, corretagem de ações e de câmbio e toda espécie de empréstimo de dinheiro” (*Ibid.*, p.91), o autor afirma ainda que as mesmas constituem o setor em que as forças concentradoras operam com mais força depois do transporte, chegando a declarar que “estas empresas financeiras constituíram o *berço do capitalismo moderno*: foram as primeiras a adotar a forma de sociedade anônima e a terem um campo de ação internacional. [...] nelas, a vantagem de um capital vultuoso é normalmente maior do que em qualquer outra operação financeira [ênfase nossa]” (*Idem*). Ao discorrer sobre o exemplo dos EUA, a empresa torna-se a *corporation* (companhia, na tradução para o português), cujo relacionamento com o Sistema Financeiro é típico do capitalismo nesse país.

Os trechos transcritos acima deixam claro tanto o caráter financeiro – na acepção que viemos utilizando – da empresa descrita por Hobson quanto a tendência à concentração, constituindo a semente de sua análise posterior sobre as “características econômicas do imperialismo” (Cf. HOBSON, [1902] 1947), baseada na generalização de sua experiência de contato direto com o imperialismo inglês como correspondente jornalístico na guerra anglo-bôer.

Note-se que a tendência à concentração, embora predominante, não significaria entretanto o açambarcamento completo de um ou mais ramos de produção. O não açambarcamento, contudo, se relaciona à sobrevivência de pequenas empresas, que se daria, em parte, devido à ausência eventual das características que determinam a tendência para a concentração e, em parte, devido à presença de “tendências compensadoras” que contra-arrestariam tal tendência¹¹⁹. Estas tendências compensadoras estariam baseadas principalmente nas limitações para o estabelecimento de “rotinas” próprias à produção em grande escala, quer pelo fato das grandes empresas prescindirem do cuidadoso “olho do dono”, quer por motivos técnicos, quer por sua contraposição à “arte” associada à produção em ramos onde tem um maior papel a individualidade do consumidor. Tais tendências

119 Hobson apresenta estatísticas industriais dos EUA, Grã-Bretanha, Alemanha e França para afirmar que “nessas indústrias eminentemente capitalistas [têxtil, alimentar, de ferro, aço e metal, de couro, de papel e impressão, de produtos químicos e de veículos], há uma prova cabal de que sobrevivem e se desenvolvem vigorosamente pequenas plantas, representativas de uma tendência contrária ao capitalismo concentrador” (*Ibid.*, p.87). Afirma ainda, entretanto, que, apesar desta coexistência, se deixarmos de lado as indústrias têxtil e de calçados, “e nos voltarmos para as que são constituídas exclusivamente de fábricas, vamos encontrar aí forte testemunho da superioridade econômica da produção em grande escala” (*Ibid.*, p.88).

estariam intimamente associadas aos limites à concentração sistematizados pelo autor, uma vez que, em sua opinião, “o determinante direto da dimensão de uma empresa será o lucro líquido máximo” (*Ibid.*, p.105), enfatizando a anarquia da produção capitalista¹²⁰.

Em sua opinião, a indústria estaria sujeita, em primeiro lugar e de modo geral, à “fórmula econômica consagrada” – também por Marshall – da lei dos retornos decrescentes, que nunca seria sobrepujada por retornos crescentes de maneira contínua e absoluta. O ponto de ruptura (ponto até o qual todas as economias de escala são exploradas), em que a lei dos rendimentos decrescentes passaria a ter efeito negativo sobre os lucros, constituiria, assim, o tamanho máximo da planta, ou sua escala máxima de eficiência – o “ponto de economia líquida máxima, além do qual ela não pode crescer, a menos que seja sustentada por uma base legal ou natural de monopólio” (*Ibid.*, p.104). A lei dos rendimentos decrescentes teria, assim, influência determinante sobre o tamanho das plantas produtivas, mas não necessariamente sobre o tamanho da empresa que, ao tornar-se mais complexa (e, historicamente, em especial com o desenvolvimento das companhias acionárias), poderia abarcar cada vez mais plantas que correspondessem às limitações aqui expostas, superando o grau normal de complexidade que corresponde às dimensões máximas de eficiência das plantas.

Destarte, Hobson afirma que, embora haja ainda um limite último à grande produção relacionado à necessidade de recorrer a fontes mais caras de matéria-prima ou energia, dada a abundância de tais elementos, este limite não é real e, salvo raros casos, “o único limite substancial ao desenvolvimento de uma empresa, do ponto de vista da economia de suprimento [da oferta], refere-se à aplicação da capacidade administrativa” (*Ibid.*, p.105), em especial levando em conta a tendência à complexificação das empresas, donde decorre – uma vez mais – o papel central que as “invenções na direção econômica” teriam, na opinião do autor, sobre a evolução do capitalismo moderno (junto às invenções científicas, como vimos anteriormente). Tais limites determinariam o tamanho que corresponde ao menor preço unitário de oferta, ao qual as empresas tenderiam a sujeitar-se.

Hobson destaca, entretanto, que “esta tendência, que toda empresa manifesta, de se desenvolver até o limite da produção mais barata, é, todavia, modificada por outra tendência, do lado da demanda”, de modo que a experimentação e descoberta de novos métodos administrativos (inclusive no que se refere à relação entre indústria e finanças)

120 A argumentação sobre os limites econômicos à concentração é de particular interesse para a contraposição às teses formuladas por Kautsky em 1901, expostas no capítulo a seguir.

serviria essencialmente também para controlar porções maiores dos mercados, “a fim de impedir que os ganhos passem para o consumidor, em virtude da concorrência entre produtores” (*Ibid.*, p.106)

Os limites da tendência à concentração têm, na obra do autor, papel fundamental no estabelecimento da concorrência – em novo nível, entre conglomerados, ou uma concorrência intermonopolista – e estariam estreitamente relacionados ao processo de complexificação da estrutura das empresas (que andaria de mãos dadas com a tendência à concentração do capital na concepção de Hobson).

A tendência à complexificação tal qual aqui descrita ocorreria também – e talvez essencialmente – nos bancos e empresas financeiras, e apareceria como unidade dialética entre o processo de diversificação – que “estreitaria” seu espectro de atividades, ao especializá-lo em um produto ou processo que era antes apenas parte de outro – e o processo de integração – que “ampliaria” seu espectro de atividades de maneira vertical (absorção de processos subsidiários à produção de uma dada mercadoria, cuja interligação é base concreta da integração) ou horizontal (expansão de uma empresa para a produção de novas mercadorias, com identidade de matérias-primas ou métodos produtivos em relação à mercadoria produzida originalmente).

Nesta unidade dialética, Hobson frisa que o processo de diversificação pode contribuir para a integração ou opor-se a ela, na medida em que, respectivamente, signifique a especialização na produção de mercadorias específicas ou em processos específicos necessários à produção de distintas mercadorias por distintas empresas, propiciando, neste caso, o vínculo estável de interesse comum que é a base da integração. Estabelecer-se-ia, assim, uma luta entre a “fábrica completa” e a “fábrica especializada”. Assim, os processos de especialização e integração seriam responsáveis, ainda, pela crescente interdependência entre negócios e mercados em um mesmo ramo da economia, bem como pela crescente interdependência entre os distintos ramos¹²¹.

Para definir, enfim, os mercados, Hobson (*Ibid.*, p.111) cita uma passagem de Marshall referenciada por Cournot em sua *Investigação sobre os princípios matemáticos da teoria da riqueza*, afirmando que se tratariam de quaisquer regiões em que “compradores e vendedores praticam um intercâmbio tão livre que os preços dos mesmos

¹²¹Hobson (*Ibid.*, p.111) define os *ramos* de atividade econômica como agregados de unidades produtivas de determinado tipo e os *mercados* como grupos de empresas em concorrência direta, podendo existir, num mesmo ramo, vários mercados com vínculos distantes e indiretos.

produtos tendem a nivelar-se fácil e rapidamente [ênfase nossa]”. Assim, a *absoluta* liberdade de intercâmbio não seria essencial ao estabelecimento de mercados – que, tampouco, chegariam ao limite virtual da completa monopolização e supressão em um determinado ramo, dadas as tendências contra-arrestadoras examinadas anteriormente – abrindo-se a possibilidade do estabelecimento de “concorrência intermonopolista” na qual “um preço competitivo único é pois o traço característico essencial e comprobatório de um mercado” (*Idem*). Na realidade, a concorrência potencial por parte de empresas (novas ou já existentes) que sequer compõem o ramo em um determinado momento também seria parte integrante dos mercados, contribuindo para a formação de preços nos mesmos – tal relação se acentuaria com a progressiva interligação do mercado mundial decorrente do desenvolvimento técnico nos ramos de transporte e comunicação, sendo o mercado de dinheiro (considerado como uma mercadoria de características particulares, “que configura a forma mais abstrata de riqueza e tem o mais elevado nível de competição”) sua expressão última, na qual “o mercado é contérmino com a produção e as diferenças de preço em cada local refletem apenas as diferenças de risco” (*Idem*)¹²².

Pode-se identificar, portanto, uma tendência subconsumista na visão de Hobson: a limitação da demanda seria a principal limitação efetiva ao crescimento das empresas, uma vez que empresas cada vez mais concentradas e complexas tendem a produzir um número maior de unidades, não sendo possível que muitas delas convivam em um mesmo mercado que tenda à concentração. Se a “força concentradora” provém, em última análise, da limitação de demanda e não das contradições inerentes à produção ou da dependência das empresas em relação ao crédito bancário, a articulação entre atividades próprias dos bancos e atividades produtivas se daria, para Hobson, sem uma relação de dominância pré-estabelecida, conformando-se a partir da integração, em uma mesma estrutura complexa, de ambos os elementos.

No entanto, o autor afirma que “a estrutura do capitalismo moderno tende a lançar um poder cada vez maior nas mãos dos homens que manejam o mecanismo monetário das comunidades industriais – a classe dos financistas” ([1894] 1985, p. 175), que teriam sido sempre indispensáveis aos grandes empreendimentos, mas, apenas com o “desenvolvimento dos métodos industriais modernos [que] exigiu um fluxo grande, livre e variado de capital, em muitos canais do emprego produtivo, que o financista deu sinais de

122Na opinião de Hobson, as principais características de uma mercadoria na determinação de sua área de mercado são a amplitude da demanda, a transportabilidade e a durabilidade.

assumir o posto de autoridade que hoje ocupa em nosso sistema econômico” [ênfase nossa] (*Idem*).

Assim, Hobson também identifica a relação entre concentração e a articulação entre as atividades industrial e bancária, na medida em que esta é determinada pela maior necessidade de financiamento decorrente daquela:

“Cada passo importante que demos no sentido do desenvolvimento da estrutura industrial contribuiu para afastar a classe dos financistas da classe mais geral dos capitalistas, assegurando-lhe um controle maior e mais vantajoso sobre o curso da indústria” (*Idem*).

Na concepção do autor, a ação dos bancos como intermediários permitiria a distribuição geral de toda a força industrial pelo organismo social, modificando a estrutura da empresa e dando origem a “uma classe de especialistas em finanças, cuja tarefa é a direção estratégica das relações intersticiais do sistema”, citação que Hobson (*Ibid.*, p.252) toma de Veblen.

O paralelo com as concepções de Hilferding e Lênin, inclusive no que se refere ao surgimento da “oligarquia financeira” é inevitável, ainda que as relações de subordinação e exploração sejam menos explícitas no economista inglês. A forma de propriedade particularmente associada a esse processo seria, segundo Hobson, a empresa de capital acionário, que viria deslocando a empresa de propriedade individual.

“Altas razões de conveniência imediata, quando não de necessidade real da indústria, parecem exigir a manutenção de uma oligarquia eficiente no controle da empresa, embora, ao mesmo tempo, requeiram uma distribuição mais ampla da propriedade do capital aplicado: esse expediente de controle centralizado constitui a base racional de um poder financeiro que, como veremos, é responsável por grandes perigos e abusos [ênfase nossa]” (*Ibid.*, p.179)

O “poder financeiro” (ou o poder dos financistas) estaria, entretanto, associado à concentração de capital – mais vantajosa que em qualquer ramo: “se existe um limite para os 'rendimentos crescentes' na área dos grandes bancos, dos seguros e das finanças, ele não é facilmente perceptível” (*Ibid.*, p.189), ainda que, nos EUA, a companhia financeira [*corporation*] tenha sido amplamente dominada pelo capital produtivo.

A estrutura da *corporation* como companhia financeira, na qual o crédito participa desde o início sob a forma de “capitalização”, seria, portanto, a estrutura da empresa moderna que Hobson viera descrevendo. A associação entre emissão de ações, crédito e capital produtivo é, assim, claramente colocada, ainda que, na opinião do autor, os

financistas tenham interesses próprios – distintos da mera promoção das empresas cujos capitais negociam.

“O sistema, como um todo, é um jogo: não, efetivamente, um jogo cego, mas uma especulação em que a previsão e oportunidade desempenham papéis de dimensões variáveis. [...] A base financeira do sistema de 'crédito' como um todo é a estimativa da 'capacidade de lucro' [...] os males ou erros do sistema creditício podem ser atribuídos a falhas de mensuração ou representação dessa capacidade de lucro” (Ibid., p.181).

Hobson não percebe, entretanto, que essas “falhas” na estimativa da “capacidade de lucro” são na verdade estruturais e se devem à necessidade de que a mais-valia efetivamente realizada em cada momento valide as obrigações juridicamente estabelecidas, às quais nem sempre está diretamente associada¹²³.

No que se refere à expansão mundial, Hobson considera que a “indústria trustificada” (monopolista) não tem condições de reinvestir seus lucros em si mesma, sob a pena de não encontrar mercados (dada a tendência subconsumista a qual nos referimos anteriormente), devendo necessariamente expandir-se. Por um lado, essa necessidade geraria uma espécie de contrapartida dialética à tendência de dominação financeira sobre as empresas, na medida em que os lucros destas seriam investidos no “setor das finanças”. Por outro lado, surgiria uma “pressão natural crescente” para a conquista de novos mercados – o que, no caso dos Estados Unidos, se manifestaria como pressão para a conquista de mercados fora do território nacional, submetido ao protecionismo “trustificador”.

“Os frutos dessa pressão já começam a ser observados na política econômica dos trusts norte-americanos, sob a forma de uma demanda por maiores escoadouros externos para suas mercadorias e investimentos. Sem tais escoadouros, o movimento de 'trustificação', em última análise, caminhará para o suicídio” (Ibid., 193)¹²⁴.

Assim, a expansão e conseqüente transformação de mercados locais em mercados nacionais e mundiais seria um traço fundamental da evolução do capitalismo moderno, constituindo, na opinião de Hobson a raiz econômica do imperialismo ([1902] 1948), que o autor viria a caracterizar como um tipo de política colonial perverso, característico do

123Hobson chega a descrever, por exemplo, “manobras financeiras [cujo motivo e efeito] é infundir uma confiança injustificada no capitalista comum, ou público investidor, a qual se configura em um *boom* temporário de ações de valor diluído” (Ibid., p.183).

124Note-se que, além de apontar a possibilidade de crise associada à dimensão desestabilizadora do monopólio, a análise de Hobson já destaca, no que se refere ao mercado mundial, a diferenciação entre “venda de mercadoria” e “investimento”, que seria caracterizado como “exportação de capital” por Hilferding e Lénin.

momento posterior à industrialização de potências capitalistas capazes de concorrer com a Inglaterra. O protecionismo – e não diretamente a concentração – seria entretanto a maior força de influência sobre esse processo necessário de expansão, para Hobson.

“A raiz econômica essencial, a principal força motriz de toda a expansão imperialista moderna, é a pressão das indústrias capitalistas no sentido da conquista de mercados – em primeiro lugar, mercados para investimentos, e em segundo lugar, mercados para produtos excedentes da indústria nacional” (*Ibid.*, s/p)

Ao passo em que Hobson parte da coleta empírica de dados e não de uma metodologia essencialmente marxista para produzir sua análise, tanto o nome, quanto a estrutura metodológica e de redação de *O capital financeiro*, de Rudolf Hilferding, remontam a *O capital* de Karl Marx, de modo que, quando comparado à análise de Hobson sobre *A evolução do capitalismo moderno* e *O imperialismo*, esse autor parta da exposição sobre as categorias mais simples e abstratas (como a moeda e o dinheiro) para a análise ressignificada sobre a aparência da realidade concreta, como síntese de múltiplas determinações. Hilferding busca, assim, compreender o papel do dinheiro e do crédito no processo de acumulação capitalista, para daí explicar as características do imperialismo, que define como “a política econômica do capital financeiro”¹²⁵.

Assim, se Hobson parte primordialmente do processo produtivo para analisar o processo histórico de concentração e a existência de uma “força [ou tendência] concentradora” – principalmente a partir da análise dos dados relativos às economias britânica e estadunidense –, Hilferding parte da análise sobre o crédito e o papel dos bancos, chegando à mesma conclusão do ponto de vista da necessidade lógica (dialética) da concentração como característica intrínseca à reprodução ampliada do capital social¹²⁶ – apesar da necessidade desta análise teórica também partir em grande medida de um debate específico e historicamente determinado, o debate acerca do *Banking Act* na Inglaterra. Este autor afirma, portanto, que o crédito surge das necessidades de reprodução dos próprios capitais comercial e produtivo, autonomizando-se sob o comando centralizador dos bancos. A unidade dialética entre capital industrial (que incorporaria em si o capital

125Tema que será tratado com maior cuidado no capítulo 4 deste trabalho.

126Note-se que tais conclusões partem de uma interpretação específica – e não consensual – do autor acerca do crédito e da moeda fiduciária

comercial, na medida em que este apenas realizaria uma porção da mais-valia produzida no ciclo daquele) e capital bancário, constituindo o “capital financeiro” cuja força concentradora Hobson analisara, se daria, pois, na opinião de Hilferding (*Ibid.*, p.97) geralmente sob o domínio dos bancos sobre as empresas: “É a disponibilidade do capital monetário [que pode ser transformado em quaisquer mercadorias, destinadas ou não ao consumo produtivo] que dá ao banco sua superioridade em relação à empresa, cujo capital se encontra imobilizado como capital de produção ou de mercadorias”¹²⁷.

A posição de Hilferding acerca da ligação entre capital industrial (“*lato senso*”, como descrito anteriormente) e capital bancário fica clara neste exemplo de sua “definição de capital financeiro”, transcrito e citado por Lênin em *O imperialismo, fase superior do capitalismo*:

“Uma parte cada vez maior do capital industrial não pertence aos industriais que o utilizam. Podem dispor do capital unicamente por intermédio do banco, que representa, para eles, os proprietários desse capital. Por outro lado, o banco também se vê obrigado a fixar na indústria uma parte cada vez maior do seu capital. Graças a isto, converte-se, em proporções crescentes, em capitalista industrial. Este capital bancário – por conseguinte capital sob a forma de dinheiro – que por esse processo se transforma de fato em capital industrial, é aquilo a que chamo capital financeiro (...) Capital financeiro é o capital que se encontra à disposição dos bancos e que os industriais utilizam” (HILFERDING apud LENIN, [1917] 1988, p.610).

O marxista austríaco entrevê, entretanto, a possibilidade de que o banco esteja “tão comprometido com a empresa, e seu destino tão estreitamente entrelaçado com o da empresa que ele terá que se submeter a todas as exigências desta” (*Idem*), como era o caso de alguns dos enormes trustes analisados por Hobson – a Standard Oil, por exemplo. Na própria indústria do petróleo, Yergin ([1991] 2010), por sua vez, indica o papel dos Rotschild franceses na constituição dos conglomerados produtivos na Rússia, submetendo-os. Aventa-se, assim, a hipótese de que o caráter primordial de um elemento ou outro (produtivo ou de financiamento) na unidade dialética que caracteriza o capital financeiro – aparentemente distinta em um primeiro olhar sobre as obras de Hobson e Hilferding – possa advir de seus pontos de partida históricos, espaciais e analíticos distintos¹²⁸. A

127A diversificação das operações bancárias e a tendência dos bancos a não participarem apenas de uma empresa, distribuindo seu risco através de várias participações, conferir-lhes-ia ainda a vantagem de torná-los relativamente independentes da transação individual com uma empresa ou outra, ao passo que “para a empresa, talvez, tudo dependa dessa transação”, atestando uma vez mais a “superioridade” e “supremacia” do capital do banco sobre o capital da empresa, nas palavras de Hilferding (*Loc. Cit.*).

128Apesar de considerar que a formação do capital financeiro nos EUA – estudada exaustivamente por Hobson a partir da segunda edição de *A evolução do capitalismo moderno*, em 1906 – se assemelha mais ao processo alemão que ao inglês, Hilferding (*Ibid.*, pp.287-288) chega a afirmar, por exemplo, que “A

investigação mais atenta sobre essa hipótese foge, entretanto, do escopo deste trabalho¹²⁹.

A preocupação de Hilferding com o papel do tempo na análise marxista também é fundamental e já estava presente em sua réplica à crítica de Böhm-Bawerk à obra de Marx (Cf. HILFERDING [1904] 1920). Tal preocupação pode ser constatada, por exemplo, em sua análise sobre a dissociação dos atos de compra e venda e a transformação do comprador em devedor e do vendedor em credor – cujo saldo pode não ser validado no caso da não realização das mercadorias que garantem, em última instância, a cadeia de obrigações que vão sendo assumidas no processo de surgimento e ampliação do crédito, uma possibilidade tornada dialeticamente mais frequente justamente com a ampliação do tempo de rotação provocada pelo aumento da escala de acumulação possibilitado pelo crédito e a tendência ao aumento da composição orgânica do capital a ele associada, com consequente aumento na proporção de capital fixo.

Assim, ao passo que para Hobson, em última instância, a variável determinante da tendência concentradora é o crescimento relativamente menor dos mercados se comparados ao crescimento da capacidade produtiva – processo que ocorre tanto nas empresas quanto nos bancos –, para Hilferding “a própria técnica desenvolvida pelo banco gera as tendências que tanto resultam na concentração bancária, como na concentração industrial, sendo que esta representa, no entanto, a causa última da concentração bancária” (HILFERDING, [1910] 1985, p.99). O autor destaca ainda o papel das sociedades por

indústria inglesa desenvolveu-se de forma orgânica, por assim dizer, paulatina, de sua pequena origem a sua posterior grandeza. [...] Mais tarde, quando as sociedades anônimas alcançaram maior importância – nomeadamente por meio do desenvolvimento das grandes empresas de transportes – foram principalmente esses grandes industriais que se tornaram acionistas. Era também capital industrial, pela sua origem e propriedade, que foi investido nessas sociedades anônimas. [...] o capital bancário e o que se ocupava dos negócios de emissão [também] estavam exclusivamente nas mãos de capitalistas individuais, enquanto os bancos serviam somente o crédito de circulação, e portanto, não tiveram grande influência na indústria. Tampouco os banqueiros emissores, que deixaram de ser banqueiros para se tornar, pelo menos parcialmente, industriais [através da propriedade sobre uma porção das ações emitidas]. [...] Dessa forma, ao lado da função comum à forma inglesa e alemã, a sociedade anônima recebeu aqui [na Alemanha] ainda uma nova: ser o meio para reunir o capital necessário que, devido à escassa acumulação, não apenas o capital industrial individual, mas também a classe capitalista como um todo não possuía. [...] Mas isso não era exequível mediante a emissão direta de ações na mesma quantidade que se faz pela mediação dos bancos, nos quais pode ser concentrado e colocado à disposição da indústria todo o capital ocioso dos próprios capitalistas, assim como também o dinheiro das outras classes. [...] Assim, desde o princípio, a relação dos bancos com a indústria, na Alemanha, e – em parte sob outras formas – nos Estados Unidos tinha que ser completamente diferente da Inglaterra. [...] esta última união entre capital industrial e bancário [propiciada sob o protecionismo necessário frente ao maior desenvolvimento inglês] tornou-se, em compensação, um fator importante no desenvolvimento da forma de organização capitalista superior na Alemanha e na América do Norte”.

¹²⁹Ela é, no entanto, essencial para uma apreciação mais detida sobre a predominância da lógica financeira ou produtiva nos padrões de acumulação de capital (ou nas distintas fases de um mesmo padrão de acumulação) desenvolvidos no pós-guerra e a partir da década de 1980.

ações na concentração, sendo este tipo de propriedade aquele mais típico e bem-acabado que pode se relacionar ao capital financeiro¹³⁰.

Note-se, ainda que o entrelaçamento entre os setores bancário e industrial na realidade é o entrelaçamento entre três setores, devendo ser incluído o capital comercial:

“O capital financeiro significa a uniformização do capital. Os setores do capital industrial, comercial e bancário antes separados encontram-se agora sob a direção comum dos senhores das altas finanças, na qual estão reunidos, em estreita *união pessoal*, os senhores da indústria e dos bancos [ênfase nossa]” (*Ibid*, p.283).

Ao definir o capital financeiro, Hilferding afirma que “capital financeiro é o capital que se encontra à disposição dos bancos e que os industriais utilizam”.

“Uma parte cada vez maior do capital industrial não pertence aos industriais que o utilizam. Podem dispor do capital. Por outro lado, o banco também se vê-se obrigado a fixar na indústria uma parte cada vez maior do seu capital. Graças a isto, converte-se, em proporções crescentes, em capitalista industrial. Este capital bancário – por conseguinte capital sob a forma de dinheiro – que, por esse processo se transforma de fato em capital industrial, é aquilo a que chamo capital financeiro” (HILFERDING apud LENIN, [1917] 1988, p.610).

As consequências da concentração sobre a tendência ao açambarcamento de cada ramo por uma empresa única é, porém, distinta da concepção de Hobson: “Essa mesma união [entre capital bancário, industrial e comercial, conformando o capital financeiro] tem por base a supressão da livre-concorrência do capitalista individual por meio das grandes associações monopolistas”, o que levaria também à mudança da relação da classe capitalista com o poder do Estado e ao surgimento do protecionismo em detrimento do discurso livre-cambista sustentado na superioridade até então inquestionável da indústria inglesa. Na opinião do autor, mesmo o protecionismo se modificaria na “época de predomínio dos monopólios financeiros”, passando de uma política defensiva a uma política ofensiva de ocupação de mercados estrangeiros através da indústria nacional (*Ibid.*, p.291). Esta seria a política característica da época do capital financeiro – definidora, como veremos adiante, do “imperialismo” na opinião deste autor, como veremos adiante.

Assim, além da uniformização e entrelaçamento entre os setores industrial, comercial e bancário através do capital financeiro, modifica-se também a relação da classe capitalista com o Estado. Na opinião de Hilferding,

130Na passagem da empresa individual à sociedade por ações, deve-se destacar também a categoria lucro do fundador, que, para Hilferding (*Ibid.*, p.115), é “tem sua origem somente na transformação do capital produtor de lucro em capital que rende juros”, na medida em que o capital industrial “renderia” de acordo com a taxa de lucro média e o “capital acionário” de acordo com a taxa de juro média, que, na opinião de Hilferding, não poderia igualar-se àquele devido ao risco.

“A concepção burguesa de Estado surge na luta contra a política mercantilista, na luta contra o poder centralizado e privilegiador do poder estatal. [...] Mas, a luta contra a ingerência do Estado só pôde ser levada a cabo quando se demonstrou que a legislação estatal era supérflua e prejudicial para a vida econômica. Ante as leis estatais, precisou-se demonstrar que a Economia se rege por leis próprias, sendo superior à legislação estatal” (HILFERDING, [1910] 1985, p. 283).

Hilferding deixa entreaberta a possibilidade de que a monopolização não seja completa, mesmo em seu contraponto do monopólio à “livre-concorrência”: a defesa do livre-comércio só é possível, na opinião do autor, por aqueles que são vitoriosos a priori na concorrência, devido às suas características produtivas.

Assim como para Hobson, para Hilferding o fator essencial na expansão necessária da acumulação capitalista nacional sobre o mercado mundial (ou a expansão do raio de seu território econômico) também é o protecionismo – e não exatamente a concentração, ainda que a relação necessária entre ambos seja bem mais clara em Hilferding.

Na seção de *O capital financeiro* dedicada à política econômica do capital financeiro – ou imperialismo (parte V) –, o autor destaca a transformação da política comercial, desde o livre-comércio para o protecionismo (como resultado de lutas políticas pelo poder sobre os Estados, por parte dos setores industriais de cada país) que, de instrumento defensivo utilizado pelos países de “capitalismo em desenvolvimento” para se tornarem “países de capitalismo desenvolvido”, passa a ser um instrumento “ofensivo” destes últimos na busca por lucros extras, na medida em que surgem e se fortalecem os monopólios: se o protecionismo em determinadas regiões diminui os lucros da exportação de mercadorias para estas regiões, em contrapartida, torna extremamente lucrativa a exportação de capitais para produzir mercadorias diretamente nestas regiões, aproveitando-se dos lucros extras associados ao protecionismo (ou, em alguns casos, ligados também a “monopólios naturais”). Além disso, favorece ainda a cartelização – ou mesmo os acordos intercartelistas – dentro de um mesmo território “protegido”.

“O sistema de List não é nenhuma refutação da teoria do livre-comércio, como mais ou menos a formulou Ricardo. Trata-se somente de uma política econômica que deve tornar possível o sistema de livre-comércio, ao propiciar o desenvolvimento de uma indústria nacional para a qual o sistema do livre-comércio é o mais apropriado. [...] *Essa política aduaneira do capitalismo em desenvolvimento se transforma em seu contrário na política aduaneira do capitalismo já desenvolvido* [ênfase nossa]” (*Ibid.*, p.286).

Ao forçar a expansão do território econômico próprio de cada país, aumentando seu raio de acumulação, a exportação de capitais contribuiria, ainda, para a difusão do capitalismo em escala mundial e para a internacionalização do capital. Hilferding define precisamente: “entendemos por exportação de capital a exportação de valor destinado a gerar mais-valia no exterior” (*Ibid.* 296), processo que tenderia a igualar as taxas de lucro em cada país.

“Na época dos monopólios capitalistas a situação é diferente” (*Ibid.*, p.289) e o protecionismo se transforma, passando a ser defendido justamente pelas indústrias mais poderosas, “capazes de exportar, de cuja capacidade de concorrer no mercado internacional não cabe a menor dúvida”, como forma de manter seus privilégios, incentivar a cartelização e auferir lucros extras, de corte monopolista, no mercado interno¹³¹. O interesse dos cartéis no protecionismo se estenderia à tarifação da importação em todas as indústrias, na medida em que os lucros extras obtidos neste caso pelas mesmas poderiam, na luta de classes, ser “engolidos” pelos cartéis em uma relação de poder assimétrica durante o processo de formação de preços. Além disso, tais lucros extras se tornariam cada vez mais importantes, “pelo fato de o aumento da taxa de lucro ter-se tornado impossível pelo aumento da mais-valia absoluta e, portanto, pelo prolongamento do tempo de trabalho e pela queda do salário, devido ao fortalecimento das organizações operárias, enquanto, pelo contrário, a tendência oposta cresce cada vez mais” (*Ibid.*, p.290).

131 Hilferding não emprega exatamente as expressões “superlucro” ou “lucro extraordinário”, empregadas respectivamente por Marx e Lênin significando o lucro “abocanhado” na concorrência por alguns capitalistas em detrimento de outros. No caso de Marx, a expressão é empregada na definição do lucro obtido pelo capitalista industrial que consegue baixar o custo de produção por unidade em sua própria fábrica – aumentando a produtividade sem necessariamente alterar a taxa de mais-valia – antes que o custo social de produção em todo o seu ramo de atividade caia, com a difusão de uma determinada tecnologia (concepção que daria origem a distintas análises sobre o papel da concorrência e da inovação tecnológica na determinação do ciclo capitalista). No caso de Lênin, a expressão é utilizada na definição do lucro obtido pelos monopólios ou conglomerados financeiros através da manutenção artificial de um preço que sobrepassa aquele que seria o preço de produção de uma determinada mercadoria correspondente ao acréscimo da taxa de lucro média – equalizada pela concorrência – sobre os custos sociais de produção, mesmo que a origem do monopólio seja o domínio exclusivo sobre determinada técnica, cuja “generalização” não se reflete nos preços (concepção que daria origem a distintas análises sobre a tendência ao estabelecimento na economia de duas taxas de lucro “equalizadas” - a monopolista e a não monopolista). Hilferding emprega a expressão “lucro extra” referindo-se, porém, à diferença entre os preços passíveis de serem cobrados por cartéis em condições protecionistas e os preços passíveis de serem cobrados por cartéis em geral – que, por sua vez, já significariam o aumento dos lucros devido ao aumento dos preços de mercado, não à diminuição dos custos de produção. Em sua definição, “esse lucro extra já não é oriundo da mais-valia, produzida pelos operários empregados pelo cartel; tampouco é uma dedução do lucro de outras indústrias não-cartelizadas, mas é um tributo impingido a toda a classe consumidora interna; em que medida ele será suportado pelas respectivas camadas de consumidores, se ele é in concreto redução da renda da terra ou do lucro ou do salário, e em que medida o é, tudo isso depende [...] das relações concretas de poder e da natureza do objeto encarecido pelo protecionismo do cartel” (HILFERDING, *Op. Cit.*, p. 290).

É ainda mais fundamental na argumentação de Hilferding, entretanto, o efeito que o protecionismo teria, por um lado, sobre a diminuição na quantidade de mercadorias efetivamente realizável pelos cartéis “nacionais” dentro das fronteiras do país (*pari passu* o aumento dos preços) – determinando a necessidade de aumento das exportações para a realização de uma mesma quantidade de mercadorias (e inclusive um sistema de “prêmios à exportação” para fazê-lo), necessidade esta que vê-se inclusive acentuada pela tendência ao aumento na composição orgânica de muitos capitais cartelizados, frequentemente associados a um aumento na produtividade – e, por outro, o efeito do protecionismo sobre a diminuição (ou proibição) das vendas de mercadorias em território nacional por cartéis estrangeiros, que dificultaria, no plano interestatal e na outra face da mesma moeda, a satisfação da necessidade descrita anteriormente, uma vez que mais de um país adotasse táticas protecionistas, visando a industrializar-se ou a manter os lucros monopolistas de cartéis já existentes em seu território. A exportação de capitais – um dos traços fundamentais do imperialismo segundo Lênin, referenciando-se justamente em Hilferding – aparece nesse sentido para o autor como resposta à nova roupagem do protecionismo na “época dos monopólios capitalistas”: “O protecionismo supõe no respectivo país um lucro extra e torna-se razão para levar para lá, ao invés da mercadoria, a produção de mercadorias” (*Ibid.*, p.291).

[O protecionismo] de meio de defesa contra o açambarcamento do mercado nacional por parte das indústrias estrangeiras, converteu-se em meio para ocupar os mercados estrangeiros através da indústria nacional; de arma defensiva do fraco, tornou-se arma de ataque do forte” (*Ibid.*, p.291).

Note-se que Hilferding emprega a expressão lucros extras, não exatamente as expressões superlucro ou lucro extraordinário, empregadas respectivamente por Marx e Lênin significando o lucro “abocanhado” na concorrência por alguns capitalistas em detrimento de outros. No caso de Marx, a expressão é empregada na definição do lucro obtido pelo capitalista industrial que consegue baixar o custo de produção por unidade em sua própria fábrica – aumentando a produtividade sem necessariamente alterar a taxa de mais-valia – antes que o custo social de produção em todo o seu ramo de atividade caia, com a difusão de uma determinada tecnologia (concepção que daria origem a distintas análises sobre o papel da concorrência e da inovação tecnológica na determinação do ciclo capitalista).

No caso de Lênin, a expressão é utilizada na definição do lucro obtido pelos

monopólios ou conglomerados financeiros através da manutenção artificial de um preço que sobrepassa aquele que seria o preço de produção de uma determinada mercadoria correspondente ao acréscimo da taxa de lucro média – equalizada pela concorrência – sobre os custos sociais de produção, mesmo que a origem do monopólio seja o domínio exclusivo sobre determinada técnica, cuja “generalização” não se reflete nos preços (concepção que daria origem a distintas análises sobre a tendência ao estabelecimento na economia de duas taxas de lucro “equalizadas” - a monopolista e a não monopolista).

Hilferding emprega a expressão lucro extra referindo-se, porém, à diferença entre os preços passíveis de serem cobrados por cartéis em condições protecionistas e os preços passíveis de serem cobrados por cartéis em geral – que, por sua vez, já significariam o aumento dos lucros devido ao aumento dos preços de mercado, não à diminuição dos custos de produção. Em sua definição, “esse lucro extra já não é oriundo da mais-valia, produzida pelos operários empregados pelo cartel; tampouco é uma dedução do lucro de outras indústrias não-cartelizadas, mas é um tributo impingido a toda a classe consumidora interna; em que medida ele será suportado pelas respectivas camadas de consumidores, se ele é in concreto redução da renda da terra ou do lucro ou do salário, e em que medida o é, tudo isso depende [...] das relações concretas de poder e da natureza do objeto encarecido pelo protecionismo do cartel” (HILFERDING, *Op. Cit.*, p. 290).

Hobson e Hilferding marcam, assim, as principais posições no debate específico sobre o capital financeiro no início do século. Apoiando-se em ambos, a análise de Lênin sobre o imperialismo encontrava na controvérsia acerca do capital financeiro e do surgimento dos monopólios – as principais características da nova fase do desenvolvimento capitalista, na qual o capital financeiro, essencialmente monopolista, modificara a lógica da expansão colonial e da divisão do mundo entre as grandes potências, dividindo o mundo também entre as associações de capital financeiro, através da exportação deste.

Em sua análise sobre o capital financeiro, Lênin se baseia amplamente nas obras de Hilferding – apesar de não concordar com as teses deste autor sobre o dinheiro e a moeda fiduciária – e do economista burguês alemão Otto Jeidels. Note-se que, em sua própria definição do termo, Lênin acrescentaria à definição de Hilferding transcrita na página 76 (junção entre os capitais industrial – *lato sensu*¹³² – e bancário) o caráter monopolista

132Como Hilferding, Lênin ([1917] 1988, p.587) também faz referência à indústria “no sentido lato”, incluindo o comércio e as vias de comunicação.

destes – que, em justiça de Hilferding, afirma ter sido um tema extensivamente tratado por este autor nos capítulos anteriores à passagem destacada – e o termo “entrelaçamento”, tomado de Nikolai Bukharin significando não a “absorção” de um destes capitais pelo outro, ou sua “fusão”, “junção” ou “ligação”, mas seu *entrelaçamento* concreto, em termos de movimento de reprodução, propriedade e interesses, sob o controle de uma nascente oligarquia financeira.

Apesar de reconhecer a existência de trustes (termo originário dos EUA e particularmente ligado à forma da concentração de capital nesse país), Lênin emprega o termo “combinação” para referir-se apenas àquela que Hobson identificara como a integração *vertical* das empresas, destacando, como Hilferding, que tal arranjo eliminaria alguns percalços conjunturais, além de aumentar o volume de capital à disposição. Ao se referirem aos “monopólios”, entretanto, [e justo afirmar que nenhum dos autores aqui analisados está se referindo à monopolização *completa* da economia, ou mesmo de alguns de seus ramos, apesar de todos estabelecerem em algum grau uma contraposição entre a “época da livre-concorrência” – encerrada – e a “época do monopólio”, menos presente em Hobson e mais presente em Lênin que, como veremos no capítulo seguinte, chega a definir o imperialismo como a “fase monopolista” do capitalismo.

Na obra de Lênin, monopólio é definido enquanto tal, porém descrito como tendência¹³³. Assim, o “capitalismo moderno” ou o “novo capitalismo” representaria, em suas palavras, um fenômeno de transição (não apenas para o socialismo): “[o novo capitalismo] tem os traços evidentes de um fenômeno de transição, representa uma mistura da livre-concorrência com o monopólio” (LÊNIN, [1917] 1985, p.31), na medida em que é capaz de organizar determinados aspectos da produção, por empresa, ramo ou área, mas não pode prescindir da anarquia no que diz respeito à produção social, uma vez que, do ponto de vista de cada capitalista, o objetivo não é a satisfação das necessidades sociais, mas o lucro (a socialização da produção, base material para a construção futura do socialismo, tem como contrapartida a apropriação privada - contradição que é inclusive

133Lênin emprega, pois, o termo monopólio com os dois sentidos: ora como sinônimo de “conglomerado” - ou de unidade capitalista extremamente concentrada -, ora como sinônimo de total domínio e/ou existência única em um determinado ramo de produção: o autor afirma, por um lado, que “esta transformação da concorrência em monopólio constitui um dos fenômenos mais importantes – para não dizer o mais importante – da economia do capitalismo dos últimos tempos” (LÊNIN, [1917] 1988, p.584) e que, para estudá-la, deve-se eliminar um equívoco possível e reconhecer que “nem em todos os ramos da indústria existem grandes empresas” (*Idem*).

acentuada pelo capital monopolista)¹³⁴. Para Lênin, portanto, o monopólio capitalista não deve ser considerado como sinônimo de “organização”: trata-se de uma centralização de propriedade (e mando) sobre a produção cada vez mais socializada, mas a anarquia produtiva do capitalismo não permite a planificação, uma vez que todos buscam lucros mais altos. O autor considera a violência como característica essencial do capitalismo monopolista, não podendo ser abolida por um acordo facultativo entre capitalistas.

Na opinião do marxista russo é, portanto, através da concentração inerente à própria acumulação capitalista que a concorrência conduz, inevitavelmente, ao monopólio. Concorrência, aqui, deve ser entendida no sentido de *disputa*, não de “livre-concorrência” ou “livre-cambismo”: sendo inerente à própria acumulação capitalista, a tendência à concentração (lei geral da acumulação capitalista) levaria, tanto sob o livre-câmbio quanto sob o protecionismo (ou tanto na Inglaterra quanto nos EUA e na Alemanha), à constituição de monopólios.

“[a obra de Marx demonstrou], com uma análise teórica e histórica do capitalismo, que a livre concorrência gera a concentração da produção e que a referida concentração, num certo grau do seu desenvolvimento, gera o monopólio. Agora o monopólio é um fato. [...] Os fatos demonstram que as diferenças entre os diversos países capitalistas, por exemplo no que se refere ao protecionismo [dos novos países capitalistas] ou ao livre-câmbio [da Inglaterra] trazem consigo apenas diferenças não essenciais quanto à forma dos monopólios ou ao momento do seu aparecimento, mas que o aparecimento do monopólio devido à concentração da produção é uma lei geral e fundamental da presente fase de desenvolvimento do capitalismo” (LÊNIN, [1917] 1988, p.590).

A concentração na produção, por sua vez, andaria, na opinião de Lênin, de mãos dadas com a concentração bancária, uma vez que são necessários montantes cada vez maiores de capital sob a forma de dinheiro para fazer girar cada componente da rotação dos capitais, no conjunto da reprodução ampliada do capital social. Devido às contradições

134Tais teses já apareciam em *Marxismo e revisionismo*, escrito em 1908: “Os cartéis e os trustes uniam suas indústrias e acentuavam, ao mesmo tempo, a anarquia da produção” (LÊNIN, [1908] 1983). O entrelaçamento entre capital industrial e capital bancário acentuaria esta característica, na medida em que a divisão do trabalho dos bancos em áreas organizadas por diretores diferentes, cada qual atendendo distintas empresas de um mesmo ramo, demonstraria que “o capitalismo está já em condições de exercer o controle organizado das empresas separadas” (LÊNIN, [1917] 1988, p.606), sem abolir entretanto a concorrência. Sobre o tema (da coexistência entre concorrência e monopólios, ou da concorrência entre estes), é particularmente interessante a descrição do autor acerca da disputa entre os dois maiores bancos de Berlim, na qual os “acordos, cada vez mais frequentes e mais sólidos” aparecem paralelamente como um instrumento na “disputa pela hegemonia” (*Ibid.*, pp.601-602). Dada a importância central, na obra de Marx, da disputa entre os próprios capitalistas para a determinação da taxa média de lucro e para a possibilidade de surgimento do capital portador de juros e do capital fictício (que destacamos na primeira seção deste capítulo) a constatação de que a tendência à concentração e “ao monopólio” não eliminam a concorrência capitalista, apenas resignificando-a a cada instante sobre novos níveis, é de extrema relevância.

intrínsecas da própria acumulação de capital, portanto, verificar-se-ia a tendência à concentração bancária e à constituição de gigantescos monopólios bancários, que dispõem de quase todo o capital-dinheiro do conjunto dos grandes e pequenos capitalistas (inclusive dos monopólios industriais), e ainda – como acrescentaria Rosa Luxemburgo – de uma porção significativa das camadas da população de cada país não vinculadas diretamente à produção capitalista. Historicamente, o capital bancário teria sido capaz inclusive de submeter frações da burguesia industrial, ao controlar capital-dinheiro em proporções monstruosas, necessário para a continuidade da acumulação¹³⁵.

Para Lênin (*Ibid.*, p.31), é na estreita relação existente entre bancos e indústria que se manifesta com maior evidencia o papel dos monopólios bancários: de meros *intermediários* ligados a existência do capital enquanto capital portador de juros, os mesmos se convertem “na aliança de um punhado de monopolistas” (*Ibid.*, p.26) unidos inclusive pessoalmente a ambas as atividades – como já ressaltara Hilferding –, quando não *proprietários* do capital produtivo, através da participação acionária. De modo análogo àquele com que Hobson descreve a integração vertical na indústria e o surgimento das *holding companies*, Lênin descreve o aumento no número total de estabelecimentos e – simultaneamente – na participação dos grandes bancos sobre sociedades anônimas as quais estes estabelecimentos se vinculam, em um claro movimento de expansão centralizadora – trata-se da centralização do capital bancário, inclusive através da união entre bancos e caixas bancárias.

Destacar-se-ia, ainda, a nova relação de promiscuidade necessariamente estabelecida entre os grandes monopólios financeiros e os Estados nacionais, através de antigos funcionários e funcionários em exercício que assessoram ou participam do corpo de diretores destes monopólios. Tal concepção está em perfeita consonância com a visão do autor – construída sobre o ponto de vista de Engels – acerca do Estado como instrumento armado de dominação de uma classe sobre as demais – reflexo do desenrolar da luta de classes a cada instante, apresentada em *O Estado e a revolução*.

Ao analisar a evolução histórica do capital financeiro a partir das estatísticas disponíveis, Lênin destaca ainda o papel das crises de 1873 (com epicentro na Inglaterra e motivada pelo surgimento de outras potências industriais, capazes de concorrer com aquela) e de 1903 como pontos de ruptura e salto qualitativo na concentração do capital e

¹³⁵Lênin destaca tanto o papel dos novos “monopólios bancários” que, equivocadamente, chega a considerar que as Bolsas de Valores perderiam seu papel frente aos mesmos.

no entrelaçamento entre os capitais industrial e bancário, sob o predomínio lógico deste último, que, ao comandar o capital-dinheiro e decidir sobre o financiamento, intensificariam o processo de constituição de monopólios – acirrado durante as crises. Na unidade dialética entre capital industrial e capital bancário, entrelaçados, Lênin indica claramente a predominância do capital bancário (que passa a ter informação privilegiada sobre as empresas e tem a palavra final sobre o financiamento – e reprodução ampliada – de suas operações), ainda que de *formas* distintas – cartéis na Alemanha e trustes nos EUA – que teriam, em última instância, o mesmo *conteúdo*¹³⁶.

Não é demais ressaltar uma possível aproximação entre esta concepção sobre as crises como momentos de mudança quantitativa e qualitativa na concentração e as teses de Rosa Luxemburgo, que destaca os mesmos anos como pontos de viragem do processo de concentração e para quem as origens deste processo também devem ser encontradas nas características fundamentais e incontornáveis da própria acumulação capitalista. Na concepção desta autora, entretanto, o crescimento limitado do mercado especificamente capitalista e a tendência à superprodução – não ao subconsumo, como frequentemente diz-se de Rosa – é o determinante, em última instância, da concentração do capital, apesar de sua análise sobre as contradições internas aos esquemas de reprodução traçados por Marx no livro II do capital - tidos em conta por Rosa como esquemas de reprodução social simples e ampliada (acumulação) que se propõem a refletir a realidade destes processos no sistema capitalista¹³⁷.

136Lênin (*Ibid.* p. 605) enfatiza a tendência à formação de um acordo monopolista “entre o reduzido número de bancos que, em consequência do processo de concentração, *ficam à frente de toda a economia capitalista* [ênfase nossa]”. Segue, entretanto, com o exemplo dos EUA (“Nos Estados Unidos, não são nove, mas *dois* grandes bancos, dos multimilionários Rockefeller e Morgan, que dominam um capital de 11 000 milhões de marcos” [ênfase do autor]), sem fazer notar a possibilidade de que o banco dos Rockefeller servisse justamente aos interesses da Standard Oil (não vice-versa) ou – o que é mais provável e constitui a hipótese que aqui apenas aventamos, sem condições de desenvolvimento – que ambos servissem aos interesses do próprio Rockefeller e dos acionistas menores de todas as empresas que compunham seu enorme truste financeiro, sendo a contradição entre os dois elementos da unidade dialética – capital bancário e capital industrial, este último “*lato sensu*” – determinada pelo tipo de aplicação que trará mais lucros, ou, do ponto de vista analítico, pelas possibilidades e necessidades do processo de acumulação de capital em cada região e em cada momento histórico.

137Num movimento analítico mais abstrato – para além da análise mais concreta de Rosa sobre o “imperialismo”, a autora afirma que “a alternância conjuntural periódica e as crises constituem a *forma* específica do movimento no modo de produção capitalista, mas *não o movimento em si*. Ao contrário, para representar o problema da reprodução capitalista em sua forma pura, devemos fazer abstração dessas alternâncias conjunturais periódicas e crises” (LUXEMBURGO, [1913] 1985, p.10), defendendo que “a tentativa de resolver o problema da reprodução a partir da periodicidade das crises é, no fundo, tão própria da Economia vulgar quanto a tentativa de resolver o problema do valor a partir das oscilações entre a oferta e a demanda” (*Ibid.*, p.11). As teses de Rosa sobre a acumulação de capital e suas contradições serão melhor apresentadas no capítulo seguinte.

Assim, o entrelaçamento entre monopólios industriais e bancários – propiciado pela própria continuidade dos ciclos de reprodução ampliada do capital – na medida em que constitui o capital financeiro, também estabelece o domínio da oligarquia financeira – que, através de pequenas participações acionárias em uma rede intrincada de monopólios e subsidiárias de todos os tipos e hierarquizadas entre si, controla a acumulação capitalista de modo geral muito mais profunda e amplamente que o faria apenas com a propriedade total sobre uma planta ou um conjunto de plantas. Em analogia bastante marxista, Lênin afirma ainda que o advento do capital financeiro – com o aumento da concentração de capital e da participação acionária dos bancos – faz com que os capitalistas dispersos constituam um “capitalista coletivo”.

As sociedades anônimas, compostas por ações, constituiriam a forma particular de propriedade dos monopólios financeiros, contribuindo, por um lado, para o aumento ainda mais acentuado na escala de concentração e, por outro, para as possibilidades de roubo e fraude nos balanços. Note-se que, com o estabelecimento das sociedades anônimas, acentua-se, também, o caráter rentista de parcela expressiva da oligarquia financeira (que passa a viver dos *rendimentos* de suas ações) e, por outro lado, dá-se a dissociação entre propriedade e gestão, que cumprirá um papel fundamental no surgimento, dentro dos países imperialistas, de uma “aristocracia operária”, a ser analisado no capítulo seguinte.

“É próprio do capitalismo em geral separar a propriedade do capital da sua aplicação à produção, separar o capital-dinheiro do industrial ou produtivo, separar o rentier, que vive apenas dos rendimentos provenientes do capital-dinheiro, do empresário e de todas as pessoas que participam diretamente na gestão do capital¹³⁸. O imperialismo, ou domínio do capital financeiro, é o capitalismo no seu grau superior, em que essa separação adquire proporções imensas. O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica o predomínio do rentier e da oligarquia financeira, a situação destacada de uns quantos Estados de 'poder' financeiro em relação a todos os restantes [ênfase nossa]” (LÊNIN, [1917] 1988, p.619).

O maior salto qualitativo no que se refere à relação entre o capital financeiro e o imperialismo seria, entretanto, na visão de Lênin, a **exportação de capital financeiro** e a contraposição desta à exportação de mercadorias, para cuja caracterização ele se utiliza primordialmente da obra de Hilferding. Assim,

“o que caracterizava o velho capitalismo no qual dominava plenamente a livre-concorrência, era a exportação de *mercadorias*. O que caracteriza o capitalismo

¹³⁸Segundo dados de E. Agahd copiados por Lênin (*Ibid.* p. 614), em um universo de 19 grandes bancos, o investimento “especulativo” era 11,3% maior que o “produtivo”, em 1913.

moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de *capital* [ênfase do autor]” (*Ibid.*, p.621).

As contradições irreconciliáveis do próprio processo de acumulação capitalista determinariam, assim a necessidade de internacionalização das várias partes componentes dos ciclos de reprodução dos distintos capitais privados que compõem, dialeticamente, o capital social global. O surgimento de enormes conglomerados de capital nos quais o capital bancário se encontra concretamente entrelaçado ao capital industrial conformando possibilita esta internacionalização, em escala sem precedentes. Se, antes, o capitalista exportava as mercadorias produzidas em seu país, buscando escapar da tendência cíclica à superprodução, agora passa a exportar a “possibilidade de produção de mercadorias”, aproveitando-se das melhores condições de acesso a matérias-primas e força de trabalho barata e buscando escapar da tendência à queda da taxa de lucros.

Assim, se “o **desenvolvimento desigual** e a subalimentação das massas são as condições e as premissas básicas, inevitáveis”, do modo de produção capitalista, a exportação do capital financeiro abre-lhe horizontes até então inatingíveis, buscando reproduzir-se em regiões de menor desenvolvimento capitalista, onde as taxas médias de lucros são maiores que nas regiões desenvolvidas de onde “provém”. Ao mesmo tempo, “a exportação de capitais repercute-se no desenvolvimento do capitalismo dentro dos países em que estão investidos, acelerando-o extraordinariamente”, contribuindo para a subordinação de todo o planeta às relações de produção especificamente capitalistas.

A exportação do capital financeiro subverteria, portanto, a partilha do mundo que analisamos no capítulo anterior, tornando sua repartilha uma necessidade por parte dos capitais em disputa, que passam a depender da exportação para valorizar-se. Quanto maior a subordinação política e econômica de uma região a um determinado grupo de capitais, tanto maior, portanto, a liberdade destes para regozijar-se em seu território, internacionalizando-se, valorizando-se e voltando à “pátria-mãe” como lucro extraordinário. Ao passo em que a economia das próprias regiões que recebem os capitais exportados tornam-se, elas também, cada vez mais dependentes dos mesmos, o desenvolvimento desigual do capitalismo garante, ainda a condição de **dependência** econômica a países independentes politicamente.

Deve-se notar, entretanto, que na medida em que a exportação de capitais possibilita o auferimento de um **lucro extraordinário** baseado no diferencial entre ambas

as taxas médias de lucro, passa a ser possível, para o país exportador de capitais, sustentar-se cada vez em maior proporção a partir deste lucro extraordinário, sem produzir mais-valia efetivamente dentro de suas fronteiras nacionais e passando a constituir-se como **Estado rentista**. A disputa imperialista se desenvolve enquanto tal, reproduzindo-se sempre em escala ampliada.



Lazar El-Lissitsky, *A garra vermelha golpeia os brancos*, 1919

4_A CONTROVÉRSIA DO IMPERIALISMO

Capítulo 4.

A controvérsia sobre o imperialismo

*Tomai o fardo do Homem Branco
As guerras selvagens pela paz*

(Rudyard Kipling, *O fardo do homem branco*, 1899)

A ode do poeta britânico Rudyard Kipling ao imperialismo estadunidense – originalmente denominada *Os Estados Unidos e as Ilhas Filipinas* – defendia que o imperialismo era “o fardo do homem branco”, a missão civilizatória que todos os “homens brancos” deveriam assumir, sob a pena dos riscos e custos, pessoais e nacionais, a ela associados e sob o pretexto do estabelecimento da “paz”. O poema de Kipling foi assumido e proclamado como convocatória à conquista imperialista. No início do século XX, o termo “imperialismo” – identificado por todos os autores analisados como um traço marcante do desenvolvimento capitalista na virada do século – vinha sendo empregado já há algumas décadas nos debates da social-democracia europeia, nos jornais burgueses, nos textos diplomáticos, nas ruas de Londres, Nova Iorque, Paris e Berlim. Seus significados, entretanto, eram os mais variados. A candência do tema fica clara, por exemplo, na sintética introdução feita por John B. Askew para a tradução ao inglês do artigo “Alemanha, Inglaterra e a política mundial”, de Kautsky, publicada pelo *Social Democrat* logo em seguida à publicação do texto em alemão (1900), que se refere a “uma época na qual o problema do Imperialismo assumiu uma natureza tão premente”.

Na realidade, a controvérsia sobre o imperialismo – essencial para a precisão teórica do termo, com vistas à compreensão e à transformação da realidade – precipitou o debate sobre o desenvolvimento do capitalismo enquanto tal e com clareza de si, no marco das transformações políticas e econômicas do final do século XIX e, mais acentuadamente, no marco da corrida armamentista e do acirramento das disputas políticas na social-democracia alemã. Partimos, portanto, da hipótese de que esta controvérsia recebe o caudal das controvérsias travadas em torno da questão colonial, da autodeterminação das nações, do surgimento do capital financeiro e da tendência à monopolização, conformando, elas todas, o debate sobre a caracterização do desenvolvimento capitalista na virada para o

século XX.

Os debates sobre o imperialismo devem, no entanto, ser analisados tendo em conta os distintos esforços dialéticos de desconstrução e ressignificação da realidade e o trabalho contínuo de reconstrução do “concreto pensado” desde vários pontos de vista e em vários níveis de abstração. Assim, na medida em que, no *Capital*, Marx procura chegar aos conceitos mais simples, abstratos e essenciais, os debates sobre o imperialismo se deram em geral desde o ponto de vista da descrição histórica – como complexo de múltiplas determinações que frequentemente não são apresentadas ou investigadas a fundo –, apesar de terem sido muitas vezes referidos como continuidade da análise de Marx, quer do ponto de vista lógico (ao criar novas categorias e analisar mais detidamente o papel dos Estados e das relações interestatais e interterritoriais na acumulação capitalista), quer do ponto de vista cronológico (ao se referir à época imediatamente posterior à morte do fundador do socialismo científico), .

Ao final do século XIX, uma porção significativa da obra de Marx e Engels sequer havia sido publicada. A publicação do livro III do *Capital* – organizado por Engels [1894] –, por exemplo, é citada por quase todos os autores analisados como sendo uma novidade recente, ainda não devidamente assimilada pela social-democracia. As afirmações sobre a continuidade entre a obra de Marx e as teorias do imperialismo são, entretanto, possíveis (como buscamos demonstrar no capítulo 3 deste trabalho), embora devam ser feitas com extremo cuidado.

Neste caso, trata-se sem dúvidas não de uma continuidade evolutiva e linear, mas certamente da aplicação – em diversos graus, com maior ou menor acuidade e em particular nos casos de Lênin e Rosa Luxemburgo – do método materialista-dialético e do arcabouço ontológico estabelecido por Marx em sua análise do capitalismo, ao estudo particular de algumas características do desenvolvimento mais recente deste sistema. Mesmo nesse sentido, porém, misturam-se categorias e profundidades de abstração e se desfralda o desafio de passear pelo complexo de múltiplas determinações que é a história – coisa viva, colorida, indeterminada e feita por gente, e, ao mesmo tempo, sobre a qual podem ter influência tendências de longo prazo, verificáveis neste caso nos interesses e na disputa imperialista.

A categoria “imperialismo” talvez seja aquela que, não tendo sido formulada por Marx ou Engels, teve maior influência sobre o movimento comunista ao longo do último

século, em particular após a Revolução Russa e a difusão – através de obra de Lênin – de pelo menos parte da controvérsia travada em torno de sua definição no início do século XX. As abordagens sobre o imperialismo divergem entre os autores, tendo sido a de Lênin aquela que geralmente predominou na posteridade, ainda que alguns elementos de outros autores venham sendo retomados nas últimas décadas¹³⁹. O termo é comumente utilizado com pouca precisão teórica, inclusive passando por cima de diferenças fundamentais entre as teses defendidas por cada autor. Considerando que tais diferenças não são fortuitas e que refletem em muitos casos posições políticas muitíssimo divergentes e por vezes antagônicas, a questão se torna ainda mais grave.

Apesar da contemporaneidade entre a sistematização feita por Max Beer¹⁴⁰ e a produção teórica de John Hobson, a obra seminal acerca do imperialismo nas acepções de que aqui tratamos foi o livro *Imperialismo, um estudo*, publicado em 1902 como sequência dos estudos deste autor sobre *A evolução do capitalismo moderno* [1894]. Durante sua atuação como correspondente do *Manchester Guardian* na África do Sul em meio à segunda guerra dos boêres, Hobson começara a formar a concepção de que o imperialismo, no sentido de “má política colonial britânica”, seria resultado direto das “forças expansivas do capitalismo moderno” e a opor-se firmemente a este¹⁴¹. O debate posterior realizado por proeminentes autores marxistas foi marcado pelas obras *O capital financeiro* de Rudolf Hilferding, publicado em 1910, *A acumulação de capital*, escrito por Rosa Luxemburgo (a partir de dúvidas identificadas durante a preparação, em 1907, de suas aulas na Escola de

139 Nas décadas de 1960 e 1970, a obra de Bukharin alcançou na América Latina ampla influência direta – através de autores como Theotonio dos Santos e Ruy Mauro Marini – e indireta, em especial através da obra de Paul Sweezy e Paul Baran [1966]. Atualmente, tem recebido especial destaque a particular concepção de Rosa Luxemburgo sobre a acumulação capitalista e seus limites, principalmente através da influência sobre as análises do sistema-mundo e sobre distintas formulações acerca do “novo imperialismo”, destacando-se entre elas aquela proposta por David Harvey. Deve-se frisar também a influência da concepção de Kautsky sobre regiões agrárias e regiões industriais no que diz respeito à formulação das alianças de classe coadjuvantes da forma de “anti-imperialismo” que hegemonizou a concepção tática e estratégica de boa porção dos Partidos Comunistas latino-americanos no pós-guerra.

140 Max Beer havia destacado, também em 1902, o “rápido crescimento das forças produtivas para além das fronteiras dos mercados nacionais capitalistas” e o fato de que “países capitalistas produziam mais do que consumiam”, caracterizando estes processos pela “migração dos capitais para países estrangeiros menos desenvolvidos e o retorno de juros à mãe-pátria”, pelo “crescente domínio da finança sobre a produção”, pela “concentração da produção em sindicatos e trustes”, pela “busca febril por consumidores” e pela atenção à importância do mercado interno (apud ANDREUCCI, 1984).

141 “Aqueles leitores que afirmam que um julgamento equilibrado consiste em sempre encontrar argumentos tanto a favor de qualquer caminho político quanto contra o mesmo ficarão descontentes com o tratamento conferido aqui. Pois o estudo é indistintamente sobre uma patologia social e nenhum esforço é feito para disfarçar a malignidade da doença” (HOBSON, [1902] 1948).

Formação do SPD, substituindo Hilferding¹⁴²) e publicado em 1913, e, já no marco da I Guerra Mundial, o artigo “Ultraimperialismo”, publicado em 1914 por Karl Kautsky, o folheto *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*, publicado por Vladimir Lênin em 1917 com base em manuscritos de 1915 e 1916, e o livro *O imperialismo e a economia mundial*, publicado por Nicolai Bukharin também em 1917¹⁴³.

Dentre as várias maneiras de analisar as distintas visões sobre o imperialismo na virada para o século XX – todas perpassando as questões centrais da relação entre as dimensões interna e externa às fronteiras nacionais e do papel dos Estados na acumulação capitalista – destacamos dois debates centrais, interligados: (a) as balizas periódicas às quais estaria associado o imperialismo e a determinação das distintas definições para o termo – de acordo com as controvérsias apresentadas nos dois capítulos anteriores; (b) o significado político da controvérsia sobre a definição do imperialismo no marco da disputa política apresentada no primeiro capítulo, em particular no que se refere à sua inexorabilidade (caracterização como “fase histórica” ou como “tipo de política externa”) e ao seu “sentido histórico”, na acepção marxista da expressão. Tais debates compõem a estrutura das seções do presente capítulo¹⁴⁴.

142 O material didático de Rosa e os apontamentos de sua preparação foram publicados postumamente no volume *Introdução à economia política*.

143 Infelizmente, devido às limitações de tempo, optamos por não incluir a análise sobre Bukharin, em lugar de fazê-lo de modo leviano. O texto de Bukharin foi escrito à mesma época em que Lênin estudava o tema do imperialismo (primeiro semestre de 1915, no exílio na Suíça), tendo sido prefaciado por este para publicação em 1915. Apreendido pelo tzarismo, só pôde ser publicado em novembro de 1917, logo após a revolução bolchevique. Devido àquele prefácio, à semelhança de formulações sobre o “mercado mundial” e ao emprego do termo “entrelaçamento” (cuja autoria Lênin atribui a Bukharin), difundiu-se na academia burguesa a opinião de que o folheto *Imperialismo, fase superior do capitalismo* não seria nada mais que uma apropriação dos textos de Bukharin. Andreucci (1984, p.251), entretanto, destaca os “cerca de vinte cadernos, cheios de anotações, de esquemas, de estatísticas, de citações a serem utilizadas, ocupando quase oitocentas páginas impressas, [que] foram a base do trabalho – um trabalho longo e cansativo, conduzido nas bibliotecas mais bem-equipadas da livre Suíça – sobre o qual Lênin construiu o opúsculo acerca do imperialismo”. Trata-se dos *Cadernos sobre o imperialismo*, que, por seu caráter de rascunho e material preparatório, foram reunidos para publicação pela primeira vez entre 1933 e 1938, nos fascículos 22, 27, 28, 29, 30 e 31 das *Recompilações leninistas* editadas em russo pelo Instituto de Marxismo-Leninismo adjunto ao CC do PCUS. O caderno “δ” foi publicado pela primeira vez em russo também em 1938, na revista *Proletárskaya Revoliutsia*, n.9. No total, os cadernos contêm as observações de Lênin sobre 148 livros, 232 artigos e 49 periódicos, em alemão, francês, inglês e russo.

No prólogo às edições francesa e alemã de *O imperialismo*, publicado em 1921 na revista *Internacional Comunista*, n.18 (versão do texto consagrada com a ampla difusão mundial recebida pela obra, transformada na principal referência marxista sobre o imperialismo), Lênin também incorpora alguns novos elementos ao seu folheto, que fôra escrito sob a censura tzarista (LENIN, [1921] 1985, p.317).

144 Note-se que a divisão proposta tem caráter meramente analítico, não pretendendo subestimar a interdependência entre as questões apresentadas. Pelo contrário, busca-se enfatizá-la.

4.1 Periodização e caracterização:

As distintas definições de imperialismo e suas determinantes

Buscaremos, nesta seção, expor as distintas definições de “imperialismo” da forma mais sintética e essencial possível, visando justamente a facilitar sua contraposição. O aprofundamento sobre pontos específicos da argumentação ou dos pressupostos de cada autor será feito na próxima seção, na medida em que seja relevante para os propósitos da mesma. De toda maneira, uma porção significativa desta argumentação já foi apresentada nos capítulos anteriores, de modo que tentaremos referenciar a maior ou menor influência, sobre cada autor, dos debates apresentados anteriormente (grosso modo, a maior ou menor influência, para a determinação do imperialismo na visão de cada autor, da questão nacional-colonial ou do estudo sobre o capital financeiro). Tais influências não devem ser encaradas como eventuais ou casuísticas, mas como reflexo do posicionamento político de cada autor sobre o processo de acumulação capitalista e seus limites.

Note-se, ainda, que apesar das especificidades dos critérios de periodização utilizados por cada autor, os resultados são praticamente os mesmos em todos os casos, dada a simultaneidade e a inter-relação dos processos analisados. O “nascimento” do imperialismo – quer como fase do capitalismo, quer como política – estaria relacionado, portanto, aos desafios impostos pela segunda Revolução Industrial, à transformação das relações de produção, ao entrelaçamento entre capitais e atividades de bancos e indústrias, à nova partilha política e econômica do mundo, etc., dialeticamente também retroalimentando todos esses processos. Poderia ser encontrado, assim, por volta da década de 1870 – ou, no máximo, 1860 – tendo se acentuado na virada do século XX.

O autor seminal da controvérsia, lido por todos os demais – **John Hobson** – define o imperialismo como uma **política expansionista baseada em raízes econômicas** ([1902] 1948) fundadas na expansão da produção mecanizada. Ou, pela “consistência ampla de suas relações com outros termos aparentados”¹⁴⁵, como uma espécie de “mau colonialismo”

¹⁴⁵ Denotando a confusão sobre o tema, Hobson ([1902] 1948) afirma que “onde os significados mudam tão rapidamente e tão sutilmente [...] é despropositado exigir [em uma definição] o mesmo rigor que é

incapaz de transplantar a civilização representada pela metrópole para novos ambientes naturais e sociais – as colônias –, buscando, ao contrário, submeter e absorver territórios próximos ou distantes pertencentes a povos relutantes e terminando por transformar o “nacionalismo genuíno” em imperialismo (definido pelo autor como uma maligna “patologia social” – conferir a nota 136, neste capítulo). Apesar de se fundamentar em raízes econômicas, o imperialismo está portanto – na acepção de Hobson – essencialmente relacionado à controvérsia sobre a questão colonial, através da contraposição entre os conceitos de “nacionalismo genuíno” (que levaria ao internacionalismo, como fraternidade entre as nações) e “nacionalismo perverso” (o imperialismo)¹⁴⁶. Assim, embora o debate sobre as “raízes” econômicas do imperialismo permeie a controvérsia sobre o surgimento do capital financeiro – em especial no que se refere à associação entre atividades tipicamente bancárias e atividades próprias ao capital produtivo, no processo de “evolução do capitalismo moderno” ([1894] 1985) –, as concepções de Hobson sobre o imperialismo em si estão diretamente relacionadas à questão colonial-nacional, ainda que apenas através de conceitos como o “nacionalismo” e o “colonialismo”, e não de uma análise generalizante sobre o papel de ambos na reprodução social do capitalismo.

Ao identificar o imperialismo à política colonial incapaz de expandir o “nacionalismo genuíno”, Hobson considera que a ruptura mais importante para determinação das balizas temporais às quais estaria associado o “imperialismo recente” (contraposto à identificação da existência de imperialismo, na acepção descrita, ao longo do curso da história em geral) teria sido a industrialização de outros países capitalistas que não a Inglaterra (HOBSON, [1902] 1948, s/p) – tese corroborada por seu livro anterior, que, como mencionamos, identifica o “capitalismo moderno” (no sentido estrito das transformações mais recentes no desenvolvimento capitalista) à expansão da “produção mecanizada”.

O economista inglês afirma, portanto, que “a novidade do Imperialismo recente, visto como uma política, consiste primordialmente em sua adoção por várias nações”,

esperado das ciências exatas. Uma certa consistência ampla em suas relações com outros termos aparentados é a aproximação mais próxima a uma definição que um termo como Imperialismo admite”

146A obra de Hobson sobre o imperialismo ([1902] 1948) se divide em duas seções: “economia do imperialismo” e “política do imperialismo”. As raízes econômicas são traçadas a partir da análise estatística sobre o desenvolvimento capitalista no início do século e baseadas, em grande medida, na análise levada a cabo pelo autor em 1894 sobre “a evolução do capitalismo moderno”. Os aspectos políticos, ou “a teoria e a prática do Imperialismo” são analisados a partir de seu discurso como “missão de civilização”, seus efeitos sobre os povos “inferiores” ou estrangeiros, bem como seus efeitos políticos e morais sobre as nações ocidentais imperialistas (todos eles criticados por Hobson).

frisando que “a noção de um número determinado de impérios em competição é essencialmente moderna” e concluindo, após uma breve exposição dos distintos planos de “unidade universal” europeia, com a afirmação de que, ao longo da história, o conceito de império teria sido “identificado com internacionalismo, apesar de nem sempre baseado em uma concepção de igualdade entre as nações” (*Ibidem*). A competição interestatal entre unidades com nível de desenvolvimento similar [expressão nossa] seria, portanto, o traço distintivo do “imperialismo recente” de Hobson, identificado, pois, à segunda Revolução Industrial¹⁴⁷.

Karl Kautsky ([1914] 1914), por sua vez, vê o imperialismo como uma relação entre países industriais e regiões agrárias, definindo-o como a **política de anexação ou submissão de regiões agrárias disputadas por distintos países industriais**. Tratar-se-ia de uma política facultativa, ou de uma das formas possíveis de realização da “ânsia das nações capitalistas industriais por se expandirem continuamente” sobre regiões agrárias que funcionariam prioritariamente como fonte de matérias-primas (embora já apareçam também em sua obra como mercados) para tais regiões, dada a crescente desproporcionalidade inerente à produção capitalista.

Contradizendo aqueles que acreditam que Kautsky define apenas o notório “ultraimperialismo” (que será melhor analisado no item 4.2.2) e não o próprio imperialismo, nota-se que sua concepção sobre este está intimamente associada a sua formulação sobre a questão agrária, da qual tratamos no Capítulo 2 deste trabalho. Com o surgimento da concorrência interestatal efetiva – através da industrialização de outros países que não apenas a Inglaterra (em especial a Alemanha), a resposta inglesa teria tido que ser necessariamente imperialista, visando à necessária continuidade da subordinação de zonas agrárias. A particularidade da concepção de Kautsky, entretanto, é justamente ser o único dentre os autores analisados a não enxergar a disputa constante como um elemento fundamental do imperialismo¹⁴⁸. É esta particularidade que lhe permite chegar ao ultraimperialismo como conclusão lógica, considerando que as potências imperialistas

147 Hobson destaca a *real-politik* alemã, mãe da geopolítica – e, em especial, conceitos como *hinterland* e *zona de influência* (atribuídos a Ratzel), como elementos do discurso essencialmente imperialista.

148 Por exemplo: embora a ânsia pela sujeição de zonas agrárias se constitua para o autor como condição de existência do próprio capitalismo, este afirma entretanto que “ainda está longe de ser comprovado que qualquer destas formas [inclusive a imperialista] é uma necessidade indispensável para o modo capitalista de produção” (1914 [1914]).

poderiam efetivamente consolidar um acordo sobre a repartição do mundo, em analogia aos cartéis econômicos, que na sua opinião também poderiam chegar a acordos estáveis. Tal acordo (o ultraimperialismo) poderia levar ao fim da concorrência interestatal e, com ela, ao fim da necessidade da violência para a subordinação das regiões agrárias¹⁴⁹, ainda que não ao fim da “ânsia expansiva” (ou da necessidade de expansão para as mesmas visando ao processo de valorização do capital).

Kautsky menciona o capital financeiro, mas de maneira subsidiária. Sua definição do imperialismo também está essencialmente associada à política colonial e à controvérsia nacional-colonial, na medida em que estas ocupam – de acordo com suas teses – um papel fundamental no processo de acumulação capitalista. Assim, é a disputa que distingue qualitativamente o imperialismo para Kautsky e, sendo ela prescindível, também o é o próprio imperialismo.

A concepção de Kautsky sobre o imperialismo está, como vimos, intrínseca e fundamentalmente relacionada à questão nacional-colonial, na medida em que o mesmo é definido como uma opção facultativa de política externa calcada na possibilidade de satisfazer a ânsia constante e crescente nos grandes Estados industriais pelo domínio expansivo e a subversão continuada de zonas agrárias, visando a evitar crises cíclicas de desproporção que, em sua opinião, caracterizam inexoravelmente o capitalismo.

A exportação de capitais – desde Estados industriais para zonas agrárias, respeitando sua sistematização da divisão internacional do trabalho – não assume, assim, um papel central na definição do autor sobre o imperialismo, parecendo não ser exatamente um traço constitutivo deste fenômeno, mas apenas algo que o impulsiona:

“O imperialismo foi *particularmente encorajado* pelo sistema de exportação de capital para as zonas agrárias que emergiu ao mesmo tempo [ênfase nossa]” ([1914] 1914).

149 Note-se que esta concepção combina perfeitamente com a proposta de saídas políticas que passem pela industrialização como concretização de um esforço anti-imperialista. Nesse sentido, uma possível industrialização levada a cabo pela burguesia nacional (e não por um Estado de transição socialista) poderia ser defensável – e, como sabemos, o foi historicamente na maioria dos Partidos Comunistas ao redor do mundo, em especial na América Latina. Este debate deve ser aprofundado e não é nossa intenção – nem acreditamos ser possível – reduzi-lo à concepção de imperialismo de Kautsky. Ressaltamos, contudo, a incompatibilidade entre tal concepção e a compreensão da industrialização dos países periféricos realizada através da integração dos sistemas produtivos sob nova hegemonia mundial como uma forma renovada do imperialismo.

Kautsky destaca ainda, em interessantíssima observação, que em Estados agrários capazes de proteger sua autonomia (como os EUA ou a Rússia tinham sido anteriormente), a “importação de capital” teria sido utilizada também para o desenvolvimento de indústria própria, de forma que, nestes casos, “as exportações de capital desde os Estados capitalistas antigos fazem avançar suas próprias exportações industriais apenas temporariamente. Por fim, elas aleijam-nas, simplesmente por promover uma forte competição econômica na zona agrária” (*Ibidem*). Aponta, assim, nos Estados capitalistas “novos” e “velhos”, o papel do Estado no desenvolvimento desigual – ainda que não empregue este termo.

Nesse sentido – e apenas neste – pode-se depreender a relação estabelecida pelo autor entre a tendência a que os Estados capitalistas queiram sujeitar ao máximo as regiões agrárias (“diretamente – como colônias – ou indiretamente – como esferas de influência”, *Ibidem*) e o processo de exportação de capital que também se acentua ao final do século XIX (à mesma época na qual entra em crise o livre-cambismo em sua versão inglesa)¹⁵⁰.

Tal e qual Hobson, Kautsky vê, portanto, o imperialismo como um tipo de política externa – ainda que, ao contrário daquele autor, não o caracterize como uma política necessária ao capitalismo por suas “raízes econômicas”, mas como uma política facultativa que decorreria da competição entre os países capitalistas industrializados pela anexação ou submissão de áreas agrárias. Assim, Kautsky identifica o início do imperialismo justamente com a acentuação desta concorrência, imposta pela decadência da hegemonia industrial da Inglaterra e da política livre-cambista que lhe correspondia.

Se, para o autor, a ânsia de anexação e subordinação de regiões agrárias sempre fôra um traço da crescente desproporcionalidade da acumulação capitalista, o ponto de ruptura no qual a “política da livre-concorrência” teria sido substituída pela “política imperialista” (resposta da Inglaterra à concorrência comercial recém-nascida no plano interestatal) seria, portanto, aproximadamente o mesmo que para Hobson – o surgimento de outros Estados nacionais industrializados, capazes de competir em um nível de desenvolvimento similar [expressão nossa] pelo domínio sobre regiões agrárias.

E, em vez da divisão internacional do trabalho entre a oficina industrial inglesa e a produção agrícola de todas as outras zonas, que era o objetivo da Inglaterra, eles [os novos Estados capitalistas industriais] propuseram que os grandes Estados industriais dividissem as zonas do mundo que ainda permanecessem livres, enquanto estas não pudessem resistir àqueles. A Inglaterra resistiu a isso. Este foi o início do imperialismo (*Ibidem*).

¹⁵⁰No capítulo 4, tecemos alguns apontamentos sobre a especificidade dessa questão no que se refere à concepção de Kautsky acerca do imperialismo.

Na concepção de **Rudolf Hilferding** ([1910] 1985), por sua vez, o imperialismo é a **política econômica do capital financeiro**, em contraposição à livre-concorrência associada à hegemonia industrial inglesa (note-se que, para o autor, o termo “política econômica” não carrega o mesmo significado que assumiu na atualidade, vinculado apenas ao fino ajuste macroeconômico).

Em sua formulação, dada a aparente “igualdade” entre nações com bases produtivas muito distintas imposta pelo livre-cambismo inglês, seriam necessárias políticas protecionistas para o êxito da industrialização e do desenvolvimento capitalista em outras regiões. A tais políticas, o autor dá o nome de “protecionismo defensivo”. A política econômica própria ao capital financeiro seria justamente aquela que propiciaria a expansão “do capitalismo já desenvolvido”¹⁵¹, recebendo o nome de “protecionismo ofensivo” por levar em consideração, enquanto território econômico, uma porção territorial que ultrapassa as fronteiras do próprio país. Assim, nos países capitalistas já desenvolvidos, o conjunto de políticas protecionistas adquiriria para Hilferding uma nova dimensão, tornando-se políticas ofensivas de ocupação de mercados estrangeiros através da indústria nacional, em particular através da exportação de capitais e conformando, assim, a política imperialista, que teria como objetivos imediatos: i) ampliar ao máximo o território econômico (contra-arrestando a tendência à superprodução e aumentando o acesso aos elementos materialmente necessários para a transformação da mais-valia em capital), ii) “fechá-lo” através do protecionismo; e iii) expandi-lo cada vez mais além das fronteiras nacionais, mediate a exportação de capitais por associações monopolistas nacionais.

O imperialismo, assim, também é definido como um tipo de política externa, embora, ao contrário da formulação de Kautsky, apareça como o tipo de política externa associado ao capital financeiro – que, como vimos, seria o elemento fundamental para a compreensão do capitalismo ao final do século XIX, na opinião de Hilferding.

O surgimento do imperialismo remonta portanto, para Hilferding – enquanto política econômica própria ao capital financeiro – à controvérsia sobre o surgimento do

151Especificamente sobre o tema, o autor afirma que “o sistema de List não é nenhuma refutação da teoria do livre-comércio, como mais ou menos a formulou Ricardo. Trata-se somente de uma política econômica que deve tornar possível o sistema de livre-comércio, ao propiciar o desenvolvimento de uma indústria nacional para a qual o sistema do livre-comércio é o mais apropriado. [...] *Essa política aduaneira do capitalismo em desenvolvimento se transforma em seu contrário na política aduaneira do capitalismo já desenvolvido* [ênfase nossa]” (HILFERDING [1910] 1985, p.286).

próprio capital financeiro, que o autor pontua em meados das décadas de 1860 ou 1870.

Ao contrário dos demais autores mencionados até o momento, na concepção de **Rosa Luxemburgo** o imperialismo é definido como uma **fase do desenvolvimento capitalista**. O imperialismo seria, para Rosa, a fase na qual o capitalismo **aproxima-se do limite virtual da subordinação de todas as relações não-capitalistas**, resultando daí “o movimento contraditório da **última fase**, imperialista, como período final da trajetória histórica do capital” ([1913] 1985, p.285. Ênfase nossa). Em sua opinião, “depois de o capital ter substituído a economia natural pela economia mercantil simples, ele mesmo vai tomar o lugar desta última” (*Idem*), inviabilizando a acumulação capitalista na medida em que se aproxime do limite virtual da existência do modo de produção capitalista como modo único e exclusivo de produção¹⁵². Para a autora, os métodos operacionais específicos desta fase seriam os empréstimos estrangeiros, a construção de ferrovias, revoluções e guerras.

Historicamente, a fase imperialista (ou a fase da concorrência capitalista internacional pelas zonas de expansão em disputa) pressupõe para Rosa a industrialização e a emancipação capitalista de zonas nas quais predominavam anteriormente relações sociais de produção não capitalistas, que funcionavam até então predominantemente como espaços essenciais de realização da mais-valia e de fornecimento de matérias-primas baratas. Os saltos no processo de subordinação dessas regiões geográficas e setores da produção por relações de produção especificamente capitalistas constituiria assim, para a autora, o ponto de ruptura sobre o qual devem ser identificadas as balizas periódicas do imperialismo. Rosa identifica – como Lênin – o início do século XX como sendo especialmente característico do “movimento mundial imperialista do capital”, em um processo de superação conjuntural das crises de 1873 e 1903, através do qual saltos qualitativos no predomínio das relações de produção capitalistas teriam se dado.

A particularidade da caracterização de Rosa sobre o imperialismo decorre, portanto, da particularidade de sua caracterização sobre a acumulação capitalista e sua constante necessidade de expansão, não apenas em termos da valorização do valor, mas, concretamente, no que se refere à expansão econômica e espacial das relações de produção especificamente capitalistas associada à reprodução material desse processo de valorização.

152 Sobre a concepção de Rosa acerca do próprio processo de acumulação capitalista, conferir o Capítulo 2 desta dissertação.

O imperialismo enquanto fase, portanto, não se constituiria pela própria necessidade de expansão, mas decorreria dela¹⁵³.

Na concepção de **Lênin**, por sua vez, o imperialismo também constitui uma fase particular do desenvolvimento capitalista. Tratar-se-ia da **fase monopolista do capitalismo**, na qual diferentes porções do **capital financeiro** monopolista disputariam, inclusive através da exportação de capital, a **redivisão política e econômica do mundo** e os lucros extraordinários decorrentes do processo de centralização do capital. Tal definição deve também levar em consideração – para não incorrer em reducionismos – os cinco traços destacados pelo autor como característicos desta fase: o surgimento dos monopólios bancários e industriais; o entrelaçamento dos capitais bancário e industrial, sob a predominância do primeiro e da “oligarquia financeira”; a exportação do capital financeiro; a partilha do mundo entre as associações capitalistas; a partilha do mundo entre as grandes potências. Ao lado destes cinco traços, devem ser destacados, ainda, o caráter parasitário, rentista e em decomposição do capitalismo, que contribuiria (junto ao aprofundamento da socialização da produção sob unidades produtivas relativamente centralizadas) para defini-lo como a antessala do socialismo. Todas as controvérsias aqui apresentadas contribuem, portanto, para a definição do imperialismo por Lênin, destacando-se o processo específico de exportação do capital financeiro (por monopólios que disputam entre si a partilha do mundo, disputando também o apoio de seus respectivos Estados nesta empreitada), como foi destacado no capítulo anterior. A apresentação e inter-relação entre os conceitos de desenvolvimento desigual e dependência, aristocracia operária e oportunismo também são essenciais à caracterização leninista do imperialismo e serão brevemente apresentadas no item 4.2.2, a seguir.

Em termos de periodização, Lênin compartilha as observações de Hilferding acerca do surgimento do capital financeiro (por volta de 1860 ou 1870), bem como as observações de Rosa acerca do aprofundamento da fase imperialista no início do século XX, no processo de superação conjuntural das crises de 1873 e 1903.

Destaca-se portanto, no que se refere à baliza periódica que delimita o início do imperialismo, a decadência da hegemonia industrial inglesa (com a industrialização de

153 Note-se que, ao contrário de Lenin, a definição de Rosa sobre o imperialismo não passa em nenhum momento pelo surgimento do “capital financeiro”.

outros países) e seu efeito sobre a partilha política e econômica do mundo e sobre a divisão internacional do trabalho.

4.2 Imperialismo como categoria em disputa

4.2.1. A inexorabilidade (ou não) do imperialismo e sua implicação política

O debate acerca da caracterização do imperialismo enquanto “tipo de política externa” ou enquanto “fase histórica específica do desenvolvimento capitalista” é a forma assumida historicamente pelo debate sobre a inexorabilidade do imperialismo dentro do desenvolvimento capitalista. Por trás daquela polêmica aparentemente inócua, encontra-se portanto nada menos que a controvérsia política e teórica sobre o significado do imperialismo para a acumulação capitalista.

O debate sobre a inexorabilidade (ou não) do imperialismo é o debate sobre a possibilidade de colocar fim ao imperialismo sem colocar fim ao próprio capitalismo. Trata-se, portanto, do principal elemento no que se refere à definição do sentido histórico do imperialismo e de sua relação com a luta pelo socialismo, refletindo distintos posicionamentos por parte de cada autor na entranhada luta política precipitada com a corrida armamentista e a I Guerra Mundial.

Assim, apesar das distintas posições acerca da importância ou não do surgimento do capital financeiro ou das distintas concepções acerca das contradições inerentes à acumulação capitalista, *apenas dois dentre os autores analisados caracterizam o imperialismo como uma fase particular do desenvolvimento capitalista: justamente aqueles que participaram do Movimento da Esquerda de Zimmerwald*, se opondo à guerra através da bandeira de aproveitar as contradições por ela criadas ou aprofundadas para transformar a guerra imperialista em guerra civil, possibilitando a tomada do poder pelo proletariado e a Revolução Socialista. Tratava-se de Lênin e de Rosa Luxemburgo e, sob as condições específicas de organização bolcheviques, esta tática foi vitoriosa na Revolução Russa.

Do ponto de vista da coerência argumentativa interna, as distintas posições sobre a caracterização do imperialismo enquanto “política” ou enquanto “fase” estão relacionadas,

por um lado, às determinações levadas em consideração por cada autor para definir o imperialismo (segundo apresentadas no ponto anterior) e, por outro, a suas posições de cada autor em relação à própria acumulação capitalista e aos seus limites.

Em uma síntese geral do quadro de precisão teórica apresentado no ponto anterior, poderíamos afirmar que, de uma maneira ou outra, à exceção de Kautsky, a permanente disputa é um elemento essencial na caracterização do imperialismo para todos os autores analisados. Na realidade, dado o caráter necessária e continuamente expansivo da acumulação capitalista (que assume feições particulares na concepção de Rosa Luxemburgo, mas está presente em todos os autores analisados), a possibilidade histórica de disputa interestatal – entre países industrializados – por uma mesma “zona de expansão” (entendida para além de uma concepção estritamente territorial) é, ao mesmo tempo, impulsionadora de um salto qualitativo na escala de expansão e potencialmente desestabilizadora da lógica inerente a esta expansão, seja ela qual for.

Assim, o enfraquecimento da hegemonia industrial inglesa teria levado à acentuação e à potencial desestabilização da lógica expansiva no raciocínio de todos os autores analisados – em especial nos autores de base teórica marxista – seja qual for a lógica expansiva privilegiada por cada um, para a compreensão desse processo de expansão concentrador e centralizador: no caso de Kautsky, acentua-se a subordinação e anexação de regiões agrárias (dentro e fora do território nacional) por países industriais; no caso de Rosa, acentua-se a subordinação e subversão de relações de produção não capitalistas (dentro e fora do território nacional) pela reprodução social ampliada das relações capitalistas de produção, interligadas para além das fronteiras nacionais por diversos pontos dos diferentes ciclos de rotação de distintos capitais – concretamente existentes sob distintas formas – que se entrecruzam assegurando o processo de reprodução social; no caso de Hilferding, acentua-se a subordinação dos mercados estrangeiros aos monopólios financeiros nacionais, no processo de reprodução ampliada do capital destes, interligados para além das fronteiras nacionais por diversos pontos dos diferentes ciclos de rotação de distintos capitais que se entrecruzam assegurando o processo de reprodução social; no caso de Lênin, acentua-se a subordinação do capital em geral à lógica monopolista de reprodução do capital financeiro, a exportação de capitais sobrepõe-se (não necessariamente em termos quantitativos) à exportação de mercadorias por parte dos países industrializados, e a disputa por novas partilhas políticas e econômicas do mundo se acirra

(através da disputa anexionista e colonial de da luta pelo estabelecimento de zonas de influência por parte de monopólios financeiros e de Estados rentistas, através do próprio processo de acumulação de capital – ele mesmo necessariamente interligado, em escala mundial, por diversos pontos dos diferentes ciclos de rotação de distintos capitais que se entrecruzam em distintas regiões assegurando o processo de reprodução social global do capital); mesmo no caso de Hobson, que não parte de pressupostos marxistas, um processo de expansão pode ser identificado, destacando-se a colonização a partir do ponto de vista da expansão nacionalista, podendo esta se tornar “perversa” e se converter em imperialismo.

Nesse sentido, é possível destacar que, qualquer que seja a definição de imperialismo assumida, este é fruto do próprio desenvolvimento capitalista, aprofundando e escancarando de modo particular o desenvolvimento desigual e as contradições entre “nacional” e “internacional”¹⁵⁴. Apesar de ser fruto dessas contradições em todas as acepções, o imperialismo não é visto explicitamente como fruto necessário e inevitável das mesmas, a menos por Lênin e Rosa Luxemburgo. Para estes dois autores – seja qual for a lógica expansiva assumida –, deve-se notar que a tendência à acentuação dessa “expansão desestabilizadora” também é aprofundada pelo próprio caráter concentrador da produção capitalista e por suas contradições internas, dado o irreconciliável antagonismo da exploração do proletariado pela burguesia no processo de acumulação capitalista.

No que se refere a Lênin, é fundamental nesse sentido a ênfase dada – ou não – por cada autor ao surgimento do capital financeiro (processo contemporâneo das demais características analisadas) para melhor compreender as implicações políticas de cada definição de imperialismo.

Com o entrelaçamento do capital industrial ao capital bancário e o surgimento dos grandes monopólios financeiros, não apenas são subvertidos os elementos de dominação já existentes, mas surgiria também um novo elemento de dominação: a exportação de capital financeiro pelas associações monopolistas, em contraposição à exportação de mercadorias (que pode até estar associada à exportação de capital financeiro, como contrapartida desta ou como necessidade para a industrialização, assumindo entretanto um novo papel

154 Como procuramos mostrar no primeiro capítulo deste trabalho, tais contradições também se manifestaram significativamente (inclusive do ponto de vista orgânico) na luta pelo socialismo. Na medida em que se generalizam as relações de produção especificamente capitalistas, o proletariado se vê na encruzilhada (ao nosso ver não antagônica) entre a necessidade de se organizar para tomar e manter o poder em seu próprio país e a necessidade de se unir internacionalmente através do efetivo internacionalismo proletário pela construção do socialismo.

histórico)¹⁵⁵. O capital financeiro passa a se internacionalizar e a extrapolar as fronteiras nacionais para o cumprimento de seu próprio ciclo de reprodução ampliada, configurando-se, ele mesmo, como elemento fundamental na determinação do “sentido histórico” do imperialismo e de suas implicações políticas, entre os países, entre países e territórios subordinados e no interior de cada unidade política, formalmente independente ou não.

Do ponto de vista analítico, se a definição de imperialismo é determinada apenas pela controvérsia acerca da questão nacional-colonial, é claro que o desenvolvimento capitalista pode, em teoria, prescindir do imperialismo. Por outro lado, se admite-se a existência do capital financeiro – essencialmente monopolista – e o imperialismo é identificado às necessidades de sua realização, para admitir sua superação sem a superação do próprio capitalismo, ter-se-ia que admitir a possibilidade de desmonopolização da economia¹⁵⁶ (em oposição à tendência histórica à concentração e centralização identificada no capítulo 23 de *O capital*), ou admitir que o investimento capitalista tem outro princípio norteador que não o lucro, de modo que, não importando o montante do capital total, seus proprietários escolheriam sempre realizá-lo dentro das fronteiras nacionais e não na conjunção de espaços geográficos que, vinculados aos diferentes momentos da rotação de cada uma das partes componentes deste capital total, parecesse poder propiciar maiores taxas de lucro. Assim, seria de se esperar que os dois autores que consideram claramente o surgimento do capital financeiro como ponto de ruptura no desenvolvimento do imperialismo o identificassem como uma fase inexorável do desenvolvimento capitalista. Daí depreende-se a opinião manifestada por Lênin de que as motivações de Hilferding para não fazê-lo seriam essencialmente políticas:

Em passagens de seus *Cadernos do imperialismo* ([1933-1938] 1986, pp.264-269)

155 Vale destacar que seria possível ainda uma análise das modificações nas formas de exportação de capital ao longo do final do século XIX e do século XX. No pós-guerra a exportação de capital passou a se dar predominantemente através do Investimento Externo Direto (que implica a transnacionalização das empresas sediadas em países imperialistas e o deslocamento da cadeia produtiva) e, após a década de 1970, os fluxos especulativos de capital associados a ativos financeiros também passam a ser uma importante fonte de exportação de capital. É comum que, em uma leitura original, associemos diretamente essas formas de exportação de capital a alguns dos textos seminais sobre o imperialismo. Tal associação é, no entanto, anacrônica – apesar de demonstrar amplamente a capacidade de compreensão sobre o sentido histórico do fenômeno por parte de algumas contribuições, já naquela época. Apesar de terem existido outras formas de exportação de capital, na virada para o século XX sua forma predominante era a concessão de empréstimos e a exportação de serviços relacionados aos transportes, energia e construção – é a estas formas que mais frequentemente se referem os textos aqui tratados, ao analisarem a exportação de capital.

156 Note-se que a impossibilidade de “desmonopolização” da economia é um dos fatores que caracterizaria, na opinião de Lênin, o imperialismo não apenas como uma fase do desenvolvimento capitalista, mas como a última fase deste, na qualidade de fase *monopolista* do mesmo, como explicitado no ponto 4.2.2.

que depois seriam incorporadas de maneira mais sintética a *Imperialismo, fase superior do capitalismo* (Cf. [1917] 1988, pp.586-587), Lênin destaca que Kautsky criticaria a identidade entre imperialismo e capitalismo moderno proposta por Cunow (imperialismo como “fase”), apoiando-se justamente na não identificação do imperialismo como uma fase do desenvolvimento capitalista por parte de Hilferding. Tal posição revelaria em Hilferding, na opinião de Lênin, “uma certa tendência para conciliar o marxismo com o oportunismo” (*Ibid.*, p.586).

“Hilferding, em 1910, não chamou de 'imperialismo' esta nova fase do capitalismo. Também ele denomina com o termo 'imperialismo' um *tipo peculiar de política* e não uma 'fase da economia'. O imperialismo é para ele a política pela qual o capital financeiro mostra preferência [...] *Há que se fazer diferença entre capital financeiro e imperialismo, sua política* [ênfase de Lênin]” (KAUTSKY apud LENIN, [1933-1938] 1986, p.268).

Na opinião de Lênin, a necessidade da destruição do capitalismo para destruir o imperialismo é um elemento que Hobson, apesar de não ser marxista e de também caracterizar o imperialismo enquanto política, fôra capaz de olfatear¹⁵⁷, enquanto Hilferding, de formação marxista, militante do SPD e autor da principal obra teórica sobre o surgimento do capital financeiro, contornara.

Sobre o tema, Lênin afirma que mesmo Kautsky terminaria por “reconhecer sub-repticiamente” que, “como tipo particular de política, o imperialismo *não supõe* uma determinada 'fase da economia', *ainda que esteja por necessidade vinculado* a tal fase [ênfase de Lênin]” (KAUTSKY apud LENIN, *Loc. Cit.*). Na opinião do marxista russo, esta formulação não seria mais que uma maneira de evitar debater o problema, uma vez que defender o imperialismo como “*política da fase econômica do capital financeiro*” (ou seja, como tipo de política associado a uma característica essencial de uma fase do desenvolvimento capitalista) deveria ser, em última análise, o mesmo que defini-lo pela própria fase histórica, “a menos que a discussão se resuma a uma infértil questão semântica, que elude o fundo do problema” (*Idem*).

Na visão de Kautsky seria possível, no estado do desenvolvimento capitalista à época, a existência de uma política não-imperialista por parte das potências industrializadas, o que justificaria em última instância, no plano teórico, sua posição

157 Destaca-se aqui, também, a argumentação de Hobson sobre a impossibilidade de estabelecimento de um monopólio único (descritas sucintamente no capítulo 3 desta dissertação) que viria a ser confrontada às teses de Kautsky.

peçoal em apoio à “defesa da pátria” diante da eclosão da I Guerra Mundial, mesmo quando a Alemanha foi um dos Estados agressores. Para Lênin, ao contrário,

“(…) as guerras imperialistas são absolutamente inevitáveis *neste* terreno econômico, *enquanto* subsista a propriedade privada sobre os meios de produção” (LÊNIN, [1915b] 1984).

A divergência entre Lênin e Kautsky sobre esse aspecto fica clara quando este último se pergunta, textualmente: “[O imperialismo] representa a última forma fenomenológica possível de política mundial capitalista, ou outra [forma] ainda é possível? Em outras palavras, o imperialismo oferece a única forma restante com que se pode expandir o intercâmbio entre indústria e agricultura no capitalismo?” (*Ibidem*), ao que responde negativamente. Note-se que, se o imperialismo é reduzido a uma forma violenta de intercâmbio entre indústria e agricultura no capitalismo, ele é logicamente prescindível. Assim, apesar de ter afirmado categoricamente que a subjugação das regiões agrárias só poderia ser superada pelo socialismo, Kautsky considera, como vimos, que a forma à qual denomina imperialista (associada à dominação colonial e à corrida armamentista) não apenas não constituía a única forma possível de subjugação das regiões agrárias, como tampouco constituía a mais provável, uma vez que, diante dos custos políticos e econômicos da guerra, a política ultraimperialista substituiria a política imperialista, da mesma maneira que a política imperialista substituíra a política do livre mercado¹⁵⁸.

Assim, Kautsky responde à sua própria pergunta, concluindo suas teses sobre o ultraimperialismo: as contradições entre os Estados capitalistas, entre estes e as regiões agrárias mais desenvolvidas, e entre estes e o proletariado em cada país industrializado – todas elas acentuadas pelo imperialismo – ameaçariam seriamente o próprio modo de produção capitalista. Na sua opinião, desde as guerras balcânicas, os custos da corrida armamentista e da expansão colonial estariam ameaçando a taxa de acumulação de capital e a exportação de capitais, de modo que o imperialismo ameaçava a si mesmo, passando de impulsionador do desenvolvimento capitalista a entrave ao mesmo e “cavando sua própria cova” (*Ibidem*). Uma vez que o único limite *econômico* à expansão capitalista seria, ao seu ver, a desproporção entre agricultura e indústria, o fim da política imperialista não levaria, necessariamente, ao fim do capitalismo, podendo se dar também pela via da monopolização completa da economia ou pela via do permanente conluio entre as partes

158 “A tendência à ocupação e subjugação das zonas agrárias produziu agudas contradições entre os Estados capitalistas industrializados”, levando-os à corrida armamentista: “a longamente profetizada Guerra Mundial tornou-se agora um fato” (*Ibidem*).

beligerantes.

Como Kautsky afirma que deve-se lutar contra o ultraimperialismo tão energicamente quanto se luta contra o imperialismo e que apenas o socialismo poderia superá-lo efetivamente, pode ficar uma primeira impressão de que suas teses sobre o ultraimperialismo são puro exercício teórico e não têm maior implicação prática que não representar uma análise particular acerca dos desdobramentos históricos possíveis da I Guerra Mundial.

Entretanto, a implicação política de suas teses fica clara por suas próprias palavras:

“Claro, se a atual política do imperialismo fosse indispensável para a manutenção do modo capitalista de produção, os fatores aos quais me referi poderiam não impressionar a classe dominante de maneira duradoura, e não a induziriam a tomar uma direção distinta às suas tendências imperialistas. Mas essa mudança será possível se o imperialismo – a busca de cada grande Estado capitalista por estender seu próprio império colonial em oposição a todos os outros impérios de mesmo tipo – represente apenas um dentre vários modos de expansão do capitalismo” (*Ibidem*)¹⁵⁹.

O debate sobre a caracterização ou não do imperialismo como “fase” do desenvolvimento capitalista se reveste, portanto, da disputa política sobre a necessidade histórica – no sentido marxista da categoria – do imperialismo, ou sua inexorabilidade, e as possibilidades de pôr fim ao imperialismo sem colocar um fim no próprio capitalismo.

4.2.2. A crítica ao ultra-imperialismo

Kautsky desenvolve teoricamente suas teses sobre o ultraimperialismo logo após a precipitação da guerra, em um pequeno e fundamental artigo denominado justamente *Ultraimperialismo*¹⁶⁰ ([1914] 1914).

Baseando-se na concepção de imperialismo descrita anteriormente e em seus

159 Assim, na obra de Kautsky, não apenas o imperialismo é um tipo de política externa, como uma opção de política externa, desnecessária anteriormente, pois não havia concorrência para a Inglaterra. Uma opção que poderia novamente deixar de ser necessária se essa concorrência sumisse, através do ultraimperialismo. Destaca-se, uma vez mais, a implicação política da inexorabilidade do imperialismo sob as condições particulares do desenvolvimento capitalista na virada para o século XX, na medida em que a possibilidade de destruição ou abandono do imperialismo é vinculada, desta maneira, à destruição do próprio capitalismo .

160 Segundo Kautsky, apesar de publicado em *Die neue Zeit* no dia 11 de setembro de 1914, o artigo *Ultraimperialism* estava pronto “várias semanas antes da deflagração da guerra”, visando à apresentação ao Congresso Internacional previsto para esse ano, tendo sido reeditado para publicação após o cancelamento deste.

prognósticos sobre as dimensões de um possível conflito bélico de grandes proporções, termina considerando que o medo de uma revolta popular – que dominara a classe capitalista após a Comuna de Paris – seria o entrave que impediria uma guerra mundial naquele momento (o texto é de cerca de um mês após o assassinato do arquiduque austríaco na Bósnia).

“A mesma evolução do capitalismo que cria desconfiança e hostilidade crescentes entre as nações, tende a tornar a guerra mais pernicioso para o próprio capitalismo. [...] O capitalista não se importaria com a guerra caso haja algo a ser ganho com ela. Mas *hoje o capital tem muito mais a perder que a ganhar com uma guerra, ele ameaça com ela justo as fundações de sua própria existência* [ênfase nossa]” (KAUTSKY, [1906] 1907).

Nesse sentido, a tese aparentemente revolucionária enunciada já em 1902 pelo autor em *A revolução social* – similar àquela que levaria à conclusão tática por parte dos agrupamentos que reuniram-se no Movimento de Zimmerwald de que os socialistas deveriam opor-se à guerra imperialista e utilizá-la para avançar na luta pela tomada do poder e a derrubada do Estado burguês em cada região – termina servindo justamente para justificar as teses de Kautsky sobre o *ultraimperialismo*, opostas taticamente àquelas defendidas pelos zimmerwaldianos.

“o resultado da Guerra Mundial entre as grandes potências imperialistas pode ser uma federação dos mais fortes, que renuncie à sua corrida armamentista” (KAUTSKY, [1914] 1914).

Ainda que, em um primeiro momento, a corrida armamentista possa ser acelerada durante um curto armistício, o mesmo levaria a uma nova fase do capitalismo, marcada pela “translação da cartelização em política externa: o ultraimperialismo”, ou por uma “Santa Aliança entre imperialistas”. Brincando ironicamente, chega a afirmar que , a consigna que mais corresponderia à tendência histórica do capitalismo naquele momento seria, portanto: “capitalistas de todos os países: uni-vos” (*Ibidem*).

O argumento baseia-se, portanto, também na construção de uma analogia entre a tendência à centralização econômica, sintetizada na formulação de que “o monopólio cria competição e a competição, monopólio” (*Ibidem*), e uma tendência à centralização política.

A lógica é simples: dados os perigos políticos e econômicos da guerra, as potências

mundiais decidirão por um acordo estável e pela paz. Na existência de um acordo estável entre as potências industriais, desaparece a imprevisível e concorrência pelas mesmas zonas agrícolas, cuja sujeição é necessária à continuidade da acumulação de capital. Sem concorrência entre as potências industriais, é possível fazer outra opção de política externa, abandonando a política imperialista.

A mesma ordem lógica que leva Kautsky a concluir que as potências disputam entre si o levaria a concluir, no contexto político da votação das subvenções específicas para a guerra no Parlamento Alemão, que os custos da guerra levariam a um estável acordo de paz, fundamentado justamente na centralização do poder político e econômico¹⁶¹.

Assim, se em 1902 Kautsky afirmava que “precisamos reconhecer a possibilidade de uma guerra em um espaço perceptível de tempo e, com ela, também a possibilidade de convulsões políticas que terminarão diretamente em levantes proletários ou, pelo menos, abrirão caminho para eles” (*Ibidem*)¹⁶² – tese bastante similar àquela que levaria à determinação da tática de aproveitamento das contradições provocadas pela guerra para a tomada do poder enunciada pelo Congresso de Basileia –, em 1914 esta formulação viria a fundamentar a conclusão de que a concorrência imperialista levaria à paz mundial, não à guerra (ultraimperialismo), com base na afirmação (já presente em 1906) de que a classe capitalista *teria mais a perder que a ganhar com a guerra*.

No conjunto da obra de Kautsky, o reconhecimento do potencial revolucionário aberto pela guerra é justamente o que justifica teoricamente, em última instância, sua postura reacionária frente à mesma.

Kautsky jamais chegou entretanto a defender abertamente que a tomada do poder não deveria ser o objetivo dos socialistas. Pelo contrário, cumpriu um importante papel na

161A conclusão contraria amplamente formulações anteriores do próprio autor, que anteriormente reconhecia que “sequer a mais forte [nação] pode permanecer por mais tempo em isolamento esplêndida” e, ao mesmo tempo, não admitia a possibilidade de estabilidade em um conluio capitalista frente ao rompimento desta isolamento. No início do século, Kautsky chegara a afirmar ironicamente que “as alianças entre as nações *não são* requiem de um sentimento de paz social” mais do que o seriam os trustes industriais, configurando-se apenas como “arma poderosa contra um inimigo comum poderoso [Ênfase nossa]” (KAUTSKY, [1906] 1907).

162Em 1902, Kautsky defendera que a guerra poderia ter um papel importante em “trazer o proletariado a uma posição de poder político” e que “a guerra frequentemente já se mostrou como um fator muito revolucionário” (KAUTSKY, [1902] 1903). O autor acreditava que a guerra poderia ter esse papel em situações históricas nas quais *a revolução é necessária para o “progresso da sociedade” mas as classes revolucionárias não têm força suficiente para derrubar o poder dominante*. Nesse caso, a guerra poderia, por um lado, levar a classe governante a fazer concessões em nome da unidade nacional para a guerra ou, por outro lado e em caso de derrota, poderia levar à queda do próprio governo, caso este se sustentasse predominantemente apenas sobre a força do exército derrotado.

crítica aos chamados ministerialistas franceses, bem como, dentro da Alemanha, foi junto a Rosa Luxemburgo um dos principais críticos à posição de Eduard Bernstein – que havia sido ninguém menos que o amigo presente junto ao leito de morte de Engels – sintetizada pela concepção de que “o movimento é tudo”¹⁶³. Em vez disso, Kautsky defendia na década de 1910 que a finalidade última dos socialistas deveria ser a tomada do poder, mas que *não havia ainda condições para construí-la, reduzindo a atuação do SPD ao parlamento alemão*. Após a revolução russa, que provou concretamente que havia, sim, condições para a tomada do poder, justamente através da tática de aprofundamento da luta no marco das contradições precipitadas pela eclosão da guerra imperialista (rechaçada por Kautsky), sua posição ficou conhecida como *centrista*, pois não negava em tese a essencialidade da revolução ou da resistência à guerra imperialista, mas não propunha quaisquer meios concretos de realizá-las, negando-as na prática.

No que se refere à crítica à concepção ultraimperialista no marco dos autores que nos dispomos a analisar, é importante ressaltar que, cerca de quinze anos antes, parte dos pressupostos que viriam a ser utilizados por Kautsky fôra criticada por John Hobson em seu artigo *Socialistic imperialism*. O artigo data de outubro de 1901 e destinava-se a criticar a posição de alguns socialistas acerca das guerras boêres¹⁶⁴:

Analisando a possibilidade de uma analogia entre a tendência à concentração e à cartelização (ou à integração horizontal e vertical das empresas, nos termos de Hobson) no plano econômico e uma suposta tendência à concentração de poder e ao conluio no plano político (ultraimperialismo), Hobson afirma que a mesma parte de dois pressupostos: 1) que a política pode ser encarada como “um negócio”; e 2) que se trata de um tipo de negócio em que não há limites para o crescimento [ou aumento de escala] vantajoso. Acerca do primeiro pressuposto, o autor acredita que o mesmo ignora arbitrariamente a questão das nacionalidades¹⁶⁵, das diferenças internas entre as classes – para além do

163Cf., por exemplo, a carta de Kautsky a Ferri publicada em 1902 sob o nome *Duas Tendências* ou o artigo *Bernstein's old articles and new afflictions*, de 1901.

164Sobre as posições dentro da II Internacional favoráveis à política colonial, ver o capítulo 2 desta dissertação.

165Nesse sentido, entretanto, Hobson critica os socialistas, “que pensam que é vantajoso derrubar as fronteiras de nacionalidades e forçar todos os homens a se tornarem irmãos [e] não são realmente os homens científicos que dizem ser. Eles querem substituir a catástrofe artificial pelo crescimento natural. Para eles, a nacionalidade é pouco melhor que um sentimento tonto”. Sua crítica, entretanto, toma como exemplo não os socialistas que defendem o internacionalismo proletário, mas aqueles que, a exemplo de Bernstein no congresso de Haia, defendiam a validade da dominação colonial. Sobre o tema, Hobson

discurso unitário dos impérios autocráticos – e da analogia existente entre governo e arte. Sobre o segundo pressuposto, mais relevante para a discussão à qual nos propomos, Hobson afirma que “não é verdade que exista uma lei de aplicação geral no mundo econômico, de acordo com a qual negócios pequenos são engolidos por negócios maiores e estes, novamente, por [negócios] maiores ainda, terminando este processo em um único negócio gigante que assegura a paz industrial sob a forma de um monopólio público ou privado”, salientando os limites no aumento da escala das empresas em diversos ramos da economia, a partir dos quais haveria deseconomias de escala. Assim, ainda que fosse possível considerar o governo como “um negócio”, em sua opinião a possibilidade de crescimento ilimitado de uma de suas unidades constitutivas em detrimento das demais seria limitada – para além das considerações éticas sobre a superioridade ou não de um povo sobre outros, também destacadas pelo autor – por considerações acerca da economia e da eficiência da administração em relação ao tamanho da área submetida a um mesmo governo centralizado (Cf. HOBSON, [1901] 1901).

Apesar de, para destruí-la, endossar em certa medida a analogia da qual Kautsky posteriormente viria a utilizar-se, Hobson já havia demonstrado algumas de suas inconsistências teóricas, ao criticar posições como as de Eduard Berstein, às quais, no início do século, o próprio Kautsky também se opunha. O ultra-imperialismo de Kautsky seria capaz, portanto, de suprimir a concorrência entre as potências imperialistas, através de um acordo estável entre todas ou do domínio exclusivo de uma delas.

O essencial é que Kautsky separa a política do imperialismo da sua economia, falando das anexações como da política preferida pelo capital financeiro, e opondo a ela outra política burguesa possível, segundo ele, sobre a mesma base do capital financeiro. Conclui-se que os monopólios, na economia, são compatíveis com o modo de atuar não monopolista, não violento, não anexionista, em política. Conclui-se que a partilha territorial do mundo, terminada precisamente na época do capital financeiro, e que é a base da peculiaridade das formas atuais de rivalidade entre os maiores Estados capitalistas, é compatível com uma política não imperialista. Daqui resulta que, deste modo, se dissimulam, se ocultam as contradições mais fundamentais da fase atual do capitalismo, em vez de as pôr a descoberto em toda a sua profundidade; daqui resulta reformismo burguês em vez de marxismo.

afirma que “ao quebrantar a forma de nacionalidade nos povos pequenos e ao procurar quebrantar seu espírito, nós estamos destruindo os meios mais essenciais de conquistar, no futuro, aquela sólida federação entre todos os povos civilizados que é a única segurança esperанçosa contra a recrudescência do barbarismo na forma de guerra”.

4.2.3. O sentido histórico do imperialismo como antessala do socialismo

Assim, para Kautsky, o imperialismo sempre foi uma opção (desnecessária anteriormente, pois não havia concorrência para a Inglaterra) e poderia *deixar novamente de ser necessário caso esta concorrência desaparecesse*, através do ultraimperialismo.

Na opinião de Lênin, entretanto, “o capitalismo se transformou em um sistema universal de subjugação colonial e de estrangulação financeira da imensa maioria da população do planeta por um punhado de países 'adiantados'” e, ainda – em uma observação particularmente próxima à concepção de Marx sobre o desenvolvimento capitalista como desenvolvimento das forças produtivas:

“A distribuição da rede ferroviária, a desigualdade dessa distribuição e de seu desenvolvimento, constituem em expoente do capitalismo moderno, monopolista, em escala mundial. [... A construção de linhas ferroviárias] foi transformada em um meio para oprimir um bilhão de seres humanos (nas colônias e semicolônias), ou seja, mais da metade da população da terra nos *países dependentes* e os escravos assalariados do capital nos países 'civilizados' [ênfase nossa]” (LENIN, 30:319).

O desenvolvimento desigual e a exportação de capital mostram qual é a política internacional do capital financeiro: a partilha do mundo pelas grandes potências imperialistas, nos termos de Lênin. Esta seria a tendência histórica do desenvolvimento capitalista, aprofundando sempre as contradições antagônicas estruturais próprias às relações de produção especificamente capitalista que consegue ir resolvendo conjunturalmente através de mais concentração e de mais centralização de capitais. Pode-se estabelecer um raciocínio análogo de acordo com os pressupostos de Rosa Luxemburgo, na medida em que, para a autora, o capitalismo não poderia prescindir de expandir-se em direção à subordinação de relações não-capitalistas, viabilizando conjunturalmente sua reprodução social e aprofundando as contradições da acumulação capitalista na medida em que o capitalismo caminha para tornar-se, cada vez mais, um “modo de produção puro.

Tanto Lênin quanto Rosa definem, com as diferenças de análise apresentadas anteriormente, o imperialismo como uma fase particular do desenvolvimento capitalista, enfatizando o caráter inexorável que associa necessariamente seu fim ao fim do capitalismo. Ambos definem o imperialismo como **capitalismo em decomposição**. Ambos defendem que o mesmo constitui a **antessala do socialismo**, ou o principal elemento de

precipitação das condições para a revolução socialista. Ambos o definem, portanto, não apenas como fase, mas como a **última fase** do desenvolvimento capitalista.

São justamente, portanto, as diferenças de análise entre ambos os autores que nos importa destrinchar, para entender as particularidades de ambas as análises associadas a um mesmo sentido histórico.

A faceta “em decomposição” do imperialismo advém, na acepção de Lênin, do desenvolvimento desigual do capitalismo que, associado à tendência à concentração e ao surgimento dos monopólios financeiros, possibilitaria a exportação de capitais visando à obtenção de lucros extraordinários. O caráter rentista assumido pelos países exportadores de capitais (imperialistas), que passariam a apropriar-se de uma parcela cada vez maior de mais-valia produzida (e por vezes realizada) em outras regiões do planeta determinaria o caráter **parasitário** do imperialismo e a proporção cada vez menor de trabalho vivo em relação ao trabalho morto efetivamente realizada dentro das fronteiras dos Estados parasitários. Esta é a origem da **decomposição** do capitalismo na visão de Lênin. Aprofunda-se, assim, por um lado, o potencial diferencial de lucros extraordinários obtido com a exportação de capitais – caso o desenvolvimento contraditoriamente propiciado nas regiões que recebem os capitais exportados não leve, nelas, a uma queda proporcional da taxa média de lucros. Por outro lado, acentua-se cada vez mais este caráter parasitário, acentuado em um ciclo vicioso que levaria à concentração cada vez maior e à disputa cada vez maior por uma partilha satisfatória do globo (entre Estados rentistas e entre associações monopolistas).

Lênin identifica, ainda, de modo bastante original uma relação estrutural e não casuística entre **imperialismo e oportunismo**, na medida em que o auferimento de lucros extraordinários possibilita a conformação, nos países rentistas, de uma “aristocracia operária” que constitui, por sua vez, a base material do crescimento do oportunismo no seio do movimento operário destes países. O surgimento da aristocracia operária, por um lado, jogaria contra a derrubada do imperialismo (e, com ele, do capitalismo), uma vez que incita a divisão do movimento operário e o abandono da luta política por uma porção significativa deste (*no sentido da desunião e cooptação dos trabalhadores, portanto*). Por outro lado, o desmascaramento das posições oportunistas no movimento operário – através do aprofundamento das contradições antagônicas do capitalismo propiciado imperialismo e, em especial, pela guerra imperialista – e a depuração deste poder poderia contribuir para a

polarização da luta ideológica, jogando a favor da revolução socialista, como ocorrera no processo de bancarrota da II Internacional.

Na visão de Rosa Luxemburgo, por outro lado a **decomposição** associada ao imperialismo adviria da própria lógica necessariamente expansiva da acumulação capitalista. Se a reprodução ampliada de capital só pode ser garantida, em termos sociais, com a continuada subordinação continuada de setores e regiões nos quais predominem relações não-capitalistas de produção, a aproximação cada vez maior de uma formação econômico-social “puramente” capitalista significaria a decomposição do capitalismo principalmente em, dois aspectos: por um lado, na queda da escala de acumulação do capital – ou da escala possível de transformação da mais-valia em capital – na medida em que a zona de expansão necessária viabilizadora desta acumulação é relativamente cada vez menor; por outro, a disputa por esta zona de expansão relativamente maior é, no outro lado da moeda, cada vez maior. O imperialismo, para Rosa, significa portanto a decomposição do capitalismo em um sentido ainda mais profundo – a disputa imperialista não tem outro caminho para trilhar que não a barbárie.

Impõe-se, assim, a disjuntiva tomada de Engels e reproduzida em *A crise da social-democracia* (LUXEMBURGO [1916a] 2011): Socialismo ou barbárie.

Deve-se notar, assim, que apesar da esperança política da eclosão da revolução mundial “para amanhã”, presente em uma série de textos de ambos os autores, desde o ponto de vista lógico, reconhece-se que o capitalismo não voltará atrás em sua fase monopolista – no caso de Lênin – e que as relações de produção subvertidas não deixaram de ser capitalistas – no caso de Rosa¹⁶⁶ – constituindo-se, assim, o imperialismo como a **última fase do capitalismo**, dos pontos de vista histórico e lógico. É feita a ressalva, entretanto, de que o modo de produção vigente “pode permanecer em estado de decomposição durante um período relativamente longo” (LENIN, [1917] 1988).

Lênin também ressalta com grande ênfase, entretanto, o caráter dialeticamente fecundo do imperialismo, enquanto capitalismo monopolista: a concentração e a centralização cada vez maiores da produção constituiriam uma base produtiva cada vez mais socializada sob uma linha organizacional cada vez mais centralizada, constituindo, portanto, a base material tanto da socialização quanto da planificação da produção, dois aspectos fundamentais da socialização dos meios de produção do ponto de vista

¹⁶⁶Note-se que a recriação também continuada de relações de produção não especificamente capitalistas é um dos debates atuais mais candentes sobre a obra desta autora.

econômico. O imperialismo constituiria, assim, a base material para o socialismo.

*O lucro em mim procuraste
- e o ganho do meu trabalho.
Enviaste meus filhos à guerra
servos, escravos, frangalhos,
metade criança, metade fera
a calar, servir e limpar
Encheste a boca de nossa fome
ditaste doenças sem cessar*

*Agora,
Tomai o fardo do imperialista:
- a guerra dos povos pela paz -*

*Los trabajadores y los pobres
sólo tienen un medio para tener patria:
hacer la revolución.*

Roque Dalton, *Un libro rojo para Lenin*, 1973

Conclusão

“Imperialismo do século XXI”?

Buscou-se reconstruir a controvérsia acerca da definição do “Imperialismo” a partir das posições de Vladimir Lênin, Rosa Luxemburgo, Karl Kautsky, Rudolf Hilferding e do intelectual não marxista John Hobson, visando a precisar teoricamente esta categoria, que, não tendo sido formulada por Marx ou Engels, talvez seja aquela que exerceu maior influência sobre o movimento comunista ao longo do último século.

Considera-se que as posições de cada autor frente ao papel do imperialismo na acumulação capitalista – bem como suas posições frente à necessidade e possibilidade de destruição deste modo de produção – determinam suas teses acerca da inexorabilidade ou não do imperialismo e sua caracterização enquanto fase, tipo de política externa ou traço constitutivo do próprio modo de produção capitalista.

Desde uma perspectiva materialista-dialética – que, a partir de esforços de análise e síntese, privilegia a realidade concreta como fonte última das controvérsias acerca de sua compreensão –, pode-se afirmar que esta análise é impossível quando dissociada do debate político travado no seio da II Internacional. Ainda que as limitações de prazo impostas à pesquisa não tenham permitido o término deste mapeamento, parecem-nos acertadas suas hipóteses centrais: a catalização, pela guerra, do debate acerca da caracterização do capitalismo na virada para o século XX, que aparece então como controvérsia do imperialismo, e o desaguar, nesta controvérsia, dos debates sobre a questão nacional e a questão colonial (tendo como eixo conectivo a própria questão agrária e o desenvolvimento desigual) e dos debates sobre o surgimento de monopólios e do capital financeiro.

Parece-nos possível apontar, ainda, a linha de continuidade lógica entre as contradições inerentes ao modo de produção capitalista tal qual apresentadas por Marx em *O capital* e o surgimento do capital financeiro (que permitiriam inclusive a compatibilização analítica das categorias “capital fictício”, “capital portador de juros” e “capital financeiro”), sendo possível levantar, com base na história do período, uma série de hipóteses sobre as diferenças na percepção de cada autor acerca do capital financeiro, do processo de acumulação capitalista e de suas limitações.

Em uma interpretação marxista: o descompasso entre os tempos de rotação dos vários capitais que compõem o capital social; a manifestação da tendência à queda da taxa de lucros; a superprodução; o descolamento entre capital portador de juros, capital fictício e a base do valor efetivamente produzido na sociedade; todos esses fatores constroem um intrincado quebra-cabeças que não pode funcionar de maneira coesa uma vez que não há planificação econômica. A delicada conjunção que mantém a sobrevivência dinâmica de tal quebra-cabeças estaria sempre a um passo do abismo. E, para não cair, depende – entre outras coisas – da dinamicidade das relações interestatais e da fluidez das fronteiras políticas e econômicas, de acordo com os interesses dos grupos, classes e frações de classe social no poder em cada espaço e em cada época.

Tal qual no início do século XX, uma série de perguntas muitíssimo pertinentes se colocam sobre o processo de financeirização que vem se estendendo ao longo dos últimos 40 anos: Trata-se de uma *nova fase* do capitalismo? Esta fase mantém as características essenciais do *capitalismo monopolista*? Qual é a relação dialética entre a componente produtiva e a componente bancária e especulativa no capital a internacionalizar-se?

E ainda: como contrapor os conceitos de *imperialismo* (no marco do debate aqui apresentado) e *hegemonia* (nas distintas acepções conferidas ao termo por Lênin, Gramsci e pelas assim chamadas análises dos “sistemas-mundo”), em especial no que se refere à financeirização e às características distintivas do capitalismo contemporâneo? Como analisar, do ponto de vista marxista, o processo de *desmaterialização do dinheiro* e o papel crucial ocupado pelo dólar-flexível como padrão monetário internacional fiduciário, imposto ideologicamente e através da credibilidade da capacidade militar dos EUA? Como incorporar à análise marxista descrições acuradas das formas que toma a *instabilidade financeira*, sem recorrer ao artifício psicológico ao qual recorrem autores pós-keynesianos?

O fato é que, se caracterizamos o imperialismo como uma *fase* necessária do desenvolvimento capitalista da qual não seria possível prescindir a menos que a economia se descentralizasse ou as relações de produção especificamente capitalistas deixassem de ser hegemônicas em porção significativa do globo, só é possível sair da fase imperialista com o fim do próprio capitalismo. Assim, no sentido aqui descrito, inexoravelmente nos encontramos ainda sob o imperialismo.

Do ponto de vista econômico, parte das estratégias necessárias à reorganização do capital sob a égide dos EUA após o final da Guerra Fria corresponderam às velhas formas

assimétricas de internacionalização do capital financeiro aqui analisadas, ainda que em roupas novas (roupas neoliberais e desregulamentadoras). As atuais potências mundiais – e os demais países capitalistas, de acordo com as relações de exploração e subordinação protagonizadas, no sistema interestatal, pelas frações dominantes internamente – têm de garantir, para o conjunto de seus monopólios a transnacionalizar-se: a) acesso a todos os insumos necessários à produção (sejam mercadorias tangíveis ou intangíveis), inclusive o petróleo, cuja condição de matéria-prima primordial da matriz energética e de locomoção lhe confere caráter geoestratégico e talvez signifique o acirramento indelével da contradição entre relações sociais de produção e o desenvolvimento das forças produtivas; b) acesso a força de trabalho a baixo ou baixíssimo custo; c) acesso aos mercados necessários para realizar a produção; e d) domínio sobre o sistema de crédito necessário para viabilizar tanto a produção como a venda das mercadorias.

Todos estes elementos assumem novas formas a partir do final da década de 1970, em particular o último item, que se reconfigura notadamente a partir de 1995: o sistema financeiro integra-se, agiganta-se e passa a influenciar o processo de reprodução de capital em medida tal que adquire novo caráter qualitativo. Como caracterizar o capitalismo contemporâneo? Trata-se de uma nova fase do capitalismo? Ou trata-se de uma reconfiguração do imperialismo, entendido enquanto capitalismo monopolista? Trata-se de um novo padrão de reprodução do capital em escala mundial ou do momento de degeneração do padrão anterior? Qual é a implicação, para a luta política, destas definições?

Nesse sentido, muitas controvérsias contemporâneas encontram suas raízes na controvérsia do imperialismo, bem como muitas das posições de autores relevantes no debate atual bebem de posições teóricas que remontam aos debates sobre a caracterização do capitalismo na virada para o século XX (mesmo quando não o declarem). É o caso, por exemplo, da recente reivindicação do conceito de “Império”, em contraposição a “imperialismo”, por Antonio Negri e Michael Hardt, e de sua semelhança com os elementos centrais da categoria “ultraimperialismo” defendida por Kautsky. É o caso, também, do paralelismo que pode ser encontrado entre as teses de Rosa Luxemburgo acerca da acumulação capitalista e a concepção de David Harvey sobre o “novo imperialismo”. É o caso, ainda, de todo o debate realizado atualmente em nosso continente acerca da reconfiguração da dependência latino-americana e da própria validade desta

categoria, que encontra raízes teóricas em diferentes acepções de “imperialismo” em função das distintas posições políticas assumidas por cada autor na própria controvérsia da dependência.

Colocar em perspectiva a relação entre os conceitos de *imperialismo* (no embate do início do século XX) e a atual conjuntura parece ser um dos principais desafios à teoria marxista hoje e vem sendo empreendido por diversos autores. Em nossa opinião, a análise sobre a existência ou não – e sob quais formas –, hoje, dos elementos que caracterizaram o imperialismo no início do século XX (tendência à formação de monopólios, tendência ao entrelaçamento bancário e industrial sob a égide destes monopólios, internacionalização do capital e modificação de suas estruturas de propriedade, partilha geoeconômica do mundo, partilha geopolítica do mundo, subordinação e destruição contínuas de relações de produção não capitalistas ou de resistência ao capitalismo, desenvolvimento desigual e dependência) pode ser muito elucidadora.

O combate entre-trincheiras pela “terra de ninguém” durante a I Guerra Mundial denotava a disputa pela redivisão geopolítica e geoeconômica de uma terra que era já toda “de alguém”, trazendo à tona uma séria reflexão sobre os limites e possibilidades de uma transição hegemônica e da reconfiguração qualitativa do próprio capitalismo – que dificilmente poderia prescindir da escuridão tenebrosa da guerra.

Frente à atual crise nas entranhas do desenvolvimento capitalista na virada para o século XXI, é imprescindível resgatarmos os ensinamentos do passado e esforçarmo-nos por compreender o capitalismo contemporâneo, visando à construção do socialismo *neste* século.

*Ouçá. Você sabe como é
quando você está em um quarto
com a luz acesa e aí, de repente,
a luz vai embora?
Eu vou te mostrar. É assim.
... Ele apaga a luz.*

Harold Pinter, *Terra de ninguém*

*É a hora dos fornos e não se
há de ver mais que a luz.*

José Martí

Sobre as referências bibliográficas e as traduções

São indicadas entre colchetes as *datas originais de publicação* (ainda que póstumas), não a primeira edição da versão ou tradução especificamente utilizada durante a pesquisa, tampouco a data em que os textos foram originalmente escritos. As datas em colchetes são aquelas que devem ser tidas como referência para a análise histórica das controvérsias, portanto. Em seguida (fora dos colchetes), indica-se a data da *edição utilizada* e referenciada, que deve ser tida como base para a paginação.

Quando a edição utilizada foi efetivamente a primeira, as datas aparecem duplicadas entre colchetes e na referência da edição utilizada. Quando não pudemos identificar a data da primeira edição, não há nenhuma indicação entre colchetes.

Como foram utilizadas muitas antologias de um mesmo autor (publicadas, portanto, na versão utilizada, em um mesmo ano), buscou-se evitar a repetição, no sistema autor-data empregado no corpo do texto, do ano da publicação seguido de uma letra (ex.: 1982a, 1982b, etc.). Incluiu-se a tal letra apenas após o “ano original de publicação” e apenas quando tanto este quanto o ano de publicação da “edição utilizada” forem iguais (ex.: [1905a] 1982, [1905b] 1982, etc.). Nas referências bibliográficas ao final do texto, os artigos de um mesmo autor aparecem, portanto, listados em ordem cronológica da publicação original (indicada entre colchetes ao lado do nome do autor).

Ressalta-se, ainda, que muitos dos artigos capturados online não têm indicação de página.

Buscou-se reproduzir o argumento de cada autor o mais fielmente que conseguimos, sem tergiversá-lo. Sempre que o texto estiver expondo ou parafraseando a linha argumentativa de outro autor, portanto, as **aspas** não devem ser compreendidas como signo para enfatizar ironia, mas como indicação dos termos efetivamente empregados, nas traduções às quais tivemos acesso.

Todas as traduções de obras cuja edição utilizada não está em língua portuguesa são de autoria da mestrandia, que buscou ser o mais rigorosa possível nesta tarefa, porém desculpa-se de antemão pelos erros eventualmente cometidos, assumindo sua responsabilidade. Os nomes das obras são mantidos na língua da edição utilizada nas referências bibliográficas ao final do trabalho, mas são traduzidos para referência no corpo do texto, visando a facilitar a leitura.

No caso de necessárias consultas aos originais em russo e alemão, apenas para efeito de consulta e quando possível, agradecemos, respectivamente, a Diego Moschkovitch e a Rafael Rocha, camaradas de luta e de vida.

Ainda em relação à tradução, considera-se necessário alguns breves comentários, que apesar de poderem parecer desnecessários, tem implicação política bastante relevante:

1)

Algumas das hipóteses levantadas dependem da inter-relação de conceitos de distintos autores e épocas, traduzidos de maneira diferente para o português e para outras línguas, tornando-os virtualmente incomparáveis. Destacamos, a título de exemplo e precisão teórica, alguns casos:

Os termos **crédito bancário** e **crédito monetário** são por vezes diferenciados e por vezes usados como sinônimos (traduções da Abril e da Civilização Brasileira).

Em algumas passagens das anotações de Marx organizadas por Engels para publicação escritas originalmente em inglês, o termo empregado para “capital monetário” como sinônimo de “capital bancário” é *moneyed capital*, distinto do termo *money-capital*, que costuma designar o capital monetário segundo sua existência concreta sob a forma de dinheiro. Na excelente e utilíssima edição crítica do *Capital* organizada por Pedro Scaron para a Siglo XXI mexicana – baseada, no caso do livro II, na 2ª edição publicada por Engels em 1893 e minuciosamente confrontada com os apontamentos de Marx e com outras edições e traduções –, o organizador afirma, especificamente sobre este tema:

“Mantivemos neste tomo, também, a importante distinção que Marx estabelece entre o dinheiro (Geld) e a moeda (Münze), entre o 'dinheirão' (Geld-) [*dinerario*, em espanhol] e o *monetário* (Münz-). Esta se apaga quando se emprega

o adjetivo “monetário” não só para designar o que tem a ver com a moeda, mas também para o relativo ao dinheiro [ênfase de Scaron]” (SCARON, [1976] 1991, p.xv).

Utilizamos o termo “crédito bancário”.

Em diferentes traduções para o português, *capital comercial* aparece também como *capital mercantil*, subdividindo-se em *capital de comércio de mercadorias* e *capital de comércio de dinheiro*, sendo que este último também aparece como *capital financeiro*. **Utilizamos, aqui, *capital de comércio de mercadorias* e *capital de comércio de dinheiro*.**

Capital portador de juros aparece também como *capital usurário*, ainda que, em algumas traduções, este apareça apenas como forma antidiluviana daquele, **acepção que utilizamos.**

2)

Alguns dos termos empregados nas traduções para o português carregam consigo polêmicas de tremendo significado político, que escapam ao escopo do trabalho.

É o caso, por exemplo, da questão do trabalho produtivo.

Esta, desdobra-se ainda na questão do **Capital Industrial**, que por vezes é **vinculado apenas à produção de tipo *industrial* e, por outras, à produção *capitalista* como um todo (independente do conceito de capital produtivo utilizado)**. Dados os critérios de trabalho em relação a diferentes conjuntos de categorias explicitados no Capítulo 3, **optamos por empregar capital industrial nesta segunda acepção**, significando a parcela do capital cuja dinâmica de rotação é examinada desde a ótica do capital-produto, sem perder de vista que sua compreensão só pode dar-se pela dialética do conjunto contraditório dos ciclos dos distintos capitais – como óticas distintas de uma mesma realidade.

Agradecemos a Diego Moschkovich, nesse aspecto, pela ajuda com a comparação

de alguns termos com os originais em russo, e a Rafael Rocha pela ajuda com a língua alemã. Reproduzimos aqui uma das controvérsias, análoga àquela a que nos referimos anteriormente: o emprego, em português, dos termos “**trabalhador**” ou “**operário**”.

Assim, ao que parece, “trabalhador” e “operário” são, em russo, duas palavras diferentes:

- рабочий (rabótkhi) é **em geral traduzido para operário** e, em russo, não serve para designar o trabalhador do campo. Vem da raiz раб (ráb), que significa literalmente 'escravo' (distinto de “servo feudal” - крепостной, krepostnói). O verbo работать (rabôtat), com a mesma raiz, é, entretanto, usado no dia-a-dia como trabalho no sentido de profissão.
- трудящийся (trudyáshisa) é **em geral traduzido para trabalhador**. Vem da raiz труд: que é o termo empregado nas ciências exatas e na economia política para o conceito “Trabalho”. Designa o trabalhador em geral (do campo e da cidade). O primeiro de maio, por exemplo, é o День Трудящиеся (Dien Trudyáshiesa, lit. dia dos trabalhadores).
- **Proletário** em russo é пролетарий (fon. proletári), de raiz latina como em português.

Em alemão, o termo para “operário fabril” (Fabrikarbeiter) é distinto do termo para “trabalhador” (Arbeiter), ainda que este possa ser empregado naquele sentido. Arbeiterbewegung, entretanto, é a única palavra para “movimento operário” e não significa, necessariamente, fabril.

Em concordância com a opção feita no caso de “capital industrial” e devido ao fato de que, nos originais consultados em alemão encontramos com muito maior frequência o termo *Arbeiter* (a partir dos quais costumam provir as edições em castelhano, inglês e francês), optou-se pela inusual tradução de “obrero”, “worker” e “ouvrier” para **trabalhador e, na falta de outro termo usual, “partido [ou movimento] obrero”, “worker party” e “parti ouvrier” por **partido ou movimento “operário”**, sendo necessárias estas observações.**

Referências bibliográficas

ANDREUCCI, Franco. A questão colonial e o imperialismo. *In*: HOBBSAWM, Eric. (Org.) **História do marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1984. v.4. pp. 251-278.

DASSÚ, Marta. Frente única e frente popular: o VII Congresso da Internacional Comunista. *In*: HOBBSAWM, Eric. **História do marxismo**, v.6. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ENGELS, Friedrich. O problema camponês na França e na Alemanha. *In*: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras Escolhidas**, v.3. São Paulo: Alfa-ômega, xxxxx.

FREDERICK Engels: his life, his work and his writings. **Kerr's Library of progress**, Chicago, n. 32, aug 15. 1899. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/kautsky/1887/xx/engels.htm>>. Acesso em: 28 dez. 2011.

GALISSOT, René. Nação e nacionalidade nos debates do movimento operário. *In*: HOBBSAWM, Eric. **História do marxismo**, v.4. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HEGEDÛS, András. A questão agrária. *In*: HOBBSAWM, Eric. **História do marxismo**, v.4. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOBBSAWM, Eric. **The age of extremes**. Nova Iorque: Vintage, 1996.

HOBSON, John, CAPITALISMO MODERNO

_____. The evolution of modern capitalism. Translated from the English. São Petesburgo: O. N. Papova, 1898. Resenha de: LENIN, V.I [1899]. *In*: **Obras Completas**, v.4. Moscou: Progreso, 1981. p. 162-165.

_____ [1901]. Socialistic Imperialism. **International Journal of Ethics**, v.12 n.1, oct. 1901. p.44-58.

_____ [1902]. **Imperialism, a study**. London: Allen and Unwin, 1948. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/hobson/1902/imperialism/index.htm>>. Acesso em: 17 nov. 2011.

JOHNSTONE, Monty. Lênin e a revolução. *In*: HOBBSAWM, Eric (Org.). **História do marxismo**, v.5. 2.ed. Rio de Janeiro: 1986, p.113-141.

KAUTSKY, Karl [1880]. Der Einfluss der Volksvermehrung auf den Fortschritt der Gesellschaft. Viena: Bloch und Hasbach, 1880. Disponível em: <<http://archive.org/stream/dereinflussderv01kautgoog#page/n7/mode/2up>>.

_____ [1900]. Germany, England and the World-policy. **The Social Democrat**, v.4, n.8,

p.230-36, aug. 1900. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/kautsky/1900/08/world.htm>>. Acesso em: 28 dez. 2011.

_____. Bernstein's old articles and new afflictions. **Justice**, jul 20. 1901. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/kautsky/1901/06/bernstein.htm>>. Acesso em: 28 dez. 2011.

_____. The Two Tendencies. **International Socialist Review**, v.3, n.1, jul. 1902. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/kautsky/1902/02/tendencies.htm>>. Acesso em: 28 dez. 2011.

_____. [1902]. **The social revolution & the day after the social revolution**. v.1. Chicago: Charles Kerr & Co., 1903. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/kautsky/1902/socrev/index.htm>>. Acesso: 25 dez. 2011.

_____. Differences Among the Russian Socialists. **International Socialist Review**, v.5, n.12, p.705-17. Jun. 1905. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/kautsky/1905/xx/rsdlp.htm>>. Acesso: 25 dez. 2011.

_____. Anglo-German Relations. [14 de outubro de 1906]. **Social Democrat**, v. 11, n. 9, p. 488-497. 15 sep. 1907. Discurso proferido no St. James Hall, Londres. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/kautsky/1907/09/anglo-german.htm>>. Acesso: 28 dez. 2011.

_____. [1907]. **Socialism and Colonial Policy**. Londres: Athol books, 1975. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/kautsky/1907/colonial/index.htm>>. Acesso: 25 dez. 2011.

_____. [1909]. Letter From Karl Kautsky to Upton Sinclair. In: SINCLAIR, Upton (Org.). **My Lifetime in Letters**. Columbia: University of Missouri Press, 1960. p. 74. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/kautsky/1909/09/letter-sinclair.htm>>. Acesso: 29 dez. 2011.

_____. [1909]. **El camino para el poder**. Madri: Juan Grijalbo, 1968.

_____. [1914]. Ultra-imperialism. **Die neue Zeit**, sep. 1914. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/kautsky/1914/09/ultra-imp.htm>>. Acesso: 05 jan. 2012.

KENNEDY, Paul [1987]. **The rise and fall of the great powers**. Nova Iorque: Vintage books, 1989. pp. 143-274.

KEYNES, J. M [1919]. **As consequências econômicas da paz**. Brasília: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

LANDES, David [1969]. **Prometeu desacorrentado**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LENIN, V. I [1894a] Quiénes son los 'amigos del pueblo' y cómo luchan contra los socialdemócratas. *In:* _____. **Obras Completas**, v.1. Moscou: Progreso, 1981.

_____ [1894b]. El contenido económico del populismo y su crítica en el libro del señor Struve. Reflejo del marxismo en la literatura burguesa. *In:* _____. **Obras Completas**, v.1. Moscou: Progreso, 1981.

_____ [1898]. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____ [1902]. **Carta a um camarada**. 2000. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1902/09/carta.htm>>. Acesso: 07 fev. 2012.

_____ [1902]. Qué hacer? *In:* _____. **Obras Completas**, v.6. Moscou: Progreso, 1981. p. 1-204.

_____ [1903]. Sobre las circunstancias de mi renuncia a la redacción de Iskra. *In:* _____. **Obras Completas**, v.8. Moscou: Progreso, 1982. p. 183-189.

_____ [1904]. Un paso adelante, dos pasos atrás. *In:* _____. **Obras Completas**, v.8. Moscou: Progreso, 1982. p. 195-438.

_____ [1905]. Dos tácticas para la social-democracia en la revolución democrática. *In:* _____. **Obras Completas**, v.10. Moscou: Progreso, 1982.

_____ [1913]. Acerca del programa nacional del POSDR. *In:* _____. **Obras Completas**, v.24. Moscou: Progreso, 1984. p.239-246.

_____ [1914a]. Tareas de la socialdemocracia revolucionaria en la guerra europea. *In:* _____. **Obras Completas**, v.26. Moscou: Progreso, 1984. p.1-7.

_____ [1914b] La guerra y la socialdemocracia de Rusia. *In:* _____. **Obras Completas**, v.26. Moscou: Progreso, 1984. p.13-23.

_____ [1914c]. Conferencia sobre el tema 'El proletariado y la guerra'. 1 de octubre de 1914. *In:* _____. **Obras Completas**, v.26. Moscou: Progreso, 1984. p.27-35.

_____ [1914d]. El derecho de las naciones a la autodeterminación. *In:* _____. **Obras Completas**. Moscou: Progreso, 1984.

_____ [1915a]. Conferencia de las secciones del POSDR en el extranjero. *In:* _____. **Obras Completas**, v.26. Moscou: Progreso, 1984. p.168-175.

_____ [1915b] La bancarrota de la II Internacional. *In:* _____. **Obras Completas**, v.26. Moscou: Progreso, 1984. p.219-280.

_____ [1915c]. Proyecto de resolución de los socialdemócratas de izquierda para la Primera conferencia socialista internacional. *In:* _____. **Obras Completas**, v.26. Moscou: Progreso, 1984. p.297-300.

_____ [1915d] El socialismo y la guerra. *In:* _____. **Obras Completas**, v.26. Moscou: Progreso, 1984. p.297-300.

_____ [1915e]. La consigna de los Estados Unidos de Europa. *In:* _____. **Obras Completas**, v.26. Moscou: Progreso, 1984. p.374-378.

_____ [1916a]. Sobre el folleto de Junius. *In:* _____. **Obras Completas**, v.30. Moscou: Progreso, 1986. p.1-16.

_____ [1916b]. Balance de la discusión sobre la autodeterminación. *In:* _____. **Obras Completas**, v.30. Moscou: Progreso, 1986. p.17-61.

_____ [1917]. El imperialismo, fase superior del capitalismo. Ensayo popular. *In:* _____. **Obras Completas**, v.27. Moscou: Progreso, 1985. p.324-449.

_____ [1917a]. El programa militar de la revolución proletaria. *In:* _____. **Obras Completas**, v.30. Moscou: Progreso, 1986. p.138-150.

_____ [1917b]. La consigna de 'desarme'. *In:* _____. **Obras Completas**, v.30. Moscou: Progreso, 1986. p.158-169.

_____ [1918]. Carlos Marx. *In:* _____. **Obras Completas**, v.26. Moscou: Progreso, 1984. p.43-95.

_____ [1919]. Economía y política em la época de la dictadura del proletariado. *In:* _____. **Obras Completas**, v.39. Moscou: Progreso, 1986. p.317-323.

_____ [1920]. Acerca del infantilismo 'izquierdista' y del espíritu pequeño burqués. *In:* _____. **Obras Completas**, v.36. Moscou: Progreso, 1986.

_____ [1921]. El imperialismo, fase superior del capitalismo. Prologo a las ediciones francesa y alemana. *In:* _____. **Obras Completas**, v.27. Moscou: Progreso, 1985. p.317-323.

_____ [1931]. Ahogados en un vaso de agua. *In:* _____. **Obras Completas**, v.30. Moscou: Progreso, 1986. p.151-152.

_____ [1933-1938] Cuadernos sobre el imperialismo. _____. **Obras Completas**, v.28. Moscou: Progreso, 1986. 583p.

_____ [xxxx] Cartas. 1914-1917. _____. **Obras Completas**, v.49. Moscou: Progreso, 1988. 743p.

LEONIDIO, Adalmir. “Em torno das origens: Leroy-Beaulieu e o pensamento social brasileiro”. *In: Estudos Sociedade e Agricultura*, 13, out. 1999. p. 119-138.

LOUREIRO [2011a], Isabel. Apresentação geral. *In: LOUREIRO, Isabel. Rosa Luxemburgo: textos escolhidos*, v.1. São Paulo: Unesp, 2011a.

____ [2011b]. Apresentação ao primeiro volume. *In: LOUREIRO, Isabel. Rosa Luxemburgo: textos escolhidos*, v.1. São Paulo: Unesp, 2011b.

LUXEMBURGO, Rosa [1894]. What Are the Origins of May Day? *In: Selected Political Writings of Rosa Luxemburg*. Xxxx: Monthly Review Press, 1971. p. 315-16. Disponível em: <http://www.ultrared.org/lm_mayday.html>. Acesso em: 15 dez. 2011.

____ [1896]. The Polish Question at the International Congress in London. *In: DAVIS, Horace (Org.). The national question: selected writings by Rosa Luxemburg*, 1976. Disponível em: <www.marxists.org/archive/luxemburg/1896/07/polish-question.htm>. Acesso em: 15 dez. 2011.

____ [1899]. Reforma social ou revolução? *In: LOUREIRO, Isabel. Rosa Luxemburgo: textos escolhidos*, v.1. São Paulo: Unesp, 2011. pp. 1-112.

____ [1903]. Paralisia e progresso no marxismo. *In: LOUREIRO, Isabel. Rosa Luxemburgo: textos escolhidos*, v.1. São Paulo: Unesp, 2011. pp. 113-127.

____ [1904]. Questões de organização da social-democracia russa. *In: LOUREIRO, Isabel. Rosa Luxemburgo: textos escolhidos*, v.1. São Paulo: Unesp, 2011. pp. 151-176.

____ [1905]. The Polish question and the socialist movement. *In: The national question. Selected works by Rosa Luxemburg. Monthly review press*, 1976.

____ [1906]. Greve de massas, partido e sindicatos. *In: LOUREIRO, Isabel. Rosa Luxemburgo: textos escolhidos*, v.1. São Paulo: Unesp, 2011. pp. 263-350.

____ [1911]. Credo. *In: LOUREIRO, Isabel. Rosa Luxemburgo: textos escolhidos*, v.1. São Paulo: Unesp, 2011. pp. 425-442.

____ [1914a]. Discurso de defesa em 20 de fevereiro de 1914. *In: LOUREIRO, Isabel. Rosa Luxemburgo: textos escolhidos*, v.1. São Paulo: Unesp, 2011. pp. 479-492.

____ [1914b]. A paz, a Tríplice Aliança e nós. *In: LOUREIRO, Isabel. Rosa Luxemburgo: textos escolhidos*, v.1. São Paulo: Unesp, 2011. pp. 497-500.

____ [1914c]. Escombros. *In: LOUREIRO, Isabel. Rosa Luxemburgo: textos escolhidos*, v.2. São Paulo: Unesp, 2011. p. 1-4.

____ [1916a]. A crise da social-democracia. *In: LOUREIRO, Isabel. Rosa Luxemburgo:*

textos escolhidos, v.2. São Paulo: Unesp, 2011. pp. 15-144.

____ [1916b]. Teses. *In*: LOUREIRO, Isabel. **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos**, v.2. São Paulo: Unesp, 2011. pp. 11-14.

____ [1918a]. A revolução russa. *In*: LOUREIRO, Isabel. **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos**, v.2. São Paulo: Unesp, 2011. pp. 1-112.

____ [1918b]. O começo. *In*: LOUREIRO, Isabel. **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos**, v.2. São Paulo: Unesp, 2011. p.229-233.

____ [1925]. Rascunho das teses de Junius. *In*: LOUREIRO, Isabel. **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos**, v.2. São Paulo: Unesp, 2011. pp. 9-13.

MARX, Eleanor [1890]. Speech on the First May Day. Hyde park, 4 May 1890. *In*: KAPP, Yvonne (Org.) **Eleanor Marx**, v. 2. Londres: Pantheon, 1976. Disponível em <www.marxists.org/archive/eleanor-marx/works/mayday.htm>. Acesso em: 8 dez. 2011.

MARX, Karl [1867]. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 2v.

____ [1867]. **El capital. Edición crítica**. Libro primero: el proceso de producción del capital. Cidade do México: Siglo XXI, 1992. 3v.

____ [1885]. **O Capital: crítica da economia política**. Livro II: O processo de circulação do capital. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 1v.

____ [1885]. **El capital. Edición crítica**. Libro segundo: el proceso de circulación del capital. Cidade do México: Siglo XXI, 1991. 2v.

____ [1894]. **O Capital: crítica da economia política**. Livro III: O processo global da produção capitalista. São Paulo: Nova Cultural, 1986. 2v.

____ [1894]. **El capital. Edición crítica**. Libro tercero: el proceso global de la producción capitalista. Cidade do México: Siglo XXI, 1989. 2v.

NETTO, J. P [1985]. Apresentação. *In*: LENIN, V.I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

NOVACK, George. **A lei do desenvolvimento desigual e combinado na sociedade**. Rabisco Criação e Propaganda, 1988. Disponível em: <www.marxists.org>. Acesso em: 15 jan. 2012.

POSDR [1903a]. Estatutos. *In*: **II Congresso do POSDR. Protocolos**. Moscou: Gosud-Izdatel-vo, 1959, pp. 418. Disponível em: <http://www.scientific-socialism.de/TextosdoPartidoMRPOSDR1903.htm#_ftn1>. Acesso em: mar 2007.

POSDR [1903b]. Programa. *In: II Congresso do POSDR. Protocolos*. Moscou: Gosud-Izdatel-vo, 1959, pp. 418. Disponível em: <http://www.scientific-socialism.de/TextosdoPartidoMRPOSDR1903.htm#_ftn1>. Acesso em: mar 2007.

PROCACCI, Giuliano. A 'luta pela paz' no socialismo internacional às vésperas da Segunda Guerra Mundial. *In: HOBSBAWM, Eric. História do marxismo*, v.6. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RIBERIOUX, Madeleine. O debate sobre a guerra. *In: HOBSBAWM, Eric. (Org.) História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1984. v.4. pp. 279-319.

RIZZI, Franco. A Internacional Comunista e a questão camponesa. *In: HOBSBAWM, Eric. História do marxismo*, v.6. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SOBOLEV et al. (INSTITUTO DE MARXISMO-LENINISMO LIGADO AO CC DO PCUS). **La internacional comunista: ensayo histórico sucinto**. Moscou: Progreso, s/d.

STALIN, Josef [1913]. Marxism and the national question. *In: Collected Works*, v.2. Moscou: Foreign languages publishing house, 1953.

_____ [1924]. Foundations of leninism. *In: Collected Works*, v.6. Moscou: Foreign languages publishing house, 1954.

_____ [1929]. The national question and leninism. *In: Collected Works*, v.11. Moscou: Foreign languages publishing house, 1954.

STEKLOFF, G. M [1928]. **History of The First International**. Londres: Dorrit Press, xxxx. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/steklov/history-first-international/>>. Acesso em: 22 set. 2009.

TEIXEIRA, Aloísio. Estados Unidos: a curta marcha para a hegemonia. In: FIORI, J. L. (Org.) **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____ (Org.) **Utópicos, heréticos e malditos**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

TROTSKY, León [1906]. **Results and prospects**. Moscou: 1921. Disponível em: <www.marxists.org>. Acesso em: jan. 2012.

_____ [1930]. **The history of the Russian Revolution**. EUA: 1932. Disponível em: <www.marxists.org>. Acesso em: jan. 2012.

YERGIN, Daniel. **O petróleo: uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro**. São Paulo: Paz e terra, 2010.

ZINN, Howard [2005]. **La otra historia de Estados Unidos**. Edición atualizada. La Habana: Ciencias Sociales, 2006.

_____; KONOPACKI, M.; BUHLE, P. **A people's history of American empire**. Nova Iorque: Metropolitan, 2008.